



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ALINE DA COSTA JERÔNIMO

**Distúrbios alimentares no autismo e outros transtornos do desenvolvimento na infância:
articulação entre corpo e linguagem**

Belém
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ALINE DA COSTA JERÔNIMO

**Distúrbios alimentares no autismo e outros transtornos do desenvolvimento na infância:
articulação entre corpo e linguagem**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia

Orientadora: Roseane Freitas Nicolau

Belém
2018

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da
Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos
pelo(a) autor(a)

- J55d Jerônimo, Aline da Costa
Distúrbios alimentares no autismo e outros transtornos do desenvolvimento na infância:
articulação entre corpo e linguagem / Aline da Costa Jerônimo. — 2018
112 f.
- Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP), Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Roseane Freitas Nicolau
1. Autismo. 2. Constituição psíquica. 3. Distúrbios alimentares na infância. 4.
Desenvolvimento infantil .
5. Clínica Psicanalítica. I. Nicolau, Roseane Freitas , *orient.* II. Título
-

CDD 616.8917

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Distúrbios alimentares no autismo e outros transtornos do desenvolvimento na infância: articulação entre corpo e linguagem.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicanálise: teoria e clínica

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Roseane Freitas Nicolau – Orientadora
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof.^a Dr.^a Angela Maria Resende Vorcaro - Membro Externo
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Prof.^a Dr.^a Denise Radesca Alvares Scaff - Membro Interno
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof.^a Dr.^a Belizia Aben-Athar Barcessat- Suplente
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Apresentado em: __/__/__

Conceito: _____

Dedico àqueles que primeiro me amaram e sonharam com esse momento.

Socorro e Otávio Jerônimo.

AGRADECIMENTOS

Minha eterna gratidão e afeição à Professora Roseane Nicolau, quem me apresentou os primeiros textos de Freud e, mais do que isso, me inspirou e acreditou em mim.

Agradeço à Professora Denise Scaff pela sua disponibilidade, atenção, amabilidade e inestimáveis contribuições.

Sou grata à Professora Ângela Vorcaro, pelo zelo e rigor na leitura do meu trabalho, fundamentais para sua continuidade.

Aos colegas do grupo de pesquisa que, além das contribuições teóricas, mostraram que a vida acadêmica também promove felizes encontros.

Gratidão ao Henrique Couto, meu mais amado leitor.

A Tiago e Carol, pela alegria e riso compartilhados.

A Alice Castilho da Costa, eterna em minha memória.

Ao meu pai, Otávio, infinitas cartas entregues para que minhas realizações fossem possíveis.

Gratidão à minha mãe, Socorro, pelos braços sempre abertos a me acolher, por ter sempre lutado por mim, pela sabedoria e ensinamentos.

*Indecisos cordões
Ainda fazem da flor
Seu mais forte refrão
E acreditam nas flores
Vencendo o canhão
Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer*

(Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores - Geraldo Vandré, 1968)

*Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta*

(Cálice-Chico Buarque, 1973)

*Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Você vai ter que ver
A manhã renascer
E esbanjar poesia
Como vai se explicar
Vendo o céu clarear
De repente, impunemente
Como vai abafar
Nosso coro a cantar
Na sua frente*

(Apesar de Você- Chico Buarque, 1970)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
a. O estatuto do sujeito e a ética na pesquisa em psicanálise.....	15
b. Discursos em torno do autismo: da ética do bem à universalidade do desejo	20
c. Aspectos éticos na condução da pesquisa com crianças autistas	22
PRIMEIRO CAPÍTULO	26
1 APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO	26
1.1 O que dessa história se inscreve para o sujeito?	26
1.2 Totem e tabu e outros banquetes.....	32
a. Incorporação, identificação e linguagem.....	35
b. A dialética demanda – desejo e o canibalismo da fase oral	37
1.3 O <i>banquete</i> de Platão e o elogio a Eros.....	38
SEGUNDO CAPÍTULO	46
2 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E SEUS IMPASSES NO AUTISMO	46
2.1 A dependência significativa ao lugar do Outro.....	46
2.2 O reflexo da imagem e suas implicações sobre a constituição corporal	54
TERCEIRO CAPÍTULO	59
3 A CLÍNICA COM CRIANÇAS AUTISTAS E DISTÚRBIOS DO DESENVOLVIMENTO.....	59
3.1 As divergências no campo do diagnóstico de autismo.....	59
3.2 Notas sobre o manejo clínico e aspectos transferenciais.....	63
3.3 O caso Caio.....	67
3.4 O sujeito questiona o diagnóstico	71
QUARTO CAPÍTULO	76
4 SEGUINDO AS PISTAS GRAFADAS NO CORPO	76
4.1 Distúrbios alimentares na infância: os manuais diagnósticos e os sintomas no corpo	77
4.2 O encontro do corpo com a palavra.....	82
4.3 O estatuto do corpo no autismo.....	89
4.4 O ato alimentar e a sensibilidade no autismo	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

RESUMO

O presente trabalho trata da relação entre os distúrbios alimentares e os transtornos do desenvolvimento na infância, particularmente o autismo. Tem como objetivo analisar como se processa nesses quadros as disfunções do ato alimentar em sua articulação com a constituição psíquica do sujeito. Questiono de que forma a alimentação, enquanto sistema de signos e significados, se apresenta ao autista e crianças cujos entraves no campo da linguagem dificultam seu enlace ao Outro. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa teórico-clínica que associa o estudo de caso à pesquisa bibliográfica. Destaca-se em um primeiro momento a história da alimentação em sua correspondência à transmissão da ordem simbólica. Posteriormente, são apresentadas as operações psíquicas necessárias à constituição do sujeito, bem como os impasses diagnósticos na clínica psicanalítica do autismo. Esse enfoque conduz à discussão sobre a direção do tratamento nos casos de autismo e outros distúrbios do desenvolvimento; bem como aos questionamentos em torno do diagnóstico a partir da discussão do caso clínico. Em seguida, as questões relacionadas ao corpo permitem adentrar o campo da linguagem e seus efeitos na economia de gozo. Por fim, em consonância com a ética psicanalítica, interessa localizar o sujeito em seu laço particular com o Outro. Nesse âmbito, a alimentação é um campo fecundo, pois em seu fundamento refere-se primordialmente ao dom do amor a despeito da satisfação da necessidade nutricional.

Palavras chave: constituição psíquica; psicanálise; alimentação; linguagem

ABSTRACT

The present work approaches eating disorders and childhood developmental disorders, mainly autism. It aims to analyze blood plaques as dysfunctions of the food act in its articulation with the psychic subject's constitution. Asking the meaning of a diet, while the system of signs and meanings, presents itself to the autistic and to the children who engage in the field of language, hinder their connection to the Other. In methodological terms, this is a theoretical-clinical research that associates the case study with the bibliographic research. From a first moment the history of the feeding in its correspondence to the transmission of the symbolic order. After, it is the psychic operations of response to the constitution of the subject, as well as the diagnoses in the psychoanalysis of autism. This pilot study to and the role over the direction of the cases of autism and other disorders of development; to the questionnaire of the diagnosis in the discussion of case clinical. Then the issues related to the body allow to enter the field of language and the negative effects in the economy of enjoyment. Finally, in line with psychoanalytic ethics, it is important to locate the subject in his or her particular bond with the other subject . In this context, food is a fruitful field, because in its scope of reference it is primarily to the values of love a dislike of nutritional satisfaction.

Keywords: psychic constitution; psychoanalysis; food; language

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como base os desdobramentos de pesquisa¹ e prática clínica desenvolvida no projeto “Psicanálise na Interdisciplinaridade: análise das demandas dos profissionais para atuação do psicólogo no tratamento do autismo e das síndromes neurológicas da infância”. Foi da escuta dos cuidadores de crianças autistas atendidas no projeto Caminhar – que integra o Ambulatório de Desenvolvimento do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza – que as disfunções nutricionais frequentes nos quadros de autismo surgiram enquanto questão a ser investigada, motivando então a construção desta pesquisa.

Minha inserção no Caminhar compreende a escuta de pacientes em atendimento, o trabalho com profissionais de saúde que ali atuam e a supervisão dos casos atendidos. Dentre eles, selecionei o atendimento² de Caio³ – menino de 6 anos diagnosticado como autista – ante os impasses ligados à relação com a linguagem e suas construções a partir do trabalho desenvolvido. Desse caso serão utilizados alguns fragmentos a fim de que se produza um saber capaz de transpor a pretensa capacidade ilustrativa da clínica, sustentando sua potência em exponenciar o saber vigente.

Com isso, faço lembrar que, na pesquisa em psicanálise, cada sujeito retrata um caso a ser tratado em sua singularidade, produzindo um saber não cumulativo, advindo de sua literalidade e do que dele se inscreve no encontro com o analista. Segundo Vorcaro (2003), escrever o real que comparece na clínica exige a transposição de registros para que se torne legível. Dessa operação de apagar e ressaltar os trilhamentos, decompõem-se séries imaginárias, restando o real, a letra ou o singular do caso.

Vale frisar que o caso de Caio, em suas dificuldades com o que é relativo à linguagem, corpo e problemas alimentares, suscita questões relevantes ao escopo deste trabalho, cuja articulação teórica tem como cerne a constituição do sujeito e as práticas alimentares que circundam o universo simbólico humano.

Dentre as disfunções neste âmbito, destaquei a recusa alimentar, bem como a restrição severa a determinados grupos de alimentos, sintomas comuns em quadros de autismo. Em pesquisa realizada no Reino Unido com 17 crianças diagnosticadas como autistas, ao analisar

¹Na qualidade de bolsista de Iniciação Científica, desenvolvi o projeto “A escuta da angústia materna no tratamento do autismo. Investigando dispositivos de assistência às mães no contexto das atividades desenvolvidas no Centro de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança (CASMUC)”, no período de agosto de 2013 a agosto de 2014.

²Atendimento iniciado em 2015 no estágio da ênfase em Psicologia Clínica do Curso de Graduação da Universidade Federal do Pará.

³Foram utilizados nomes fictícios.

suas dietas, Cornish (1998) concluiu que dez delas ingeriam menos de 20 grupos de alimentos. Após entrevista com cem pais de crianças, Williams, Dalrymple e Neal (2000) concluíram que a seletividade alimentar de autistas está relacionada a: textura (69%), aparência (58%), gosto (45%) e temperatura (22%). Além disso, constataram que 69% se opunham à introdução de novos alimentos, 62% relutavam em tomar remédios e 46 % possuíam algum tipo de ritual enquanto comiam. Em semelhante pesquisa com cem pais de crianças diagnosticadas como autistas, 83% dos entrevistados declararam que seus filhos apresentavam um repertório restrito de comidas (WHITELEY; RODGERS; SHATTOCK, 2000).

Raiten e Massaro (1986) fizeram um estudo comparativo entre 40 crianças com autismo e outras 34 que possuíam desenvolvimento adequado à sua faixa etária. Os autores concluíram que as crianças autistas eram mais propensas a escolher os mesmos alimentos e demonstravam maior número de preferências alimentares do que seus pares com desenvolvimento típico.

Schreck, Williams e Smith (2004) encontraram resultados semelhantes. Ao compararem a seletividade alimentar em 138 crianças com autismo e 298 crianças com desenvolvimento dito normal, com idade entre 7 e 9 anos, tiveram como resultado que o primeiro grupo possui dieta mais restrita, sendo significativamente mais propenso a alimentos com textura pastosa.

Os dados da literatura corroboram as falas de mães escutadas anteriormente na instituição citada. Na ocasião da pesquisa, surgiram queixas quanto às dificuldades alimentares de seus filhos, que apresentavam restrições a um grande número de alimentos, tornando-se motivo de preocupação das mães, já que a dieta da criança se achava limitada.

As ressonâncias dessa escuta despertaram em mim o interesse pela investigação daquilo que de fato estaria em causa nesses distúrbios alimentares. Trata-se de possíveis consequências da não inscrição do autista na ordem simbólica? De operações que deixaram de ocorrer, tal como o estabelecimento dos três tempos do circuito pulsional? Ou, ainda, a permanência do corpo em sua dimensão tórica, não marcado pelo corte na carne, capaz de conferir-lhe a redistribuição da economia libidinal? No percurso que delinea o bordejamento dessas respostas, incluo aspectos importantes da constituição do sujeito para pensar o que, no autismo, falhou enquanto operações que habilitariam o autista à conjunção de laços sociais, essenciais à dimensão de partilha latente no ato alimentar.

Catão (2009) afirma que a clínica do autismo é lugar privilegiado para interrogar o estatuto da letra e a instalação do funcionamento psíquico, bem como para nos ensinar acerca

do momento mítico da articulação do significante com o corpo. Logo, também é possível fazer referência a outras patologias do desenvolvimento na infância que incluam as disfunções alimentares como sintoma. Porém, não somente a elas, pois questionar as implicações para o autista, em nível corporal, das falhas ocorridas em tempos precoces da estruturação psíquica pode ser proveitoso para a investigação no campo da constituição do sujeito.

Proponho, então, articular os dados obtidos na pesquisa bibliográfica à experiência clínica no contexto do trabalho interdisciplinar desenvolvido no Serviço Caminhar do Hospital Bettina Ferro de Souza, voltado para o tratamento de crianças autistas. Conforme França (2010), desse intercâmbio surgem questionamentos que promovem a interconexão entre a teoria e o aspecto significativo da realidade a ser pesquisado.

Já o propósito primeiro da construção de caso é, igualmente, para dar testemunho de que a aposta no advento do sujeito no autismo, sustentado pelo desejo de quem é causado pela psicanálise, é capaz de promover amarrações do sujeito ao campo do Outro. Isso abre via para pensar de que forma transmitir algo desse compromisso à equipe interdisciplinar empenhada no tratamento de crianças autistas, cuja leitura sobre manejo e diagnóstico, por vezes, é tão distinta da prática analítica.

A título de introdução, vale ressaltar algumas elaborações psicanalíticas em torno do autismo que serviram de base para as articulações ao longo do texto. Segundo Freire (2002), o autista é um sujeito inconstituído, que nega a presença do Outro, julgado por ele como portador de um gozo ilimitado. Dessa forma, anula o Outro, na tentativa de barrar seu gozo. Enquanto na psicose essa tentativa se efetivaria no delírio, o autista se vale das estereotípias como forma de inscrever uma diferença entre si e o que vem do Outro.

Assim como Freire, Soler (2007) afirma que autistas são sensíveis aos signos advindos do Outro, principalmente a partir do olhar e da voz, se sentem invadidos por ele e nada demandam. Estão aquém da alienação, recusam-se a entrar nela, detendo-se na borda. Tais bordejamentos nos remetem ao circuito pulsional, que, conforme Laznik (2009, 2010), não se completou para o autista. Trata-se, então, de um corpo não erogeneizado, em cujos lábios não se constituíram os tempos da pulsão oral; sofrem com tais efeitos, sendo agora carne que atesta a existência do registro da necessidade apartada do desejo (KUPFER, 2000).

Isso abre via para pensar o papel do Outro nessa conjunção que une desejo e alimentação. Ora, no campo psicanalítico é fundamental situar o enlace do sujeito ao Outro e sua referência ao campo do desejo. Lacan (1958/1998a) atesta sua ligação à demanda, esta que, por se articular em significantes, cava uma fenda que traz a marca da impossibilidade. Assim, o que era necessidade advém em sua dimensão desejante como condição absoluta

(LACAN, 1958/1998a). Logo, o instinto já não governa nossos atos. O fato de sermos habitados pela linguagem nos inclina a um “a mais” próprio ao desejo; desse modo, o hábito de comer ganha contornos inusitados. Temos fome das mais finas iguarias, comemos ainda que sem sentir fome, surgem os excessos, ou mesmo as anorexias.

Ao discorrer sobre a pulsão oral, Lacan (1964/1998, p. 170) afirma que “nenhum objeto da necessidade pode satisfazer a pulsão. A boca que se abre no registro da pulsão não se satisfaz com alimento”. Ou seja, apesar das disfunções alimentares que saltam aos olhos no autismo, trata-se, aí, de falhas ocorridas em tempos muito precoces na constituição do sujeito, o que implica o fracasso da mediação simbólica capaz de operar essas exigências pulsionais, que incidem sobre o circuito a ser percorrido em torno do objeto da pulsão.

Qual seria esse objeto senão o pequeno *a*, que, em seu caráter de causa do desejo, rege o contorno da pulsão em torno de seu vazio. Desse objeto – cujo vestígio seria o que se desprende do corpo enquanto seio, fezes, voz e olhar – o autista não se descola. Com efeito, sofre as consequências de habitar essa estrutura maciça, sem furos, testemunhando no real da carne os efeitos de um organismo que não se faz corpo a ser recortado pela pulsão.

Crespin (2004, p. 52) nos indica que “a satisfação pulsional parece ser tão central que sua ausência pode enterrar a própria satisfação da necessidade”. Nesse sentido, as dificuldades alimentares no autismo parecem aludir ao que nessa estruturação falhou enquanto desnaturalização do corpo pela linguagem (JERUSALINSKY; FENDRIK, 2011). A esse respeito, Crespin (2004, p. 54) assevera que “[...] apenas o investimento do adulto transformará o alimento em objeto oral, e a recusa ativa do bebê, se é tolerada, poderá então operar como um ato descompletante do Outro, de sua onipotência original”.

Essas questões relativas ao autismo sem dúvida suscitam impasses tanto na clínica quanto na pesquisa. Em vista do ofício de psicóloga que exerço no atendimento clínico de crianças autistas, sou confrontada com as implicações éticas que essa função demanda. É plenamente possível recuar dessa posição e tender a práticas pedagogizantes e normalizadoras. Muitas dessas práticas são acolhidas diretamente do discurso científico e acarretam efeitos sobre a práxis dos profissionais que trabalham na instituição ou mesmo desenvolvem pesquisas nas universidades.

Atualmente, assistimos à propagação de pesquisas com a temática do autismo⁴, o que indica um interesse crescente sobre o tema, no que Kupfer (2000) identifica o status de *avis*

⁴ CORNISH, E. A balanced approach towards healthy eating in autism. **Journal of Human Nutrition and dietetics**, v.11, n.6. p. 501-509, 1998.

rara ao qual o autista foi elevado na atualidade. A despeito do grande enfoque, o autismo segue guardando a obscuridade de uma desordem que não tem etiologia confirmada e tratamento comprovadamente eficaz.

No afã do restabelecimento, o autista pode padecer ante as práticas de saber que se propõem a sanar as manifestações da patologia. Logo, para que as intervenções na clínica e na pesquisa não se configurem como o exercício de um poder ou atenda primordialmente a ideais narcísicos, é importante questionar nossa implicação enquanto pesquisadores. Esse posicionamento atesta uma postura ética contrária à objetificação do sujeito. Diante disso, para além da teoria, tangenciando o que se refere à práxis clínica e à pesquisa, como pensar, a partir do referencial psicanalítico, a ética na condução da pesquisa com crianças autistas?

a. O estatuto do sujeito e a ética na pesquisa em psicanálise

A presença da psicanálise nas universidades denota seu vigor e sua potência produtiva no campo da pesquisa científica. No entanto, há um embaraço nessa relação, evidente no questionamento lacaniano “O que é uma ciência que inclua a psicanálise?” (LACAN, 1965/2003, p. 195). A pergunta desdobra-se não sobre a cientificidade da psicanálise, e sim sobre um acréscimo que ela instaura – a propósito, uma falta positivada.

Inserida principalmente nos cursos de psicologia, a psicanálise demarca uma posição de resistência em face da burocratização estanque presente nas instituições de ensino, denunciando a dimensão de mal-estar presente no discurso universitário. Esse fato permite manter a tensão necessária para que o método freudiano conserve seu traço subversivo e, na mesma medida, a universidade, de certa forma, faça barra ao saber produzido no campo psicanalítico.

Por outro lado, a objetividade imposta pelos ideais de cientificidade, construídos com base em parâmetros que ignoram as especificidades da pesquisa em psicanálise, frequentemente acarretam questionamentos à sua natureza científica. A esse respeito, Elia (2011) concebe uma posição acanhada dos psicanalistas em face das supostas “insuficiências científicas” do método psicanalítico e nos convoca a uma posição “desavergonhada” diante da

GENEVIÈVE et al. Association of sensory processing and eating problems in children with autism spectrum disorders. **Hindawi Publishing Corporation Autism Research and Treatment**, 2011.

SCHRECK, K. A.; WILLIAMS, K.; SMITH, A. F. A comparison of eating behaviors between children with and without autism. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, vol. 34, n.4, p. 433-438, 2004.

SUAREZ, M.; NELSON, N.; CURTIS, A. Associations of physiological factors, age, and sensory over-responsivity with food selectivity in children with autism spectrum disorders. **The Open Journal of Occupational Therapy**, v.01, n.01. 2012.

ciência, o que implicaria uma psicanálise ativa em sua inserção no campo epistemológico, metodológico e discursivo.

Elia (2011), ao concluir que é na posição de analisante que se pesquisa, indica que o pesquisador, ao se engajar na produção do saber, sustenta o compromisso ético na busca pela verdade, sempre evanescente, de cada sujeito. Essa referência particular ao saber fundamenta o discurso psicanalítico, estabelecendo parâmetros coerentes ao próprio corpo teórico psicanalítico. O que nem sempre é reconhecido pelas universidades e agências de fomento, resultando em exigências que frequentemente extrapolam o limite da razoabilidade ao impor certos tipos de enquadre. Ocorre que, a despeito disso, a psicanálise certamente partilha com a ciência da coesão discursiva, estrutura interna e não meramente sucessão histórica.

Temos em Freud (1919) que é possível apreender algo sobre e com a psicanálise a partir de sua inclusão no currículo acadêmico, porém ela prescindiria da universidade, pois tem como cerne de sua transmissão o tripé que conjuga análise pessoal, estudo teórico e atendimento sob supervisão. O autor ressalta ainda o importante papel por ela ocupado enquanto estiver excluída.

Nessa via, o estatuto da psicanálise enquanto ciência êxtima é a proposta de Iannini (2007), estruturada com base na noção lacaniana de extimidade, compreendida tal como “inclusão externa”. Esse caráter é efeito da operação efetuada pela psicanálise que, ao inserir o sujeito forcluído do discurso científico, cria a própria condição de cientificidade.

Por sua vez, a referência ao campo da psiquiatria revela o movimento oposto. Enquanto a psicanálise evidencia o sujeito e seus efeitos na própria produção da ciência, a psiquiatria, ao isolar a psique, excluiu também o sujeito, tomando-o como objeto (GUERRA, 2010).

A maneira como essa exclusão é operada pode ser analisada pelas rupturas e alianças firmadas no âmbito da psiquiatria e outras ciências em relação à categoria do autismo. Léo Kanner é o responsável pela criação dessa nova entidade nosológica separada do campo das esquizofrenias. A partir da nomeação, inicia as primeiras descrições do autismo no campo da psicopatologia infantil. Desde esse ato inaugural, que poderíamos designar como uma ruptura com os pressupostos bleulerianos, até a atualidade, o autismo permanece um quadro instigante que desafia a ciência, irreduzível às análises laboratoriais genéticas, cujas conclusões sobre uma etiologia molecular não se confirmaram.

Se a biologia fracassou até o presente momento na busca de localizar os determinantes do autismo, tampouco os defensores das causas psíquicas foram precisos em suas conclusões.

Logo, um embate organogênese *versus* psicogênese do autismo tem se mostrado estéril e fomenta rivalidades pouco relevantes ao avanço do debate sobre a questão.

Por outro lado, o afastamento da psiquiatria clássica marca o começo de uma lógica que vislumbramos na psiquiatria atual, relacionada à proposta de formalização com base em dados estatísticos. Como efeito, observa-se o esvaziamento da teoria e o surgimento dos manuais ateóricos como o *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (DSM) e *International statistical classification of diseases and related health problems* (ICD). Entre os objetivos dessa manobra temos a padronização da comunicação dos profissionais. Entretanto, essa tendência generalizante impõe o esforço de classificação, que, distanciando-se a cada edição do DSM da história clínica do sujeito, suprime a alteridade do objeto.

Figueiredo (2002) evidencia a tensão entre o *espaço da ignorância* e o *desejo de conhecer*, vigentes na pesquisa científica. A preservação do primeiro implica a crença da alteridade do objeto, em sua resistência à apreensão e domínio do “sujeito do conhecimento”. A anulação de sua complexidade cessa a atividade de pesquisa, o que pode resultar em um trabalho burocratizado, desafeito à novidade e filiado ao saber já conhecido. Para a autora, a ética na pesquisa estaria referida à manutenção da tensão e do movimento dialético, produzindo um equilíbrio dinâmico, capaz de transpor as relações binárias.

Assim, a exclusão do enfoque clínico na psicopatologia do autismo, expressa nos manuais diagnósticos, evidencia uma possível solução pela via do “enquadramento”. Dito de outra forma, uma tentativa de isolar o objeto de pesquisa, por meio da leitura de sintomas, produzindo “sujeitos ateóricos,” cujo vigor científico se encontra tamponado pelo encontro com as respostas diretas que reduzem a complexidade dos quadros de autismo.

A psicanálise, por sua vez, entende que para o autista houve um fracasso no estabelecimento do laço com o Outro primordial, acarretando a falha em sua constituição psíquica (LAZNIK, 1998), e assegura um lugar de fala para que algo do sujeito possa ser escutado no endereçamento ao analista. Entretanto, mesmo trabalhos voltados para a psicanálise na interface com autismo, ao evidenciarem o resgate da história do sujeito, podem fazê-lo de forma imprecisa, tal como um alibi a uma possível insuficiência teórica e repetição vazia. O trabalho de investigação é ocupado por conclusões, excluindo a noção de um saber que se põe em reserva, enquanto *douta ignorância*, que de fato colocaria em causa a produção do sujeito.

Nisso podemos vislumbrar a resistência do pesquisador, ou, ainda, ideais narcisistas de exaltação da psicanálise, tornando seu discurso demasiadamente panfletário e, dessa forma,

operando tal qual a lógica que condena. A respeito do posicionamento do pesquisador diante da pesquisa clínica, Vorcaro (2010) assinala:

[...] na medida em que força a produção de uma cena, ou seja, fazendo-a aparecer, erigindo evidências, o pesquisador faz-se obscuro, ou seja, retira-se da cena imiscuindo-se sorrateiramente nela, e pode fazer uma clínica coercitiva, mas sem ato. Assim, não apenas coloca obstáculos para a transferência, mas também lança o sujeito à deriva do gozo do pesquisador (VORCARO, 2010, p.16).

Suturar o sujeito, sob a égide de um discurso, através de linguagem que lhe seja exterior, tem como efeito sua exclusão, reduzindo-o a objeto do saber (PINTO, 2008, p. 77). Temos aí uma questão fundamental subjacente, que aponta para o estatuto do sujeito na pesquisa científica. Faz-se necessário, portanto, delimitar de que sujeito fala a psicanálise e sua especificidade em relação ao campo da ciência.

A apropriação do texto *A ciência e a verdade*, de Lacan (1966/1988), nos autoriza afirmar que o sujeito da psicanálise é o sujeito da ciência, visto que, com o advento da ciência moderna, vemos surgir, a partir da dúvida cartesiana, uma relação pontual e evanescente ao saber. Nessa via, o cogito “Penso, logo existo” marca a operação efetuada por Descartes ao vincular seu pensamento à fala, tocando assim na essência da linguagem (1966/1998, p. 879). Sobre essa estrutura linguageira, Lacan nos indica que:

O inconsciente que a diz, o verdadeiro sobre o verdadeiro, é estruturado como uma linguagem, e é por isso que eu, quando ensino isso, digo o verdadeiro sobre o verdadeiro que soube deixar, sob o nome de inconsciente, que a verdade falasse (1966/1998, p. 882).

Elia (1999) assinala que o inconsciente é o próprio “campo de pesquisa” da psicanálise. Contudo, o saber do inconsciente é rechaçado pelo discurso e pelo saber da ciência, excluindo assim o sujeito e, por sua vez, a dinâmica da verdade. Nesse movimento de forclusão do sujeito, vemos erigir-se a concepção de um saber totalizante, sem falta, suprimindo o real, o que não se pode mensurar, o impensável, o impossível de conceituar (RAMOS; NICOLAU, 2015) Contudo, sendo o real aquilo que insiste, retorna o autismo, como a clínica do real (FREIRE; BASTOS, 2004) desafiando o saber científico, tal qual fizeram as histéricas na Salpêtrière.

A investigação freudiana demonstra a relação de dependência e derivação da psicanálise em relação à ciência. A esse respeito, ainda no texto “A ciência e a verdade”, Lacan inicia questionando o estatuto do sujeito, cuja resposta encontra na práxis, via pela qual a ciência entrará como condição para a psicanálise.

Elia (2009) concebe que, se alguma ruptura a psicanálise operou em relação à ciência, foi ir além do que é possível às normas científicas. Isso se deve à derivação clínica do método

freudiano, visto que, como tal, segue princípios, e não padrões. Ou seja, a clínica impõe um constante movimento de interrogação à teoria; sua função é ampliar o saber produzido com os ensinamentos do caso. Assim, tendo como referencial a experiência do sujeito, a psicanálise opera um corte epistemológico na esfera científica, possibilitando o exercício de uma prática que é concomitantemente:

(1) um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica. (FREUD, 1923/1976, p. 287).

Sendo assim, é possível reafirmar que o sujeito que a psicanálise opera é o sujeito da ciência que, conforme tratamos anteriormente, advém da instauração do cogito cartesiano em sua dúvida metódica. O sujeito surge no instante mesmo de assunção da sua angústia diante da persistência da dúvida. Mas o valor da proposição cartesiana para psicanálise não está *a priori* na dúvida, e sim no efeito de sujeito que provoca. Nessa operação, saber e verdade são apartados como consequência do que dela resta, a saber: o sujeito barrado (ALBERTI; ELIA, 2008).

Entretanto, seria possível falar de um sujeito no autismo? Autores (KUPFER, 1999; FREIRE, 2002; JERUSALINSKY, 2008) argumentam sobre efeitos de uma aposta capaz de fazer advir o sujeito.

A aposta num sujeito é fundamental no tratamento do autismo. Não porque efetivamente já houvesse um sujeito aí (onde os automatismos neurobiológicos prevalecem), mas porque – segundo o demonstra a evolução favorável de numerosos casos – existe a possibilidade de constituir um sujeito (JERUSALINSKY, 2008, p. 57).

Tal como a douta ignorância, a aposta de Pascal admite a incerteza e a precariedade do saber. Pascal parte do ponto de incerteza quanto à impossibilidade de demonstrar racionalmente a existência de Deus. Encontra na aposta a possibilidade de formular razões capazes de convencer um não crente sobre a existência de Deus. Ao inaugurar a possibilidade de ganhar ou perder, a aposta traz também a oportunidade de um ganho infinito. Nesse caso, a aposta na existência de Deus exigiria uma vida regrada e, a despeito da confirmação ou não da proposição inicial, garantiria uma vida virtuosa e repleta de boas ações. Além disso, em caso de sua existência, o benefício infinito da vida eterna. Em conclusão, nada se perderia (SANTOS, 2008).

Ora, uma aposta capaz de forjar a dúvida pode inscrever um corte, produzindo ali um sujeito habilitado a estabelecer laços sociais. Lacan (1966/1998, p. 869) escreve que o simples

reconhecimento do inconsciente basta para motivar o “estado de fenda”. Nesse sentido, a aposta de Pascal comparece enquanto um compromisso ético sustentado pelo desejo do analista, e esse ponto interessa particularmente à continuidade da discussão sobre a pesquisa em psicanálise no campo do autismo. O desejo passa, então, ao centro do debate ético, afastando-se das prescrições e dos valores de conduta característicos dos discursos moralistas.

b. Discursos em torno do autismo: da ética do bem à universalidade do desejo

A bioética surgiu com o intuito de preservar a dignidade humana e conciliá-la com os avanços científicos. Seus princípios fundamentais podem ser resumidos em: autonomia, (asseguramento da capacidade de autodeterminação do pesquisado), beneficência (promoção do seu bem-estar), não maleficência (evitação de danos e riscos possíveis), justiça e equidade (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 1996).

Diante desses preceitos, a pergunta de Lacan (1965/1973) sobre "qual ciência comportaria a psicanálise" soa inequivocamente pertinente. Estamos diante de uma ética fundamentada no bem-estar, na universalidade, desconsideração pela particularidade do caso e de cada contexto. Poli (2006) afirma que, entre os princípios assinalados, o mais problemático seria a autonomia, herdeira da moral kantiana, que pressupõe um sujeito da razão e estabelece os princípios éticos como resultantes da distinção entre sujeito e objeto do conhecimento. A diferença, tributária da relação com a alteridade, é excluída. Surge aí uma ética universal, acéfala, tipicamente moderna, fundamentada nos princípios do utilitarismo.

Nessa via, observamos a profusão de diagnósticos de autismo, baseados em traços do comportamento e em conformidade à determinação de manuais como CID-10 e DSM-V. Paralelamente a isso, notam-se a expansão de técnicas comportamentais no tratamento do autismo e o conseqüente afastamento dos aspectos subjetivos aí implicados. Em causa, um apelo à normalização, que evoca uma responsabilização não em nível subjetivo e ético, e sim no domínio social e jurídico, convergindo à instância moral em detrimento da ética.

ABA (*Applied Behavior Analysis*), Teacch (*Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children*), PECS (*Picture Exchange Communication System*) são todos métodos comportamentais, novas roupagens para uma velha senhora herdeira das práticas educativas instituídas ainda, no final do século XVIII, no célebre caso do selvagem de Aveyron (ITARD, 1994); um “disfarce de modernidade” destinado a impor um ideal de cientificidade que encobre os reais interesses de ordem econômica e ideológicas (MENDENEZ, 2012). Elia (2012) atesta a existência de um discurso pseudocientífico em

torno do autismo que se apresenta sob o que ele denomina “medicina do comportamento”, que alia a psicologia cognitivo-comportamental com a medicina baseada em evidências inspirada no modelo neurocientífico.

Para a psicologia comportamental, qualquer investigação ou tratamento de fenômenos como o autismo implicará a sua redução a padrões comportamentais em interação com fatores biológicos, ainda que estes permaneçam na mais completa e vaga imprecisão. Por não distinguir adequadamente objeto e método, a psicologia comportamental se vê na injunção de degradar o objeto para manter o seu método que, para ser tido como “científico”, deve “objetivar” o sujeito e reduzi-lo a repertórios comportamentais manipuláveis por modelagem experimental (ELIA, 2012, p. 58).

Os ganhos obtidos no tratamento dessas crianças são inquestionáveis; elas podem adquirir um bom repertório de comportamentos úteis às suas atividades diárias e importantes no processo de inclusão social. Isso é mérito das intervenções pautadas no método cognitivo-comportamental, mas e o sujeito com isso? Se considerarmos tal como a psicanálise, segundo a qual para o autista não se estabeleceu o laço com o Outro primordial (LAZNIK, 1998), veremos que a questão é mais complexa do que nos mostra a superficialidade do comportamento. Logo, transformar autistas em indivíduos autômatos demonstra ser uma forma de adaptá-los à nossa própria lógica e distanciá-los do que os diferenciaria enquanto sujeitos de desejo. A esse respeito, Elia afirma:

Entregue às operações da ideologia cientificista da medicina do comportamento, lastreadas pelo poder incalculável dos lucros da indústria de psicofármacos, o autismo não conhecerá outro destino senão o da segregação travestida, como convém, da mais cínica aventura repleta de proezas no desenvolvimento de “competências sociais”, inclusão, benefícios sociais junto às políticas públicas de assistência (bolsas, auxílios, ganhos sociais os mais diversos, garantias de direitos) que não apenas mantêm intacta a posição do sujeito – como um não-sujeito, um objeto que se crê ativo e ativado pelo pragmatismo das conquistas no espaço de suas relações na pólis – como engendram incessante e performaticamente essa posição de objeto de manipulação social e política (ELIA, 2012, p. 58).

As particularidades em relação aos métodos psicanalítico e científico positivista não indicariam *a priori* práticas excludentes, visto que a psicanálise deriva da ciência (LACAN, 1966/1998). O que testemunhamos, porém, é o rechaço da psicanálise pelos seus detratores e as correntes cognitivo-comportamentais que, filiadas àquele modo de fazer ciência, lançam diretrizes sobre as linhas de cuidado e atenção à criança com autismo, o que prioriza determinada abordagem em detrimento das demais.

O Movimento Psicanálise, Autismo e Saúde Pública (MPASP) adverte que no campo da saúde mental não pode haver um reducionismo dogmático que ignore a complexidade do sofrimento psíquico, elegendo-se uma única forma de abordagem diante dele, mas deve-se instaurar um trabalho em equipe, possibilitando a articulação de um tratamento interdisciplinar.

A despeito dessa profusão de discursos, o autista segue sofrendo os efeitos desse lugar moderno em que está situado. Carrega a exclusão da linguagem e da circulação social e se encontra na borda, onde surpreendentemente se equilibra (KUPFER, 1999, p. 101). Poli (2006) destaca que a ordem moral vigente desconsidera a condição desejante do sujeito, submetendo-o à posição de objeto de gozo.

A psicanálise, por sua vez, se propõe a reintroduzir a relação sujeito-Outro, no lugar da exclusão operada pela ciência. Dada sua derivação clínica, a pesquisa de base psicanalítica depreende a não existência de um sujeito abstrato e universal, que institui a epistemologia e a ética de sua prática, visto que é no campo da fala e da linguagem que algo do sujeito pode advir, uma produção marcada pelo ineditismo, sempre singular. Dessa maneira, o analista está advertido da inexistência de um "Bem Supremo" a regular sua práxis.

Os princípios vigentes que regulam a psicanálise se referem, portanto, ao dispositivo analítico criado por Freud; logo, diferem de uma técnica. Estrutura-se na observância de duas regras fundamentais, a saber: associação livre e atenção flutuante. Logo, a ética, para psicanálise, está referida à produção discursiva do sujeito em sua divisão, a qual aponta para o desejo.

c. Aspectos éticos na condução da pesquisa com crianças autistas

A investigação dos quadros psicóticos da criança é recente em comparação às pesquisas com adultos. Anteriormente, o saber obtido com base nesses estudos era aplicado às doenças mentais da infância. Somente no século XX as patologias psiquiátricas infantis são descobertas e definidas. Bercherie (1992) divide o saber psiquiátrico sobre a criança em três tempos: primeiramente, no século XIX, o interesse é voltado para a discussão do retardamento mental; posteriormente, a patologia psiquiátrica adulta é estendida à infância e, por fim, no século XX, o olhar sobre a psicopatologia infantil desvincula-se da do adulto.

Atualmente, a participação da criança autista em pesquisas científicas pressupõe a obtenção do consentimento de seus representantes legais. Essa autorização frequentemente é formalizada pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em conformidade com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Essa resolução faz referência aos princípios da bioética por intermédio de prescrições e critérios normativos. A crítica da autora Poli (2006) incide sobre essa questão, visto que, segundo ela:

No lugar das perguntas “como poderemos preservar a autonomia dos sujeitos (o que é afinal autonomia?)”, ou “de que modo seguir o princípio da beneficência (o que é

o bem para o sujeito?)?”, e ainda “como realizar uma ciência justa (o que é mesmo ser justo?)?”, estabelecem-se princípios abstratos (Poli, 2006, p. 5).

Isso denota uma dupla alienação a esses princípios, que atinge pesquisador e pesquisado quando seguem tais prescrições de forma burocrática. Como efeito, novamente testemunhamos a exclusão do sujeito, na medida em que se suprime o que é de ordem subjetiva, justamente o que permitiria o estabelecimento de laços afetivos, umas das principais questões que envolvem o autismo (LAZNIK, 1998). Assim, em vez de dispor da possibilidade de escuta, lugar da manifestação da singularidade, o sujeito é tomado como objeto do outro, permanecendo no anonimato (LUNA, NICOLAU, 2014). Diante disso, Elia define a potência atual do discurso psicanalítico como o único capaz de "reintroduzir o sujeito na cena da qual a ciência o mantém exilado" (Elia, 2012, p. 8).

Em face da forclusão do sujeito, a psicanálise reinscreve o Nome do Pai na esfera científica (LACAN, 1966/1998). O que remete à Lei em sua forte associação ao desejo, na medida em que se erige uma barra à sua completa satisfação. O gozo do pesquisador enfim encontra interdição e instaura-se a ética do desejo, tributária da singularidade.

O que é singular se inscreve num tempo, num espaço e, portanto, num laço social. A singularidade nega e ao mesmo tempo faz existir o universal e o particular, por isso está em constante articulação com estes (TATIT, 2016).

O acolhimento da produção singular dos autistas é o exercício da ética da psicanálise enquanto aposta na instauração de laços sociais. Ainda que isso signifique suportar o real que emerge dessa clínica. A esse respeito, Lacan responde que nossas dificuldades para escutá-los e dar nosso alcance ao que dizem não impedem que sejam “personagens de preferência verbosos” (LACAN, 1975/1998, p. 13). “O inconsciente é linguagem” (LACAN, 1966/1998, p. 881), logo, sustentar a produção do autista implica acompanhá-lo no trabalho de estruturação psíquica, elaboração de novos destinos pulsionais e amarrações.

Nessa “dobradiça” entre pesquisador e analista, o que se grafa e apaga implica sua responsabilização quanto ao próprio ato clínico. A clínica então assevera sua conjunção com a pesquisa ao ultrapassar a capacidade explicativa da teoria. Freud, ao transmitir o caso Hans, primeiro caso de análise com crianças, apresenta indagações recíprocas produzidas em torno do par método analítico-caso clínico, originando esse efeito. Tal resultado reflete as particularidades do campo do inconsciente em que está inserida a pesquisa psicanalítica.

Esse campo é marcado pela invenção, expressa na particularidade do caso, exigindo um esforço de reinventar a psicanálise a cada novo encontro. Nesse campo, o que está em causa é o sujeito do significante, distinto tanto do indivíduo biológico quanto da evolução psicológica passível de compreensão (LACAN, 1975/1998). Dessa injunção decorre um saber

sempre marcado pela impossibilidade, instituindo *pontos de ignorância* que se constituem como *espaços de alteridade*, pois produz o sujeito, não apenas o descobre (POLI, 2008).

Apoiado nisso, o trabalho aqui desenvolvido segue o método teórico-clínico psicanalítico, tomando a clínica como seu eixo principal de produção de saber, em consonância com a posição científica da psicanálise – enquanto corpo teórico caracterizado, a um só tempo, como procedimento de investigação e método de tratamento.

No percurso de escrita desta dissertação, faço no primeiro capítulo a abordagem dos aspectos históricos da alimentação e o modo como ela se articula à história do sujeito ao compor a construção do gosto alimentar, posto que comida é linguagem e memória. Para tanto, resgato os pressupostos de Freud (1985-1950/1996) sobre concepção de um aparelho de memória composto por traços mnêmicos, forjados no âmbito de um sistema perceptivo complexo, capaz de fazer registros dos eventos recebidos através da experiência e ordená-los segundo transcrições e retranscrições em diferentes instâncias psíquicas. As vias de facilitação, que se caracterizam pela diferente permeabilidade entre neurônios, deixariam rastros que se constituem como trilhamentos, instituindo caminhos associativos.

Lacan toma o conceito de traço unário, a partir das concepções freudianas acerca das inscrições psíquicas, demarcando a vertente linguageira do funcionamento psíquico, um aparato que conjuga três momentos: a marca, seu apagamento e o rastro deixado pelo seu apagamento. Esses tempos comportariam o surgimento de um enigma, posteriormente articulado à dialética significante. Diante disso, poderíamos considerar que a não instauração do pacto simbólico faz malograr a inscrição do autista nesse sistema simbólico de sentidos compartilhados expressos na alimentação? É o que apresento no segundo momento do escrito articulado ao banquete totêmico e *O banquete*, de Platão.

Para aprofundar questões relativas à constituição do sujeito, proponho no segundo capítulo tratar sobre a estruturação psíquica e o que falha no autismo, partindo de uma revisão bibliográfica dos trabalhos de autores expressivos nessa temática, tais como: Marie-Christine Laznik, Graciela Crespin e Inês Catão, que desenvolvem trabalho clínico com crianças autistas e fazem parte do grupo de profissionais que integram a Associação PREAUT, cujo objetivo é capacitar profissionais para detecção de sinais de risco para o autismo. Destaco ainda os trabalhos produzidos pelos profissionais do Centro Lydia Coriat – especialmente A. Jerusalinsky e J. Jerusalinsky –, em sua clínica interdisciplinar especializada em diagnóstico e tratamento dos problemas do desenvolvimento na infância. Há, também, trabalhos de psicólogos e psicanalistas engajados na temática da constituição do sujeito inseridos em

universidades e escolas de psicanálise – Kupfer, Vorcaro, Laurent, Bernardino, Vidal, Maleval, Freire, Soler.

Já no terceiro capítulo, o objetivo é articular ao caso de Caio os aspectos clínicos da prática com crianças com autismo e problemas do desenvolvimento. A proposta é colocar a trabalho o caso clínico, encaminhando a discussão às questões que tangenciam pontos importantes deste trabalho, tal como a relação do autista com seu corpo e a relação com a alimentação, partindo do que se instaurou com a relação transferencial. As discussões produzidas na confluência entre teoria e clínica redundaram em formulações a respeito do sujeito e sua referência ao campo da linguagem.

Sigo então, no quarto capítulo, tecendo considerações sobre a constituição do corpo – aspecto importante para articular os momentos cruciais de advento do sujeito. Tais considerações ensejam o que é abordado na discussão sobre uma suposta “hipersensibilidade” do autista.

É importante frisar que, ao longo da dissertação, sou impelida pelos questionamentos e inquietações relativas aos impasses do trabalho em equipe. Por isso, ressalto que a interdisciplinaridade está presente nas elaborações aqui apresentadas.

PRIMEIRO CAPÍTULO

1 APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO

1.1 O que dessa história se inscreve para o sujeito?

São inúmeras as metáforas que evocam aspectos gustativos: chamam “manteiga derretida” a quem chora facilmente; é “um doce” a pessoa amável; já o oposto é alguém “azedo” ou, ainda, “amargo”; “mamão com açúcar” e “marmelada” designam situações muito fáceis. Além disso, quem nunca ouviu as frases “comer com os olhos”, “engolir sapo”, “ficar com água na boca”? Ou mesmo os ditados “pimenta nos olhos dos outros é refresco”, “quem não chora não mama”, “beleza não põe mesa”? Há também expressões paraenses como: “levar o farelo”, utilizada quando alguém sofre um revés; o “boca de jambu” para se referir às pessoas que gostam de falar da vida alheia; e ainda o “Papa-Xibé”, alcunha que designa o paraense legítimo, que, aliás, não o é se não tomar açai. Esse fruto, por sua vez, é cantado por Nilson Chaves como “sabor marajoara”. Tantas expressões na ponta da língua que é possível afirmar que, mais do que alimento, comida é linguagem (NASCIMENTO, 2007).

Nenhum alimento que entra na boca é neutro, pois é envolto em palavras, carregado de sentido e história. As manifestações culturais refletem o que se coloca no prato. O cozer, provar, saborear evidenciam os valores de uma civilização, seja para honra, crítica ou negação (ONFRAY, 1999). De forma análoga, Gilberto Freyre considera a culinária como instrumento de resistência à escravidão, destacando a preservação e disseminação da comida africana no Brasil. A originalidade e distinção da culinária brasileira aproximam-se da própria formação do país em sua face miscigenada, recebendo influências de negros, brancos e índios e compondo a identidade nacional (FREYRE, 1952/2002, p. 349, 504).

O autor demonstra em vários pontos de sua obra a preocupação associada à incorporação de novas práticas alimentares. Trata-se de um prenúncio do temor contemporâneo de outros países, que, entre outros valores culturais, anseiam preservar suas tradições culinárias dos estrangeirismos, destinando a essa atividade o título de patrimônio imaterial e logrando salvaguardar os seus rituais de comensalidade.

Ademais, comida é memória, evocando lembranças, traços de percepções e transmissão. Nesse ponto, temos o lugar dos livros de receitas, com sua escrita do saber culinário. Receitas e segredos que, muitas vezes, circulam por gerações, o que Freyre denomina “maçonaria das mulheres” em *Açúcar*, de 1932. Também, é comum ouvir os mais

saudosistas lembrando e dizendo do gosto da pipoca vendida na rua no fim da tarde, do bolo da avó, dos doces comprados na mercearia de um senhor quase sempre chamado Manoel, dos dias de Círio com o cheiro de maniçoba e pato no tucupi enchendo as casas.

Em contrapartida, para crianças autistas, os alimentos são reduzidos a poucas variedades e são escolhidos geralmente devido aspectos específicos relacionados à sua aparência e textura, em detrimento do ponto de vista afetivo em causa nas trocas alimentares. Dito isso, como pensar o lugar do autista nessa trama simbólica ligada ao comer?

Para pensar essas indagações, acompanho Freud (1913a) em sua afirmação de que a comparação da infância com a história primitiva dos povos se desdobra em questões profícuas ao campo psicanalítico. Nessa via, nos interessa analisar o deslocamento do alimento da condição de substância que sacia a pura necessidade à categoria de estatuto simbólico nas trocas alimentares.

Resgato, pois, alguns recortes da narrativa que acompanha os hábitos alimentares durante os séculos. Ela inicia-se na pré-história, quando a alimentação provinha principalmente da caça e do consumo de frutas, vegetais e grãos – atividades de pequeno porte com baixo impacto sobre a natureza. O posterior domínio da agricultura provocou maior controle sobre os aspectos naturais e o consequente adensamento populacional, apesar da limitada produtividade e do predomínio da monocultura.

Os homens deparam-se, então, com as particularidades do solo, com as diferentes variedades de insumos que brotam de acordo com cada região e clima, resultando nas preferências alimentares. Desse modo, passam a fazer escolhas quanto ao que lhes é ou não interessante ao consumo. Para Flandrin e Montanari (1998), isso significou o início das práticas culturais voltadas para as escolhas alimentares, na medida em que essas preferências englobam um vasto campo de significações, pautadas em interdições e hábitos peculiares que cada sociedade institui como próprias ao ato de se alimentar. Com o acréscimo dessas preferências, instituiu-se um âmbito em que a alimentação estaria descolada do registro da necessidade.

Nessa configuração, no decorrer da história, o costume alimentar passou a caracterizar as civilizações, entre outros, nos aspectos produtivo e social, tanto na reprodução como na obtenção e transporte dos insumos e matérias-primas. A rota para as Índias, central para as grandes navegações, movimentou o Velho Mundo na busca por novas rotas de comércio que incluíam a procura e a comercialização de especiarias. Posteriormente café, chás, chocolate compuseram o circuito de trocas monetárias.

Não somente o aspecto econômico, também os critérios morais e religiosos, como tabus e rituais, viriam a ser relacionados aos costumes alimentares. Conforme a tradição judaica, há interdições prescritas no Levítico, vinculadas aos alimentos impuros que devem ser abominados pelos judeus. Já segundo o cristianismo, o ato de tomar o vinho e partir o pão na cerimônia da Santa Ceia ganha a representação do sacrifício de Cristo. A própria identidade religiosa estaria relacionada aos hábitos alimentares, seja na inclusão ou exclusão de certas comidas.

Os interditos vão além da perspectiva religiosa, refletem a apropriação dos hábitos alimentares, fundamentando-se na ampliação dos significados e no uso dos alimentos, os quais tanto podem ser populares – “Depois de peixe, mal é leite”; “Água fria e pão quente nunca fizeram bom dente”; “Água bebida depois de melancia dá febre” (CASCUDO, 2004) – quanto científicos, expressos nas prescrições e práticas profiláticas do comer e beber.

Vemos, ainda, surgir a tensão entre o moderno e o tradicional nesse campo dos hábitos alimentares. Desde a metade do século passado aos dias atuais, a chamada *MacDonaldização* do mundo estabelece o ritmo das trocas ao modo *fast food*. A praticidade e rapidez seguem a lógica da globalização, em que o modo de produção em massa e homogeneizante é estendido aos alimentos. Por outro lado, há movimentos de resistência a esse arranjo, o chamado *slow food*, grupo em prol da educação do gosto e biodiversidade alimentar, dos produtos naturais e de qualidade (SANTOS, 2005).

Carneiro (2005) considera que o fato de partilhar e dar sentido aos rituais de comensalidade distingue a alimentação humana da animal. Destaca que a dimensão física, enquanto processo orgânico e metabólico, não esgota a **dimensão humana** da alimentação, fundamentalmente expressão dos desejos e signo de prazer.

Logo, as delícias e iguarias refinadas, ou ainda aquilo que é rechaçado como impuro e intragável, se instituem como tal num âmbito que articula sabor, sentido e um tempero a mais, definido como os elementos que se conjugam na formação do gosto alimentar, que não se limita ao fator biológico e nutricional em causa, mas porta historicidade, o que remete ao modo como cada um enlaça o ato alimentar em sua vida psíquica. Assim, o alimento se estabelece como uma categoria histórica na medida em que as mudanças nos hábitos alimentares podem ser referenciadas à própria dinâmica social (SANTOS, 2005).

Por outra via, Freud (1921/1996) assinala que a psicologia individual é, ao mesmo tempo, psicologia social. O que revela a essencialidade desse campo para constituição do sujeito e, paralelamente, sua irredutibilidade a ele. A esse respeito, Vorcaro (2011, p. 228) entende que “a estruturação do sujeito é o percurso desde o momento em que um adulto

atribui significação para o organismo do neonato, até o momento em que ela mesma, a criança, possa evocar e referir-se à sua significância num laço social”.

Com isso, depreende-se que a espécie humana se distingue pelo desenvolvimento singular das relações sociais. O que se deve a uma economia particular e fundamentalmente paradoxal pautada na linguagem, que estabelece um novo campo relacional instaurado pela entrada do Outro e inaugura o circuito das trocas afetivas. Desse modo, o domínio biológico declina e é progressivamente deslocado do plano das aquisições culturais.

Essa particularidade é descrita por Lacan com base numa teoria que engloba os aspectos do desenvolvimento humano e da psicopatologia. Trata-se da noção de Complexos, caracterizada como fator de cultura, subvertendo as formações instintivas:

O que define o complexo é que ele reproduz certa realidade do ambiente, e duplamente. 1) Sua forma representa essa realidade no que ela tem de objetivamente distinta em uma dada etapa do desenvolvimento psíquico; essa etapa especifica sua gênese. 2) Sua atividade repete no vivido a realidade assim fixada, cada vez que se produzem algumas experiências que exigiriam uma objetivação superior dessa realidade; essas experiências especificam o condicionamento do complexo (LACAN, 1938/2002, p. 10).

Destaque dado à amamentação – via privilegiada de alimentação nos momentos iniciais do bebê –, tempo de captura em que voz, olhar e toque se conjugam num único ato. Instante em que o humano é convocado a se constituir como sujeito. O filhote humano já nasce aparelhado para o ato da sucção, comprovado pelo fato de que, quando lhe é oferecido o seio, se iniciam os primeiros movimentos reflexos, não sendo apenas o instinto que se coloca em causa. A mamada seria correlata à experiência de satisfação da pulsão oral, colocando em causa a alteridade, o que Freud nomeou **primeira experiência de satisfação** (QUEIROZ, 2000).

Freud (1905/1996, p. 169, grifo nosso) assinala ainda o **chuchar** enquanto fenômeno que se inscreve no ato da amamentação, consistindo na “repetição rítmica de um contato de sucção com a boca (os lábios), do qual está excluído qualquer propósito de nutrição”. Ademais, Lacan (1938/2002) dá testemunho do complexo do desmame e destaca que, embora exista um componente biológico em causa, sua regulação está referida ao campo social. Em outras palavras, se inscreve na ordem simbólica, apartando-se de qualquer fixidez referida à economia instintual, efeito da mediação do significante, em sua irredutibilidade à condição orgânica – o que transpõe uma unidade vital em bloco para fragmentos agora sonhados, imaginados e fantasiados (ELIA, 2004). Sendo assim, segundo Lacan (1938/2002), o desmame fixa no psiquismo o traço permanente da relação biológica que interrompe.

O paralelo entre alimentação e aquisição cultural é resgatado por Lévi-Strauss (1964/2004) quando aponta a passagem do cru ao cozido como fundante da cultura. O domínio do fogo estaria ligado a esse acontecimento. Tal conquista efetuada pelo homem primitivo é alvo da análise de Freud. Para ele, a renúncia ao prazer de matriz homossexual é condição para a conquista do fogo. Os alimentos antes consumidos em sua forma natural, mais próximos ao encontrado na natureza, são apropriados pelo humano e submetidos ao processo de transformação pelo cozimento.

Nesse processo, acompanhamos o surgimento do que pode ser considerado um rudimento de cozinha. Os processos de transformação do alimento pretendiam torná-lo mais digeríveis e menos nocivos, fato que propiciou o início das práticas culinárias distintas segundo cada sociedade (FLANDRIN; MONTANARI, 1998). Ao se referir à oposição entre natureza e cultura, quando assinala a passagem do cru ao cozido – demarcada por Lévi-Strauss –, Justus (1999) considera que a própria cozinha é uma metáfora da cultura.

No dicionário, *cru* designa tanto o que está por cozer como também indica o cruel, bárbaro, desumano. É fato que comemos alimentos crus, sejam frutas, saladas, peixe, e isso não nos destitui de nossa humanidade. Trata-se, todavia, da passagem ao **cozimento simbólico** e sua função mediadora entre o sujeito e seu corpo, agora aparelhado com utensílios como faca, garfo, colheres ou *hashi*, utilizados na manipulação dos alimentos, tornando-o mais eficaz no domínio das condições naturais (LÉVI-STRAUSS, 1964).

Com isso, faço notar a dimensão simbólica presente na história da alimentação, ressaltando que as inscrições psíquicas decorrentes do comer permanecem como traços que se inscrevem para o sujeito e se traduzem em sua própria história, primordialmente na expressão de afetos e sentidos conferidos à alimentação. O que permanece na forma de traços de memória, advindos da experiência individual, pode posteriormente ser rememorado, pois está referido a uma rede simbólica. A questão que se coloca é: como essa articulação se processa e se manifesta em preferências alimentares e de que forma se apresenta no autismo? O que há de permanência em termos de inscrição psíquica nesse quadro?

Em primeira análise, todos escolhemos determinados alimentos em detrimento de outros. Temos um prato preferido, uma comida que nos faz lembrar um lugar ou uma época. São como menus próprios que instituimos em referência a uma rede que articula linguagem, a qual podemos nomear e à qual conferir uma narrativa própria.

Do ponto de vista da psicanálise, a qualidade do que é bom ou ruim pode ser referenciada à emissão de juízos, cuja função é atestar a característica e a existência de

determinada coisa (*Ding*) representada psiquicamente. O aspecto atribuído ao objeto é pensado por Freud como expressão das pulsões orais:

“Isto eu quero comer e isto eu quero expelir para longe de mim”, ou de forma mais abrangente: “isto eu quero colocar para dentro de mim e isto eu quero pôr para fora”, ou seja: “deve estar dentro, ou fora de mim.” Conforme expus em outra parte, o Eu-prazer presente no início do desenvolvimento quer introjetar o que é bom e expelir de si tudo que é mau. Inicialmente, para o Eu-prazer não há diferença entre o mau, o que é estranho ao Eu e tudo aquilo que se situa fora do Eu (FREUD, 1925/2007, p. 148).

As representações mentais se originam de percepções; logo, a presença da representação denota sua existência na realidade. Assim, o encontro com a percepção que deu origem à marca mnêmica não é o objetivo final, trata-se antes de um **reencontro** que presentifica o objeto de forma alucinatória a despeito de sua presença concreta. O intercâmbio com o mundo é possível partindo-se desses julgamentos de existência e qualidade que se constituem como traços, que posteriormente constituirão o sistema inconsciente ⁵. Considerando essa ocorrência, é possível pensar não só que ao alimento é atribuído sentido, mas também que resta enquanto marca psíquica.

No texto *O interesse científico da psicanálise*, Freud (1913b) destaca a contribuição da psicanálise para história da evolução e ressalta que desde seu início ela se ocupou do acompanhamento de processos evolutivos. A vida psíquica do adulto estaria referenciada às experiências infantis. Uma vez inscritos, os traços não são destruídos e funcionam mediante modos próprios de articulação num sistema de memória que segue leis de associação.

Ainda em *A interpretação dos sonhos*, Freud (1900) assinala que a regressão se impõe no mecanismo do sonho e revela a **condição primitiva do sonhador**, índice da importância da psicanálise no âmbito das ciências que aspiram a reconstituir a história da humanidade. Para além da infância, dos acontecimentos particulares desse período, haveria a **infância filogenética**, incidindo sobre o desenvolvimento humano como recapitulação de tempos arcaicos.

Freud (1913a) estende esse mecanismo ao resgatar a lei biogenética de Haeckel, para quem “a ontogenia repete a filogenia” – isto é, o desenvolvimento individual sintetiza as fases de desenvolvimento das espécies. O autor demonstra a continuidade do passado, em que o que sucede pressupõe coexistência do primitivo, e se interessa particularmente pela passagem do estado natural à cultura, o que difere da evolução linear e cronológica nos moldes darwinianos, cujo pressuposto está assentado no aperfeiçoamento progressivo. Na outra via, a

⁵ Conforme elaboração posterior freudiana na Carta 21, de que tratarei adiante.

psicanálise inclui o tempo lógico, que na sua não linearidade instaura uma descontinuidade. Desse modo, há uma temporalidade peculiar que se apresenta no desenvolvimento psíquico, em que cada momento depende do suporte instaurado pela operação anterior. Assim, falar da passagem do tempo e da dinâmica social é significativo para pensar também a constituição do sujeito, pois esse instante pressupõe operações psíquicas que congregam a história em sua articulação com o sujeito, referido a um complexo sistema simbólico que se revela na cultura, nas tradições e nas preferências alimentares.

Entretanto, como pensar os impasses do autista com a alimentação, visto que o alimento aparece em toda a sua crueza, apartado daquilo que evocaria sua história? O que ele come? Ou, ainda, o que recusa comer?

1.2 Totem e tabu e outros banquetes

Para pensar a questão que finaliza o tópico anterior, retomo a discussão sobre os sentidos da alimentação, ressaltando os aspectos sociais implicados no ato de comer. No humano, ele se encontra descolado do registro da necessidade, dando lugar ao componente simbólico, evidenciado pela instauração de traços de memória conjugados de forma singular na formação do gosto alimentar do sujeito. Todavia, para que isso ocorra e haja um inconsciente efetivo capaz de operar com esses traços, é primordial a instituição do pacto simbólico com a linguagem, habilitando o sujeito à conjugação de laços sociais.

Entretanto, alguns autores⁶ consideram que, para o autista, não se instituiu o pacto social capaz de possibilitar sua inscrição na ordem simbólica. A esse respeito, ao se referir à linguagem, Kupfer (2010, p. 275) assinala que a criança autista “[...] a habita de modo idiossincrático, não participante do pacto simbólico, não participante dos códigos da cultura, eleitora de modos de gozo não socializados [...]”.

Sigamos, então, a via proposta por Bernardino (2011), ao destacar o instante em que o humano adentra o universo da linguagem, tornando-se um *falasser* capaz de sustentar seu próprio desejo e, ante a falta estrutural, simbolizar o mundo ao seu redor.

Lemos aí o funcionamento psíquico e sua fundamentação no pacto que possibilita a entrada do *infans* no universo simbólico. Em contrapartida, temos o autista na condição de

⁶ ARAÚJO, M. A representação e o gozo na clínica do autismo. **Estilos da Clínica**, v. 14, p. 106-127, 2010.
 BERNARDINO, L. Mais além do autismo: a psicose infantil e seu não lugar na atual nosografia psiquiátrica. **Psicologia Argumento**, v. 28, p. 111-119, 2010.
 KUPFER, M. O sujeito na psicanálise e na educação: bases para a educação terapêutica. **Educação e Realidade**, v. 35, p. 265-282, 2010.
 JERUSALINSKY, A. **Psicanálise do autismo**. 2. ed. São Paulo: Instituto Langage, 2012.

extimidade a esse campo. Ao experimentar-se o fracasso na construção das redes de linguagem, se impõem as estereotípias, apartadas de seu **valor relacional** (JERUSALINSKY, 2012). Disso depreendemos o embaraço da criança autista em face dos signos advindos do laço com o Outro, o que comparece de maneira evidente nas trocas alimentares.

O convívio e a refeição estão ligados à agregação e doação. O cerimonial que contempla o ato alimentar evoca a sociabilidade, evidenciando o papel social do paladar, conforme ressalta Nascimento:

O banquete proporciona uma situação de convívio em que o alimento é cultura, em que a presença dos ancestrais acontece em transmissão para gerações futuras. É uma celebração que conjuga, paradoxalmente, vida e morte; presente, passado e futuro; o familiar e o estrangeiro; a imanência e a transcendência (NASCIMENTO, 2007, p. 55).

Logo, a função social do banquete é atualizada no convívio promovido pelos encontros em torno da mesa. Encontro também com o passado, em que comer e beber juntos representava um ato que fortalecia as amizades, estreitava as relações entre senhor e vassalo ou, ainda, selava acordos comerciais. A partilha toma um lugar de relevo e torna-se mais importante do que a própria refeição, referindo-se, a partir de então, às relações de irmandade. Destaque-se a palavra “companheiro”, que deriva de *cum panis* (compartilhar o pão) e denota a estreiteza de laços que é característica do ato de comer junto.

O banquete se funda nessa partilha, naquilo que remete à solidariedade entre os homens. A cozinha então revela um ofício que evoca sabor, sentido; está presente ainda na preparação dos alimentos, em sua conjunção entre afeto, intimidade, fatores estéticos e econômicos. Isso demonstra uma forma particular de relações sociais, tornando a mesa um verdadeiro ritual de comensalidade.

Para os gregos, o banquete era considerado sinal da civilização e símbolo do pacto social. Em torno desse acontecimento instituíam-se tratados, formavam-se alianças e celebrações. As refeições ainda diferenciavam humanos e deuses, gregos e não gregos, marcando, assim, a diferença entre mortais e imortais.

Contemporaneamente, os restaurantes permanecem como elementos de sociabilidade. Teriam surgido no século XVII, na França, com a comercialização de caldos cuja função “restaurante” daria nome ao empreendimento assim anunciado: “Boulangier vende restaurantes divinos”. A função do caldo, além de fortificante, logo demonstrou ser também agregadora, na medida em que concentrou os clientes que o consumiam no mesmo local da compra. No Brasil, essa entidade teria surgido da iniciativa de comerciantes de diferentes nacionalidades, que estabeleceram casas de comidas típicas de seus países em nosso território.

Além disso, no período imperial, o hábito do brasileiro de comer fora ampliou-se com a inserção de confeitarias ao estilo parisiense, que logo se tornaram lugar de agregação e afetividade, propiciando momentos de descontração, precursores do atual *happy hour*.

Em Belém, no lugar onde atualmente funciona Olympia, cinema mais antigo do Brasil em atividade havia o Café Madrid. A propaganda feita no jornal *Folha do Norte* no ano de 1896 destacava as qualidades do local e os serviços de restaurante e botequim. Nascimento (2007) considera que nos bares e botequins o prazer de beber mistura-se ao de falar. Seriam pontos de encontro, reunindo pessoas pelas afinidades éticas e amor à boemia. Já as festas, comenta a autora, além da sociabilidade atrelada, marcariam grandes acontecimentos como formatura, festa de 15 anos, comparados a rituais de passagem, em que a comida tem lugar de destaque.

Em psicanálise, temos como referência para articular questões acerca do laço social o mito “totem e tabu”. Freud (1913/2012) assinala a **primeira festa da humanidade** como o evento que marca a entrada do humano no universo da cultura. Nessa ficção, o pai detém todas as mulheres e expulsa seus filhos à medida que crescem. Até que o parricídio funda o pacto social entre os membros do clã em volta de um grande **banquete totêmico**, em que os irmãos expulsos se rebelam e devoram o pai. Esse ato antropofágico – descolado do impulso de saciar a fome enquanto pura necessidade – concedia-lhes a apropriação da força do pai e a identificação a ele. O acontecimento se desenrolou não sem culpa, o que provocou a instauração da proibição do assassinato do substituto do pai, na figura do totem, bem como a privação às mulheres.

A refeição compartilhada recria o banquete totêmico e aponta para a sacralização do ato, em que a consciência de culpa é mitigada pela comunhão entre os participantes. Estaria atrelado à noção de pertencimento à mesma substância, evocada pela *kinship*, sentimento de vinculação constantemente reforçado pela partilha da refeição.

Ao questionar-se sobre a vinculação promovida pela comensalidade, Freud (1913/2012) conclui que o alimento reforça o clã. Ressalta ainda a **força ética da refeição sacrificial**, assentada na antiga ordem de comer e beber em companhia de outrem, marcando o estreitar das relações sociais.

Didier-Weill (1997) considera a gênese do sujeito como um pacto ético que envolve o sujeito e seu consentimento na assunção ou não dessa ordem simbólica. O pacto entre ele e o significante resultaria no ganho de um corpo sexuado, através do qual pode usufruir a fala e da linguagem. Sua contrapartida seria a fala gaguejante, um corpo pesado cuja imagem está no registro daquilo que é feio.

a. Incorporação, identificação e linguagem

A leitura de Elia (2004) sobre o mito atribui ao assassinato do Pai da Horda Primitiva a abertura de um “buraco em nossa alma”, significando a falta no nível do ser, imprescindível à emergência do sujeito, que não se produz por si, em dado processo natural ou mesmo cultural. Seria antes uma condição paradoxal, em um só momento fundante do sujeito e dependente de seu ato para se configurar como tal. Ou seja, o sujeito seria “correlato ativo” da falta. “Para a psicanálise, portanto, a falta é o que nos faz sujeitos na cultura, não da cultura, pois não somos meros efeitos da cultura, já que esta carece, tanto quanto o sujeito, de ser compreendida a partir dos fatos de estrutura que lhes conferem inteligibilidade” (ELIA, 2004, p. 43).

O conceito de identificação demonstra ser pertinente também na teorização sobre laço social, civilização e cultura. A seu respeito, Freud distingue como “a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa” (1921, p. 133). Lacan, no Seminário 12, ratifica que a primeira forma de identificação é a incorporação, enquanto referência primordial mítica, lugar de estruturação do ideal do Eu em referência ao corpo. Nesse ponto de opacidade que a incorporação engendra, mormente onde o mito canibalesco se apoia, presentifica-se o ponto inaugural do surgimento da estrutura do inconsciente. Lacan aponta então uma questão valiosa, qual seja:

E o que é essa incorporação, se sua referência mítica, etnográfica, nos é dada no fato de que para aqueles que consomem a vítima primordial, o pai desmembrado, é alguma coisa que se aponta sem se poder nomear? Ou, mais exatamente, que não se pode nomear senão no nível de termos velados como aquele do ser, que é o ser do Outro, a essência de uma potência primordial que, aqui, **em vez de ser consumida, é assimilada**, que a forma sob a qual se apresenta o ser do corpo é a de ser o que se nutre daquilo que, no corpo, se apresenta como o mais inapreensível do ser, que se reenvia sempre à essência ausente do corpo; que, dessa face da existência de uma espécie animal como bissexuada, enquanto que isto está ligado à morte, nos isola como, vivendo no corpo, precisamente isso que não morre. Isso que faz com que o corpo, antes de ser o que morre e o que passa pelos filetes da reprodução sexuada, seja alguma coisa que subsiste numa devoração fundamental que vai do ser ao ser. (LACAN, 1964-1965/2006, p.183)

Nessa estruturação, o pai precisa surgir como pai simbólico, enquanto significante denominado por Lacan Significante Nome-do-Pai. Tal função significante, na figura do pai simbólico, não encontra correlato a um ser vivo, e sim refere-se a uma morte, tal qual o mito do Pai da Horda Primitiva. A própria condição para subsistência dos pais fundamenta-se no assassinato, antes mesmo do surgimento do sujeito, desse pai singular, cuja antecipação da

morte pelos filhos produziria o interdito, confirmando a impossibilidade de ser morto (LACAN, 1995, p. 225).

Estar submetido a essa interdição é estar sob o domínio da Lei, pois, sendo o Nome-do-Pai articulador em nível significante, orienta o sujeito no campo da linguagem. Determina, portanto, a morte da coisa, desvelando uma estrutura em que a produção de significação será sempre efeito do significante, de modo algum o contrário, possibilitando a metáfora, metonímia, jogos de linguagem que aparelham o sujeito para operar no universo simbólico.

Essa questão é importante para pensar as dificuldades alimentares em crianças autistas quando partimos da noção de que a relação do sujeito com a linguagem implica consequências nas suas relações com os objetos. Algo de indigesto aparece como irreduzível para esses sujeitos, e a não incorporação da linguagem pode resultar na não assimilação do alimento, agora tomado em sua concretude, sem os deslizamentos promovidos pelo encadeamento significante.

Nessa direção, o conceito de traço unário é pertinente, pois traz para a cena a própria constituição do sujeito. Isso porque, embora haja precedência do simbólico e a criança nasça imersa na linguagem, sua apropriação e subordinação a esse campo carrega a marca da inscrição do significante. A distintividade cavada pelo traço faz dele suporte da diferença e possibilidade de ser, dado que o apagamento da marca fende o signo do significante. “O traço unário é, portanto, significante não de uma presença, mas de uma ausência apagada, que, a cada volta, a cada repetição, se presentifica como ausência” (RINALDI, 2008, p. 61).

Nessa operação de rasura, a linguagem imprime uma marca no vivo pela via do traço, desnaturalizando o corpo, agora efeito do significante. No entanto, a psicanálise entende que se coloca para os autistas justamente a dificuldade na articulação do corpo com o discurso e os inconvenientes que isso lhes impõe em sua relação afetiva e no campo social. Posição tal que denota o modo de defesa ante o traumático da linguagem.

A recusa ao endereçamento, produção de sentido, comunicação, aponta para sua dificuldade de “civilizar o gozo pelo significante” (Zanotelli, 2017, p. 324). Em referência ao gozo no autismo, Garcia et al. assinalam:

Quando o gozo não é mediado pela estrutura da linguagem, não se localiza fora do corpo e é experimentado como invasão. Gozo que, para além do princípio do prazer, indica excesso. [...] O vivente permanece numa posição de recusa com a qual se protege da devastação, isto é, do risco de ser todo incorporado ou ejetado (2017, p. 252).

Com isso, podemos supor a correlação entre as dificuldades no enlace ao campo simbólico e os sintomas autísticos caracterizados pela recusa do alimento. Possivelmente, seria uma forma de proteção a essa intrusão que é primordialmente da linguagem. Assim,

sorver o alimento pode significar ser incorporado ou esvair-se nele, uma vez que a linguagem não é capaz de dar conta do que emana dos orifícios, resultando em um transbordamento. Esse excesso de gozo, que não cedeu ao significante, insiste e traz efeitos à relação do sujeito autista com os signos do laço social.

Esses sujeitos tentam esvaziar o corpo do gozo sem passar pelo endereçamento ao Outro. Desse movimento resta a repetição – com base no que Lacan aponta em seu Seminário 17 – como aquilo que atenta contra a vida. Com isso, podemos afirmar que mesmo o registro da necessidade se encontra prejudicado no autismo. Se, por um lado, temos os deslocamentos que permitem o alimento sair da condição de matéria que nutre e mantém a vida, por outro, para o sujeito autista, sua relação com ele pode não atender sequer às necessidades vitais do organismo. Araújo (2010) considera esse acontecimento como “comportamento atípico da pulsão em que o gozo não emerge enlaçado pela palavra” (p. 123), resultando em notável nível de desorganização, o que dificulta a organização de um campo capaz de ser compartilhado socialmente.

b. A dialética demanda – desejo e o canibalismo da fase oral

Mas o que estaria na base dessa relação que articula necessidade e demanda? Em *O Seminário, livro 8*, Lacan (1960-61, p. 201) analisa os efeitos sobre o falante da seguinte condição: suas necessidades passam pelos “desfiladeiros da demanda” (p. 199). Enquanto demanda mais simples, menciona a demanda oral, definida como **demanda de ser alimentado** dirigida ao Outro – o Outro impessoal ou *Outron* – cuja resposta será a **demanda de se deixar alimentar**, pois nessa condição de fala, evoca uma resposta invertida.

É nesse confronto entre as duas demandas que Lacan localiza o *gap*, a hiância que marca o fracasso do encontro, visto ser justamente a coincidência de demandas. O modo como isso é relacionado ao desejo é tratado no âmbito da relação de alimentação, mais especificamente nas anorexias, apresentando-se a condição de impossibilidade de satisfazer a demanda sem que o desejo seja saciado no mesmo movimento. Logo, para que não seja mitigado, o sujeito que tem fome não se deixa alimentar. Assim, sustenta a demanda, na forma de recusa, enquanto maneira de manter vivo o desejo.

Esse ponto situa a ambivalência configurada no seio dessa demanda, que insiste em não ser satisfeita. Desse modo, “o sujeito visa em si a salvaguarda do desejo, e testemunha a presença do desejo inominado e cego” (LACAN, 1960-61, p. 202).

Para além de satisfazer a fome, a demanda oral guarda o sentido de demanda sexual, conservando seu caráter canibalístico, cuja relação está em dependência – não apenas da boa vontade do Outro – também do devoramento do corpo daquele que o alimenta. Lacan denomina “mais radical” a absorção original presente no canibalismo que caracteriza a fase oral.

No autismo, a ausência de uma inscrição capaz de localizar o sujeito no campo do Outro ocasionaria o recebimento da demanda na posição de exclusão, determinando as manifestações do laço social como demanda de ausentificação, motivo pelo qual a criança vira as costas a quem a ela se dirige ou mesmo recusa incorporar os objetos oferecidos (JERUSALINSKY, 1993, p. 64).

Diferentemente, a expressão fundamentada por intermédio da cadeia significante está habilitada a, diante do alimento, poder proferir “esse não”, negando e afastando, ou mesmo dizer “gosto disso e não de outra coisa”, expondo a especificidade do desejo. A esse respeito Lacan (1960-61) afirma:

No nível da demanda oral, há, com efeito, apelo ao mais-além daquilo que pode ser satisfeito pelo objeto chamado seio. E o seio, imediatamente destacado do plano de fundo, assume logo um valor instrumental. Ele não é somente o que se toma, mas também o que se rejeita, o que se recusa, porque já se quer outra coisa (p. 375).

A demanda está referida a algo que se opõe à satisfação que reivindica. É demanda de presença ou ausência, aludindo à relação primordial com o Outro, cujo “privilégio” se constitui em satisfazer as necessidades, uma vez que dispõe do poder de privá-las dos objetos que as satisfariam. “Esse privilégio do Outro desenha a forma radical do dom daquilo que ele não tem, ou seja, o que chamamos de seu amor” (LACAN, 1958/1998, p. 698). Diante do impossível da satisfação, o desejo assume a condição “absoluta”, negando ser o apetite de satisfação ou demanda de amor, localizando-se como “[...] a diferença que resulta da subtração do primeiro à segunda, o próprio fenômeno de sua fenda (*Spaltung*)” (LACAN, 1958/1998, p. 698).

1.3 O banquete de Platão e o elogio a Eros

Para articular questões relacionadas à demanda e ao desejo, bem como introduzir o estudo de caso que comporá a escrita da dissertação, proponho a leitura de outro banquete. Trata-se do diálogo de Platão *O banquete* (427-347 a.C.), em sua perspectiva adotada por Lacan em *O seminário, livro 8* (1960-61), dedicado à transferência, para pensar a estrutura do amor em mais um ritual em que comida e bebida circulam com a palavra.

O banquete é definido por Lacan como “jogo de sociedade” (p. 29), cerimônia em nível cultural referida a hábitos praticados em diferentes regiões da Grécia, cujo regulamento consistia na discussão sobre determinado tema. Nessa configuração, o *symposium* é primordialmente um lugar em que posições discursivas são assumidas. *O banquete*, por sua vez, tem como ponto central o questionamento que nos interessa, relacionado à natureza do amor.

A dialética do amor, ao modo socrático de sua expressão, efeito da interrogação como tal, presentifica os efeitos da linguagem sobre o sujeito. O que permite acesso ao momento de báscula em que desejo e objeto se conjugam, acarretando, como efeito de significação, o amor. Esse ponto é central para compreender a transferência, conforme será tratado no decorrer deste tópico.

No referido *symposium* é possível identificar o que caracteriza o lugar do *érastès*, o amante e do *érôménos*, aquele que é amado. Para o amante, há o desconhecimento daquilo que lhe falta, enquanto o amado, não sabe o que tem, capaz de sustentá-lo nessa posição. Entretanto, “o que falta a um não é o que existe escondido, no outro” (p. 46). Ou seja, há uma discordância fundamental, que precipita em uma metáfora na qual o amante, enquanto sujeito da falta, substitui a função do objeto amado.

Destaco quatro cenas de *O banquete*. São elas:

1. a definição do amor conforme Agatão – o poeta trágico;
2. o que Sócrates sabe do amor;
3. a irrupção de Alcibíades – o poeta cômico;
4. a interpretação de Sócrates.

Cena 1: É inegável que Agatão impressiona pela sua sofística. Seu estilo poético lhe rendera o prêmio no concurso de tragédia grega e a alcunha de poeta trágico. Desfila então elogios a Eros: “Ele é que não nos deixa ficar estranhos uns para os outros e infunde em todos o sentimento de solidariedade, promove reuniões como esta, e nas festas, nos coros, nos sacrifícios favorece a brandura e expelle a rudeza; torna-nos reciprocamente benévolos e nos livra de toda a malquerença”.

Seu discurso é repleto de adjetivos e atributos, ressalta as qualidades de Eros, demonstrando seu domínio da oratória. Macedo (2001) assinala que Agatão era mestre da linguagem e, em sua fala, transita do elogio a Eros à exaltação da própria palavra.

Demonstra indiferença às ideias e valorização da retórica em si. Dado a “pirotecnia” de sua prosa poética, não dispensa o uso de hipérboles, perífrases, anáforas, antíteses,

aliterações, metáforas, enumerações, “hipnotizando” os ouvintes. Também define o deus Eros como poeta – assim como ele o é –, revelando a natureza dos elogios como enaltecimento da própria virtude, juventude e beleza (PINHEIRO, 2011).

No entanto, o conhecimento de Agatão sobre o campo da palavra não o isenta de ser atravessado pelo não saber daquilo que queria dizer.

Cena 2: Sócrates sucede Agatão em seu discurso e fala sobre o que sabe do amor. Para isso, desvencilhou-se da preocupação com a retórica e anuncia tratar da verdade, colocando em cena uma “nova forma discursiva” em que o “falar bem” não se vincula à beleza do discurso, mas à dimensão da verdade que ele engendra. Em resposta a Agatão, algo é dito sobre o amor, partindo-se do ponto em que as palavras do seu antecessor dizem mais do que o poeta trágico supõe. Sócrates então aponta os furos dessa exposição: Eros não é o “amado”, mas o “amante”, apresentando o tema da carência como elemento central da compreensão do amor.

Diz ainda: “[...] todos os que têm desejos, só almeja[m] aquilo de que não dispõe[m] nem possui[em] num dado momento; o que não se tem, o que ainda não existe e o de que se carece: eis, precisamente, o objeto do desejo e do amor”.

Aqui, a natureza desejanse de Eros desponta naquilo que se apresenta como falta. Eros é idêntico à falta (LACAN, 1960-1961a, p. 69). Na sequência, Sócrates sustenta sua posição em relação ao saber do amor. Nessa condição de quem, mesmo dele sabendo, se mantém na posição de deixar falar alguém, que do amor fala sem saber, visto ser nesse campo – faltoso por excelência – do não saber radical, que algo do amor pode ser dito.

Cena 3: A entrada de Alcibíades é ruidosa. Chega ao banquete embriagado, bradando por Agatão, na companhia de flautistas. Destaca-se pela beleza e sedução – sua característica mais proeminente –, subversão às leis, desprezo pelas tradições e religião. Está adornado com fitas na cabeça e uma grinalda espessa de hera e violetas, para coroar o anfitrião da festa. Coloca-se então entre Agatão e Sócrates, posição emblemática da qual profere seu discurso, agora não mais em elogio a Eros, e sim ao outro. O poeta cômico inicia uma confissão pública para falar detalhes de sua relação com Sócrates. Assim o caracteriza: “[...] é semelhante a esses Silenos, que se encontram nas oficinas dos estatuários, e que os escultores representam com avenas e flautas nas mãos: e, quando se abrem essas estátuas, vê-se que no interior se aloja um deus”.

Essa proposição abre via para duas acepções. Em primeiro lugar, a imagem, o que se apresenta enquanto aparência exterior; secundariamente, um continente que guarda determinado objeto precioso. Nesta última, há a indicação de que o importante está no interior, definido como *Agalma*. Assim, Alcibíades evidencia um fator de engano suscitado pela aparência, rompendo, em seu discurso, com a dialética do belo (LACAN, 1960-1961a p. 141). Ademais, o poeta insiste na relação com os *agalmata* e revela a submissão às regras daquele que os detém. Lacan entende que “há, pois, *agalmata* em Sócrates, e foi isso o que provocou o amor de Alcibíades” (p.152).

No que segue, Alcibíades descreve suas vãs tentativas de estabelecer seus anseios eróticos dirigidos a Sócrates, diante de um cenário obscuro, pois não sabe o que neste desperta o interesse. É válido ressaltar que Alcibíades esperava receber de Sócrates “o sinal de um desejo”, ainda que soubesse que nessa relação está na posição de amado. Sócrates, porém, sabe do amor, o que o coloca em uma posição de recusa a responder tais pretensões. “[...] Porque Sócrates sabe que ele não ama”, diz Lacan (p. 156), e, dessa forma, não ocupa o lugar daquele que é digno de ser amado (*érôménos*), o que impossibilita a produção da metáfora do amor, e acrescenta:

[...] expus a estrutura da substituição, da metáfora realizada, que constitui aquilo a que chamei o milagre do aparecimento do *éraslês* no próprio lugar em que estava o *érôménos*. Está aqui, precisamente, aquilo cuja falta faz com que Sócrates não possa senão recusar dar, se assim podemos dizer, o seu simulacro. Se ele se coloca diante de Alcibíades como incapaz de mostrar-lhe os sinais de seu desejo, é na medida em que recusa ter sido ele mesmo, de alguma forma, um objeto digno do desejo de Alcibíades – nem do desejo de qualquer outro (p. 158).

Na sua condição de poeta cômico, Alcibíades excede os limites do pudor e, em sua jocosidade, seu discurso ébrio também é ultrapassado por algo que diz sem que saiba o que é, protegido por esse “não sei o que estou dizendo”.

Cena 4: Quando o elogio a Eros passa ao elogio ao outro, não há dois, e sim uma triangulação. Isso é assinalado por Sócrates ao dizer que em torno de Agatão o discurso de Alcibíades fora traçado. Também comparece no momento em que Sócrates elogia Agatão, e isso satisfaz Alcibíades em decorrência da identificação ao lugar de amante. Apesar dos deslocamentos, o poeta cômico busca em Agatão os *agalmata*.

A interpretação de Sócrates, além de endereçar o discurso de Alcibíades a Agatão, tem como efeito evidenciar que o desejo daquele é mais secreto do que pensa revelar na confissão. Com isso, não apenas designa o desejo como faz seu jogo, realizando a metáfora do amor por “procuração”, ao elogiar Agatão.

É na medida em que não sabe o que Sócrates deseja, e que é o desejo do Outro, é nessa medida que Alcibíades é possuído, pelo quê? – por um amor do qual se pode dizer que o único mérito de Sócrates é designá-lo como amor de transferência, e remetê-lo ao seu verdadeiro desejo (p. 181).

O retorno às cenas destacadas de *O banquete* é interessante para análise da função da falta e sua importância no enlace do sujeito ao campo social. A falta possibilita que o desejo do Outro surja como enigma: o que o Outro quer de mim? Há nesse aspecto de vacilação, de puro desconhecimento, a contingência necessária que permite ao sujeito alternar entre as posições daquele que ama ou é amado, produzindo metáfora. Já em seu caráter metonímico, o sujeito comparece como suporte da cadeia significante, identificado à fantasia fundamental, em referência ao **desejo do Outro**.

Aprofundando-se nessa vertente do desejo, conforme nos é apresentado por Lacan no Seminário 8, nota-se que o lugar do desejo é situado à margem da demanda. O lugar vazio, onde o grito da fome é esboçado, articula-se no registro mais além da demanda e para quem no todo. Com base nesse arranjo, o bico do seio assume sua função no erotismo e o valor de *agalma* para o sujeito, tal **objeto precioso** torna-se igualmente suporte do prazer, fazendo despontar a “voracidade sublime” evidente nas atividades de morder (p. 211).

Para responder à natureza desse objeto, o autor ressalta que não é da fome primordial que emerge seu valor erótico. O que engendra essa qualidade vem por “retroação” e tem origem na demanda oral. Ou seja, há uma anterioridade lógica da demanda – patente no mais além de amor que evidencia –, a qual permite a constituição do desejo em torno do objeto.

Dois pontos devem ser destacados. Primeiramente, dizer que o advento do objeto não é efeito *sui generis* da fome primordial significa localizar algo nessa operação que escapa à satisfação da necessidade. O segundo ponto diz respeito ao apelo do sujeito em receber seu complemento do Outro que, respondendo com sua falta, produz o desejo.

A instauração da dialética do desejo é importante no processo de subjetivação. A preferência – enquanto signo do desconhecimento do querer do Outro – assume um caráter importante nessa configuração, porque, ao devolver a demanda invertida, o Outro a sustenta, localizando o sujeito no lugar de objeto de uma fome que ele escolhe. Lacan elabora essa questão da seguinte maneira:

A transição se faz da fome ao erotismo pela via daquilo a que eu chamava há pouco uma preferência. Ela ama alguma coisa, isso, em especial – por uma gulodice, se podemos dizer. Eis-nos reintroduzidos ao registro dos pecados originais. O sujeito vem se situar no cardápio do canibalismo, que, todos sabem, nunca está ausente de qualquer fantasia de comunhão (p. 216).

A preferência aqui aparece no registro da gula, localizado para além da fome primordial, expresso na voracidade, avidez, apetência, que é, sobretudo, canibal. Ou seja, para que haja sujeito capaz de afirmar e proferir suas formas de satisfação em um domínio de possibilidades socialmente articulado, é preciso passar pelos desfiladeiros da demanda e ser marcado pela falta constitutiva desse campo em que uma parcela de insatisfação é condição para instauração do estatuto do desejo.

Em relação às fantasias de comunhão, Lacan cita Baltasar Gracián e sua revelação sobre as delícias do consumo do corpo de Cristo, patente nos rituais religiosos. Recorre também ao ato de copulação do louva-a-deus – nessa espécie, o macho tem a cabeça devorada pela fêmea, que goza às expensas do outro.

Não à toa, Alcibíades, chamado homem do desejo, é comparado à figura do Baco, o deus da ebriedade, dos excessos. Que há algo de demoníaco no amor é possível ler em *O banquete*, já o discurso psicanalítico desvela a produção desejante que essa falta engendra. Nesse bascular de posições em que se verifica um objeto em causa, o gozo é localizado no corpo do outro.

Para avançar nessa questão, vamos retomar à figura do louva-a-deus fêmea, agora no contexto de *O seminário, livro 10*. Lacan lança mão da metáfora para articular como se estrutura a relação do sujeito com o desejo do Outro. Trata-se da aparição de um louva-a-deus fêmea diante de alguém que usa uma máscara e cuja identidade encoberta causa temor de um possível equívoco. Sem o reflexo da sua imagem, no globo ocular do animal surge a indeterminação sobre quem se é e o querer do outro em referência a esse *eu*.

Che vuoi?, Que queres? [...] Que quer ele de mim? [Que me veut-il?], com a ambiguidade que o francês permite no mim [me] entre o complemento indireto ou direto. Não se trata apenas de Que quer ele comigo?, mas também de uma interrogação em suspenso que concerne diretamente ao eu: não Como me quer ele?, mas Que quer ele a respeito deste lugar do eu? (p. 14).

O saber que, na posição do amado, Alcibíades logra é, verdadeiramente, o anseio pelo saber sobre o que causa o desejo de Sócrates. Essa vinculação ao desejo do Outro é referida à falta e ao desconhecimento que ela institui. Diante do não saber radical, o sujeito arremata desvios, pois não haveria acesso possível ao desejo que não fosse referido ao campo do Outro.

Assim, nessa condição faltosa e enigmática, o sujeito recorre ao significante, uma vez que possibilita forjar uma rede de traços capazes de orientá-lo no mundo do sujeito que fala (LACAN, 1962-63/2005, p. 87). Vorcaro (2017) afirma que o saber sobre o querer do Outro é importante na estruturação porque opera como defesa, livrando o sujeito de tornar-se sua

presa. Na posição de objeto do Outro, há o perigo constante de ser “devorado” e submetido enquanto objeto de gozo.

Lacan (1962-63/2005) assinala que “sempre há no corpo, em virtude desse engajamento na dialética significante, algo de separado, algo de sacrificado, algo de inerte, que é a libra de carne” (p. 242). A libra de carne cria um espaço intercambiável entre o corpo do sujeito e o corpo do Outro; a cessão se justifica pela cobiça do objeto, arrematando pistas que orientariam o sujeito no campo do desejo.

Ou seja, visando mitigar o “peso opaco” no gozo alheio (LACAN, 1962-63/2005, p. 73), o sujeito cede pedaços do próprio corpo e dessa forma salvaguarda o que remanesce. A operação de corte localizado no corpo resulta no surgimento do objeto pequeno *a*, definido por Lacan como o que resta na operação que marca o advento do sujeito no campo do Outro. Vale ressaltar o que Ramos (2013) assinala:

[...] paradoxalmente, em sua imaterialidade e em seu sentido esvaziado, enquanto um objeto ilimitado, o *a* é esse “tudo”, é feito de excesso. Ele resta porque é um a mais, um mais de gozar. É sempre com isso que estamos às voltas quando se trata de gozo e angústia; enquanto excessos, ambos, gozo e angústia, são governados por essa múltipla letra (p.77).

A angústia desvela o momento em que o desejo do Outro emerge em sua face enigmática e devoradora, tal qual a figura do louva-a-deus. Nesse ponto o sujeito está situado entre gozo e desejo e, a fim de sustentar a falta, destaca objetos que serão ofertados ao Outro.

Como dito anteriormente, para o sujeito autista comparece a dificuldade de civilizar o gozo. As trocas sociais são amparadas na dialética de outra troca, no sentido mesmo da metáfora, em que o objeto circula e é substituído, sendo *a* o que resta da entrada do sujeito no laço social. Na operação de desnaturalização do corpo pela palavra, “[...] aquilo que é perdido entra na conta do Outro para fundar o campo do objeto, que Lacan designou com a letra *a*, minúscula” (NICOLAU, 2008, p. 978).

Lucero e Vorcaro (2016) entendem que, para o autista, a não cessão do objeto *a* em sua relação com o gozo do Outro estaria relacionada à sua ausência de enunciação. A leitura de Jerusalinsky (2012) é que com o fracasso na constituição das redes de linguagem, capazes de fornecer o saber sobre o mundo e as pessoas, o autista manifesta a resistência à entrada do Outro e, conseqüentemente, ao universo das trocas familiares e social.

É importante notar que nesse universo de trocas simbólicas o significante falo funcionará em correspondência ao desejo e ao corpo, na medida em que significa a perda do objeto, permitindo ao sujeito sua localização em uma ordem compartilhada. A respeito do significante fálico, Lacan (1958/1998) assinala:

Eles são, para começar, os de um desvio das necessidades do homem pelo fato de ele falar, no sentido de que, por mais que suas necessidades estejam sujeitas à demanda, elas lhe retornam alienadas. Isso não é efeito de sua dependência real [...], mas da configuração significante como tal e de ser do lugar do Outro que sua mensagem é emitida (p. 697).

Isto é, a perda instaurada com a entrada na linguagem é recoberta pelo significante fálico, tornando-o fundamental no processo de subjetivação e socialização do sujeito em referência ao campo do Outro. Uma vez relacionado à falta no Outro, ao falo será destinado o estatuto de objeto fundamental, pois exercerá a função de ordenador, estruturando o desejo do sujeito. Assim, a significação fálica possibilita as substituições e os deslocamentos, permitindo as articulações dos objetos de desejo.

Para finalizar este capítulo e iniciar o capítulo seguinte, em que detalho com mais afinco a questão do estatuto do falo, resgato a cena final de *O banquete*. A conclusão da obra marca a argumentação de Sócrates acerca da possibilidade ou não do poeta que produz tragédias produzir também comédias, e vice-versa. Referindo-se a esse diálogo, Lacan afirma que “não basta, para falar de amor, ser poeta trágico, mas é preciso ser também poeta cômico (p. 114)”. Sabendo que em outro momento do seminário o autor aponta que na comédia o que se coloca sempre em questão é o falo (p. 99), poderíamos pensar que, naquilo que se refere ao amor, é preciso estar advertido da falta constitutiva e sua alusão ao significante fálico.

SEGUNDO CAPÍTULO

2 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E SEUS IMPASSES NO AUTISMO

2.1 A dependência significativa ao lugar do Outro

A noção de falta que Lacan desenvolve a partir de *O banquete* já havia sido analisada como central nas relações objetais em seu Seminário 4. O autor enfoca, por intermédio da articulação de três tempos lógicos (privação, frustração e castração), a transmissão da falta na constituição do sujeito. Tal como afirma Miller (1998), “o objeto só encontra seu justo lugar na psicanálise ao dispor-se à função de castração” (p. 1).

A suposta dualidade entre mãe e filho cede à discordância instaurada no seio da relação objetal. Nessa configuração, que é antes “triade imaginária”, o falo comparece como o terceiro elemento. No registro da privação, a mãe encontra-se privada da criança enquanto representante do objeto de seu desejo. Nesse desencontro, o filho é também privado da satisfação completa, pois não há objeto capaz de responder a seus apelos.

Essa primeira falta fundamental supõe a existência de uma lei que define certa configuração em que o objeto faltoso pode ser registrado como tal, ou seja, é a paradoxal presença da ausência. Para exemplificar esse arranjo, Lacan nos fala do modelo de uma biblioteca, em que a ausência de um livro pode ser localizada em razão da própria matriz simbólica que representa sua existência, enquanto sistema de lugares predeterminados e organizados que segue certas regras e inscrições. Assim, a falta não prescinde da existência de um sistema simbólico anterior.

A privação, portanto, é definida como uma falta real de um objeto simbólico. “A ausência de alguma coisa no real é puramente simbólica. É na medida em que definimos pela Lei o que deveria estar ali que um objeto falta no lugar que é seu” (p. 38). Logo, como fato de estrutura, temos que a relação entre a Lei e a ordem simbólica se vincula à própria noção da falta do objeto na constituição do sujeito.

Diante disso, questiono como o sujeito pode situar-se na ordem simbólica e não ser engolido, mantendo o estatuto da falta, sem que a satisfação venha a obturar esse lugar. O que fecha a boca aberta que atenta contra o advento do sujeito? Sigamos então às operações forjadas pelo sujeito para simbolizar a falta.

Desejo de desejo é o que comparece para a criança no que é chamado primeiro tempo do Édipo. Trata-se aqui do anseio do *infans* em satisfazer o desejo materno. Nesse movimento

em que o desejo da mãe é desejado pelo filho, instaura-se uma abertura à inscrição da Lei. A criança então se situa de um lado referida ao Outro – posição ocupada pela mãe enquanto representante da ordem simbólica – e, por sua vez, é introduzida na escansão promovida pelo par de oposição presença-ausência.

Nesse exercício de simbolização, em que comparece o desejo do Outro, a mãe responde ao apelo do filho com o dom. Este, como signo de amor, visa ao “mais além”. Dito de outra forma, há um deslocamento para aquilo que o objeto não possui, o que aponta para o falo. Ou seja, “à mãe falta o falo, que é porque ele lhe falta que ela o deseja, e é apenas na medida em que alguma coisa lho proporciona que ela pode ser satisfeita” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 194).

Assim, respondendo à falta materna, caberá à criança realizar o desejo materno e ocupar o lugar do falo. Por sua vez, “para agradar a mãe, [...] é necessário e suficiente ser o falo” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 198). Essa identificação sustenta imaginariamente a criança no campo do Outro. Entretanto, a ausência de reciprocidade entre o desejo e o objeto que a satisfaz revela a falta simbólica subjacente.

A primazia do falo está presente na obra freudiana. O falo comparece para a menina essencialmente como faltoso e, posteriormente, se liga à própria relação com o filho. É instaurada uma dialética em que a mãe espera receber alguma coisa da criança que dela também almeja algo. No princípio da troca, há o “nada por nada” (p. 143) e, desse modo, o falo advém como dom.

O desejo visa ao falo na medida em que este deve ser recebido como um dom. Para este fim, é necessário que o falo, ausente ou presente noutra parte, seja elevado ao nível do dom. E é na medida em que ele é elevado à dignidade de objeto de dom, que faz o sujeito entrar na dialética da troca, aquela que irá normalizar todas as suas posições, até inclusive as interdições essenciais que fundam o movimento geral da troca (Lacan, 1956-1957/1995, p. 144).

A mãe sustenta esse lugar, permitindo que os objetos que antes eram direcionados à satisfação se tornem objetos de dom, em sua face simbólica, uma vez que o anseio de saturação imaginária pela via fálica é irreduzível ao real da criança. A noção de que a mãe é desprovida desse objeto, a coloca em uma posição desejante, na medida em que algo lhe falta e será buscado na criança, mas nela não se encerra. Desse modo, enquanto a menina já entra faltosa nessa dialética, o menino se engaja em um trabalho de fazer dom daquilo que tem (p. 124-125).

Na frustração, algo que é esperado do outro não é concedido, há um dano imaginário que gera uma posição reivindicatória que está no domínio das exigências desenfreadas e sem lei (p. 36). Lacan entende que “o objeto da frustração é menos o objeto que o dom” (p. 101).

Isto é, o objeto entra em função pela via da falta, possibilitando a entrada do agente, no caso, a mãe em sua dimensão simbólica. Assim, a demanda se configura como apelo à presença do agente e inclusão de objetos substitutos; estes, enquanto signo do dom, não coincidem com o objeto de satisfação da necessidade. A esse respeito a observação de Miller (1993) é pertinente:

Quando vocês pensam que a criança está feliz porque está bem alimentada, porque a necessidade foi satisfeita, na realidade é mais a frustração do amor que se compensa na satisfação da necessidade. O que dá essa aura, esse brilho de gozo, quando a criança se satisfaz, vem de que a satisfação da necessidade compensa o que ela queria, que é o amor. Engana sua demanda de amor com a satisfação da necessidade (p. 53).

Há possíveis impasses nessa relação, conforme é descrito por Lacan: “[...] quando o Outro [...] se intromete nisso e, no lugar daquilo que ele não tem, empanturra-a com papinha sufocante daquilo que ele tem, ou seja, confunde seus cuidados com o dom de seu amor” (Lacan, 1958a/1998, p. 634). Ramos e Nicolau (2015) assinalam que a mãe, ao confundir os cuidados excessivos com o dom do amor, é imersa juntamente com a criança em um gozo mútuo, fazendo surgir a visão do *a* e, por conseguinte, o aparecimento da angústia. Nesse embate de voracidades, mãe e filho são pouco a pouco submergidos pelo excesso.

A passagem para o segundo tempo do Édipo marca a entrada do pai como agente de privação, articulando no domínio significante o Nome-do-Pai, enquanto suporte da Lei, em substituição do gozo materno. A criança então atribui significado ao desejo materno como referido à Lei do desejo do Outro. Esse é um arranjo importante para subjetivação, pois:

Se há castração, é na medida em que o complexo de Édipo é castração. Mas a castração, não é à toa que se percebeu, de maneira tenebrosa, que ela tinha tanto relação com a mãe quanto com o pai. A castração materna – como vemos na descrição da situação primitiva – implica para a criança a possibilidade da devoração e da mordida. Existe uma anterioridade da castração materna, e a castração paterna é um seu substituto (LACAN, 1956-1957, p.377).

Por conseguinte, a castração na figura do pai real, operando a cifra da Lei na ordem simbólica, seria mais “favorável” em vista dos desenvolvimentos posteriores. Aqui se abre via à dialetização a partir da rivalidade com o pai, seu assassinato, instauração da dívida simbólica. Isto é, há uma intensa atividade de significação do lado do sujeito, permitindo o acesso à significação fálica e sua inscrição na partilha dos sexos. Desse modo, tal como afirmam Bonfim e Costa (2015, p. 240), “o falo é um significante – logo, um semblante. O semblante sempre envelopa o vazio, fazendo crer a existência de algo que não há. O semblante, ainda que se esforce por ocultar, o que oculta é nada”.

—Em *O seminário, livro 11*, Lacan articula o conceito da falta à noção de afânise do sujeito. Trata-se aqui da alienação enquanto *vel* que “condena” o sujeito à barra de sua divisão

radical. Isto é, se por um lado ele comparece com sentido, como efeito do significante, por outro desaparece como afânise (LACAN, 1964, p. 206). Aqui, retomando a conceituação do traço unário, enquanto articulador estrutural na constituição do sujeito, é possível vislumbrar o campo das produções significantes.

O *Vorstellungsrepräsentanz* é localizado nesse mecanismo da alienação como o primeiro “acasalamento significativo” cujo advento está referido ao Outro e alude ao significante unário. Com efeito, além da representação do sujeito para outro significante, temos sua própria afânise. “Há então, se assim podemos dizer, questão de vida e de morte entre o significante unário e o sujeito enquanto significante binário, causa de seu desaparecimento. O *Vorstellungsrepräsentanz* é o significante binário” (p. 213).

Essa lógica nos é apresentada com base no esquema matemático da “união” de conjuntos, no qual estão representados sujeito e Outro.



No primeiro tempo, condenado ao campo do Outro, o sujeito advém como falta, pois essa inscrição no domínio da estrutura implica inevitável perda. A esse respeito, Lacan explicita o seguinte: “[...] escolhemos o ser, o sujeito desaparece, ele nos escapa, cai no não senso – escolhemos o sentido, e o sentido só subsiste decepado dessa parte de não senso que é, falando propriamente, o que constitui na realização do sujeito, o inconsciente” (p. 206). Para apreender essa lógica, é possível ainda recorrer à metáfora da “bolsa ou a vida”. Se escolhermos a bolsa, a vida será perdida; por outro lado, caso a escolha seja a vida, ela será marcada pela ausência da bolsa.

Nesse *vel*, um dos dois termos será invariavelmente excluído. Há uma escolha forçada, na qual comparece a condição de inexorável submissão do sujeito ao campo do Outro enquanto função significante. Tal conjuntura acarreta a fruição do sentido a despeito do velamento do ser. O sujeito então, diante do próprio eclipsamento, revela algo de sua condição, a saber: a impossibilidade de ser inteiramente representado no Outro.

Logo, a questão suscitada pela alienação refere-se primordialmente ao sentido e ao que dele escapa. Desse modo, vela o sujeito e aponta para cisão própria ao falante. “[...] É do

exame significativo produzido no campo do Outro, em que o ser vivo está imerso, que surge o lugar prévio do sujeito como efeito da linguagem” (VORCARO; LUCERO, 2010, p. 149).

Soler (1997) indica que, enquanto a alienação é o destino do sujeito que fala, a separação pressupõe um querer. Trata-se de uma nova lógica verificada entre sujeito e o Outro, na qual a operação de “interseção” de conjuntos também é incluída, agora definindo a separação, enquanto aquilo que falta em ambos os conjuntos. O Outro, então, em vez de assumir o lugar do tesouro dos significantes, advém em sua dimensão desejante. A esse respeito, conforme dito por Lacan:

Aquilo pelo que o sujeito encontra a via de retorno do vel da alienação é essa operação que chamei, outro dia, separação. Pela separação o sujeito acha, se podemos dizer, **o ponto fraco do casal primitivo da articulação significativa**, no que ela é de essência alienante. É no intervalo entre esses dois significantes que vige o desejo oferecido ao balizamento do sujeito na experiência do discurso do Outro, do primeiro Outro com o qual ele tem que lidar, ponhamos, para ilustrá-la, a mãe, no caso. É no que seu desejo está para além ou para aquém no que ela diz, do que ela íntima, do que ela faz surgir como sentido, é no que seu desejo é desconhecido, é nesse ponto de falta que se constitui o desejo do sujeito. O sujeito – por um processo que não deixa de conter engano, que não deixa de representar essa torção fundamental pela qual o que o sujeito reencontra não é o que anima seu movimento de tornar a achar – retorna então ao ponto inicial, que é o de sua falta como tal, da falta de sua afânise (p. 213-214, grifo nosso).

Com isso, depreende-se que tanto o Outro quanto o sujeito são marcados pela falta. De um lado, algo insiste enquanto irredutível à demanda; em contrapartida, temos a oferta do sujeito para suturar essa falta. Um aspecto importante é que o furo no Outro, em referência à particularidade do desejo, é lido pelo sujeito como equivalente do seu ser, na condição de sujeito inconsciente ou sujeito do significante, o que precipita o engajamento na busca do saber sobre o próprio ser (SOLER, 1997, p. 64). Há o recobrimento de faltas, que tem como efeito a coincidência entre o desejo do sujeito e o desejo do Outro.

O primeiro objeto proposto ao desejo do Outro é a própria perda do sujeito. No entanto, o fato de não ser totalmente representado pelo significante atesta sua condição pulsional em termos do gozo na sua relação com o Outro. Na cessão que se processa, há o desprendimento de partes do corpo em oferta àquele desejo. Aqui comparece o objeto *a* como elemento não significativo que se localiza no vazio entre o sujeito e o Outro.

Lacan destaca três pontos em que é dominante a posição do Outro: a demanda do Outro – em sua face de desconhecimento –, o desejo do Outro e o gozo do Outro. Este último também é importante na constituição do sujeito. Percebido como uma atividade pulsional em sua face de repetição, insistência, o gozo aparenta ser exímio de utilidade, no entanto, distancia-se de um pretensão automatismo biológico e logo demonstra sua relação com a linguagem. Esse fato pode ser observado na própria obra lacaniana, porque o momento em

que o gozo é mais explorado em seu ensino coincide com a primeira noção relacionada ao significante enquanto barra ao gozo. Quando a ênfase recai sobre o real, o significante, por sua vez, é vislumbrado como produtor de gozo do sentido ligado à própria linguagem.

Ainda nessa relação entre gozo e linguagem, é possível localizar na obra freudiana, em *O chiste e sua relação com o inconsciente*, o resgate do gozo (*Genuss*) operado pelo chiste. Lacan amplia essa questão e adentra o campo jurídico para articular o gozo ao usufruto de algo e localiza três modalidades; são elas: gozo do Outro, gozo fálico e gozo outro. Ressaltando que o gozo do vivo é próprio ao primeiro estado experimentado pelo sujeito, que será substituído pelo gozo do Outro, a partir do encontro com o agente experiente, capaz de promover a ação específica e a conseqüente satisfação referida ao abrandamento dos ímpetos iniciais. É na medida em que o bebê se oferece ao Outro, no domínio da pulsão oral, em sua face canibalesca, em que o filho se faz comer, que ocorre o engaste ao Outro. Laznik (2004) ressalta a dificuldade do autista em se engajar no gozo do Outro, que desde os primórdios é vivenciado como intrusivo.

Essa modalidade de gozo encontrará seu limite no gozo fálico, tributário da significação fálica, espécie de gozo própria ao falante. É a garantia de que o gozo do Outro não o será em excesso, o que poderia acarretar o refreamento da constituição do sujeito. Tais sutilezas são apresentadas no caso trazido por Laznik no artigo “Godente ma non troppo: o mínimo de gozo do outro necessário para a constituição do sujeito”, em que o recurso do vídeo familiar é utilizado para analisar o que se processa nos momentos iniciais da relação entre o bebê e aquele que ocupa a função de Outro.

A cena descrita ocorre enquanto a mãe se engaja em gracejos com seu bebê, que incluem vocalizações e ações de colocar partes do corpo dele na boca, sugerindo comê-lo. O gozo do Outro é interrompido quando algo da significação fálica é incluído no instante em que a mãe, partindo de sua divisão, elogia o bebê e lhe confere estatuto fálico. Desse modo, o sujeito é inscrito em um campo de satisfação que inclui o Outro. É possível, ainda, fazer referência ao mais-de-gozar, dimensão do objeto *a*, na condição de resto de gozo para além da significação. Sobre isso, Lacan assinala o seguinte:

[...] mãe que diz, mãe a quem se demanda, mãe que ordena e que institui ao mesmo tempo a dependência do homenzinho. A mulher permite ao gozo ousar a máscara da repetição. [...] Ela ensina seu pequeno a se exhibir. Ela conduz ao mais-de-gozar, porque ela mergulha suas raízes, ela, a mulher, como a flor, no gozo mesmo (Lacan, 1970, p. 73-74).

Entretanto, convém que o equívoco que a coloca na posição do Outro, que lhe permite entrever o gozo que é próprio a essa função, esmoreça ante a proibição do incesto e marca da

castração, uma vez que o gozo em demasia se opõem ao princípio do prazer. Laznik indica no artigo citado que, ao admirar o filho, a mãe muda o registro e recua da relação erótica, sustentando para seu bebê o lugar de sujeito, e não mais mero objeto de gozo. Ou seja, da cena oral erótica à dimensão narcísica fálica, na qual é possível ao bebê escapar do devorar de gozo. De outro modo, Lacan, ao situar essa relação, diz que:

O papel da mãe é o desejo da mãe. É capital. O desejo da mãe não é algo que se possa suportar assim, que lhes seja indiferente. Carreia sempre estragos. Um grande crocodilo em cuja boca vocês estão – a mãe é isso. Não se sabe o que lhe pode dar na telha, de estalo fechar sua bocarra. O desejo da mãe é isto (LACAN, 1992, p. 105).

Conforme a suposição de Laznik, o que se processa no autismo é um gozo fechado, impossibilitando o gozo do Outro e sua própria função. Essa tendência é sublinhada pela autora no artigo “Bebê com risco de autismo em tratamento conjunto: visa-se a reversibilidade total?”. Nele, a questão do autismo é analisada com base no atendimento de Marina, bebê de 4 meses, e sua mãe, em sessões conjuntas que se dirigem ao laço estabelecido entre o par mãe e filha e ao gozo aí implicado.

A dificuldade em encontrar o olhar da filha é a queixa que leva a mãe de Marina ao consultório de Laznik. Há, ainda, a hesitação em traduzir seus sinais; a analista então antecipa as demandas da menina, ao falar em seu lugar. Em determinado momento da sessão, Marina chupa as mãos, que lhe escapam e são prontamente seguradas pela mãe, que a ajuda a continuar o movimento. De repente, começa a sugar o dedo da mãe, demonstrando o prazer que a ação lhe confere. Laznik exclama no lugar de Marina: “Hum! Como é bom o dedo de minha mamãe! É gostoso!”. Marina, então, o suga com mais veemência.

Em resposta, a mãe cogita oferecer-lhe um pirulito, ao que a analista, no lugar da menina, diz: “Mas, mamãe, é do seu dedo que eu gosto! É tudo de bom o dedo da mamãe!”. Isso precipita uma torção em que a mãe começa a se referir a partes do corpo da filha como um “docinho”. Nesse instante, a prosódia materna muda e ganha entonação envolvente, revelando o prazer suscitado nessa relação referida a metáforas adocicadas e canibais. Olhando para a mãe, Marina vocaliza: “Guo, te, re te”.

Esse jogo desloca o prazer para os fragmentos do corpo de Marina. O “pezinho”, a “barriguinha” são agora objetos de satisfação. No que segue, apesar dos progressos no tratamento, Marina tem uma recaída aos 15 meses, em que apresenta quadro severo de fechamento ao outro. Em determinada sessão, Marina se deixa alimentar pela mãe. Ela abre a boca para as colheradas de iogurte, mantendo o olhar fixado em outro ponto da sala; enquanto isso, a mãe queixa-se da ausência do olhar da filha. Marina mantém indiferença às

interpretações até que a analista faz semblante de tomar a colherada seguinte de iogurte e vocaliza sua satisfação: “Bem, é Mme Laznik que vai comer. Hum! Hum! Hum! É gostosa com baunilha!”. Há surpresa e prazer na exclamação, o que suscita, desde o primeiro “Hum”, os olhares e sorrisos de Marina, como se partilhasse do prazer.

A mãe, então, participa do jogo, mas não desencadeia a mesma reação na filha. Advertida de que é do prazer que se trata, Laznik surpreende a mãe com uma colherada de iogurte, o que provoca em Marina outro lampejo de divertimento, que agora é acompanhado pela sustentação do olhar no outro e pela menção de bater palmas. Logo, não é o alimento que satisfaz. A boca aberta de Marina sorve a prosódia que a conduz ao laço com o Outro.

No que segue, a menina é convocada pela analista a “Olhar o cheiro do iogurte”. Mais tarde, na mesma sessão, Marina faz semblante de alimentar Laznik, o que indica o estabelecimento da criança no registro aquém da satisfação da necessidade. A autora assinala que isso conduz ao entendimento de que há o desejo da criança de ser portadora do objeto que satisfaz o Outro. O jogo alimentar é protagonizado novamente por Marina na sessão seguinte, agora alimenta alternadamente a analista e o pai.

Isso conduz Laznik a concluir que, no que se refere à constituição do sujeito, seu prazer está correlacionado ao prazer que suscita no Outro. O que faz referência à célebre formulação lacaniana: o desejo do sujeito é o desejo do Outro. No entanto, como dito anteriormente, o encontro com esse desejo é acompanhado da angústia relacionada à sua própria indeterminação.

Vorcaro e Lucero (2010) e Lucero e Vorcaro (2016) entendem que a recusa autista em se oferecer ao Outro é um mecanismo defensivo antecipatório ao surgimento da angústia. O que revela a não naturalidade da cessão do objeto – em sua dimensão de carne e gozo – acarretando o fechamento e a angústia ante a presença do Outro, sem que os efeitos da falta sejam consentidos.

Por sua vez, Laurent (2012), partindo da leitura do casal Lefort, assinala que, para o autista, comparece o gozo do Um, patente no esforço de repetição e imutabilidade, manifestos na própria necessidade da criança de manter certas ordenações rigidamente construídas. Há, pois, uma repetição de certas condutas ou circuito mínimo, não organizados a partir da oposição de pares significantes, e sim por intermédio de “justaposições reais”. Essa não dialetização refere-se à repetição pura do S1, nomeada como “clínica dos circuitos” ou “circuitos estendidos”. Qualquer mudança pode abalar esse paradoxal equilíbrio.

Haveria uma defasagem de gozo ocasionada pela desconexão entre sujeito e Outro, impossibilitando a articulação com a demanda. Desse modo, além de não ter acesso ao Outro

na condição de tesouro dos significantes, não haveria para o autista a cessão do objeto *a*. Assim, como pensar em termos de estrutura essa exclusão do Outro e ausência de objeto? Para pensar essas questões, encaminho a escrita do texto a determinados aspectos da constituição imaginária do sujeito, na qual estão associados o momento da alienação primordial e a incidência da palavra na antecipação que permite ao humano o domínio de uma unidade corporal. Veremos a função do objeto *a* nessa conjunção capaz de situar o sujeito na realidade.

2.2 O reflexo da imagem e suas implicações na constituição corporal

A estrutura simbólica que antecipa o sujeito é anunciada por Freud ainda em 1914, quando o autor reintroduz a noção de narcisismo no seio da comunidade científica de sua época. Esse termo, anteriormente utilizado para caracterizar afecções no campo das perversões, é então definido para nomear um estado entre o autoerotismo e o amor objetal. Trata-se da economia libidinal instaurada na relação do sujeito com o próprio corpo, tomado como objeto de investimento.

Freud (1914/2004) assinala que uma unidade comparável ao Eu não se apresenta desde o início, demandando que uma nova ação psíquica se instaure para seu desenvolvimento. Enquanto o autoerotismo sublinha o instante em que o corpo é vivenciado como fragmentado, o narcisismo pressupõe a assunção de uma unidade como monumento para sua sustentação. A gama de operações instituídas engloba ainda as identificações arcaicas inscritas na vida anímica dos pais, uma vez que o ideal parental recobre o filho de todas as perfeições e virtudes. Concede-lhe a perspectiva de um futuro célebre de realizações que outrora ambicionavam. É desde seu narcisismo renascido que são instituídas as inscrições psíquicas na criança.

Freud (1914) afirma que um filho representa, ainda, o anseio de imortalidade; desse modo, conclui que o comovente amor abnegado dos pais denuncia seu passado infantil. As primeiras marcas são tecidas e a criança ocupa o lugar de Eu-ideal, caracterizando o narcisismo primário, momento em que todas as perfeições lhe são próprias. O narcisismo secundário comparece na forma de um Ideal-do-Eu, já mediado pelas exigências simbólicas.

É importante destacar o ponto em que os conceitos de Ideal-do-Eu e traço unário se articulam. A identificação primordial faz referência ao Outro da relação narcísica, sendo, por sua vez, engendrada pela marca distintiva do traço unário. Isto é, no primeiro momento lógico, importa a forma, em sua unidade, que permite a identificação especular, cujo caráter é

fundamentalmente alienante. O segundo momento caracteriza a entrada do Outro, operando na função de ratificar a imagem produzida no desejo do Outro. Essa marca se sustentará no traço unário, possibilitando ao sujeito acesso ao campo do desejo.

O Outro, na condição de lugar do discurso, é enredado na relação especular. No gesto que sucede ante o espelho, a criança, diante de sua imagem refletida, volta-se ao que lhe segura no colo e “[...] apela com o olhar para o testemunho que decanta, por confirmá-lo, o reconhecimento da imagem, da assunção jubilatória em que por certo ela já estava” (LACAN, 1960/1998b, p. 686).

A constituição do domínio das trocas simbólicas passa por essa rede de identificações, via pela qual comparece o desejo do Outro. A sustentação desse lugar é imprescindível para o bebê, inicialmente imerso no domínio das pulsões autoeróticas. Nesse instante não há unidade corporal capaz de apaziguar a experiência de fragmentação. Lacan (1949) assevera o **estádio do espelho** enquanto momento peculiar em que, por volta dos 6 meses, a criança é fisgada por sua imagem refletida no espelho. A visão da *Gestalt* formada é vivenciada com júbilo e antecipa um domínio imaginário de seu corpo anterior ao domínio real.

Em *O seminário, livro 1*, a constituição da imagem é contemplada por Lacan (1953-54/1986) com base em dois esquemas ópticos. O primeiro (Figura 1), experimento do espelho invertido, é composto por um espelho côncavo direcionado a uma caixa oca contendo um buquê invertido e um vaso sobre a mesma estrutura. A posição do olho confere diferentes resultados à imagem formada, ora dentro do vaso, ora disjunta. Com isso, o autor pretende uma metáfora da relação do mundo imaginário e do mundo real na economia psíquica. Conforme proposto por Lacan (1953-1954), o corpo estaria representado pela caixa, enquanto o buquê representaria os objetos de desejo. Já o olho diz respeito à posição do sujeito.

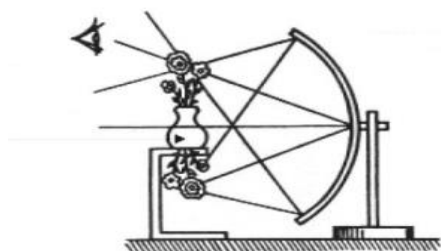


Figura 1 – Esquema óptico do buquê invertido no espelho côncavo. Fonte: Lacan (1998, p. 681).

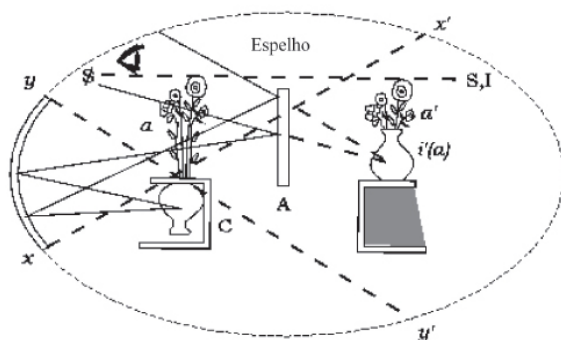


Figura 2 – Esquema óptico com espelho plano. Fonte: Lacan (1998, p. 681).

Em contrapartida, o segundo esquema (Figura 2), ao acrescentar um espelho plano, pretende demonstrar o que sucede no instante do narcisismo secundário. Enquanto o primeiro narcisismo é situado em termos de imagem, o segundo marca a identificação ao Outro, conferindo-lhe um lugar a partir do qual se estruturará. Disso resulta o que Lacan (1953-54/1986) nomeia uma **simetria particular**, uma vez que fora do cone a imagem perde a nitidez e fica fragmentada, evidenciando a intrincada relação do sujeito com o campo imaginário.

O que Lacan depreende desse experimento – e destaca na retomada do conceito freudiano de narcisismo – é o caráter conflitivo da relação dual, manifesto na função de desconhecimento do Eu. Não apenas o júbilo é característico dessa fase, mas a contrapartida de um não saber radial, próprio ao campo imaginário. Tal fato está ainda relacionado à discordância que marca a constituição do Eu, na esteira do que Lacan (1938/2002) define como **tendência estrangeira**, decorrente da intrusão narcísica de uma unidade corporal.

O termo “intrusão” é pertinente, pois, conforme Lacan expõe em “Observações sobre o relatório de Daniel Lagache”, o Eu se aloja no lugar preparado para o sujeito, produzindo, com efeito, distorção. De maneira mais específica, é possível afirmar que o Ideal-do-Eu surge no lugar simbólico em que o sujeito comparece eclipsado na elisão significante. A ele, é vedado o acesso ao ponto em que é olhado pelo Outro, restando indeterminado seu querer nesse lugar do Eu. Vale ressaltar que a instituição do Ideal consiste na série de marcas advindas do campo do Outro, as quais adquirem valor de insígnias.

A presença do espelho plano institui o lugar do Outro na constituição do Eu, marcando a dimensão desejanste. O humano contempla sua forma fora de si, segundo a imagem que lhe é exterior e, do Outro, busca a palavra que a testifique. Dito de outra maneira, o espelho do Outro tem efeito de captura e função identificatória, o que expressa sua dupla incidência entre o imaginário e o simbólico.

A experiência do espelho tem caráter primordial no estabelecimento de uma matriz simbólica do Eu. Mais do que uma fase, representa a estrutura que acompanha o sujeito em sua relação libidinal com a imagem corporal. Dessa forma, a hiância deixada pela prematuridade inicial é parcialmente recoberta pela função da imago ao estabelecer a relação do organismo com sua realidade (LACAN, 1966, p. 96). Ogilvie (1991) acrescenta que essa primeira relação é irremediavelmente vinculada ao outro, marcando o advento da alteridade.

A relação com a imagem é caracterizada por um “nó de servidão imaginária” em que Lacan (1949/1998, p. 103) vislumbra a face mortífera do narcisismo. O Eu e o sacrifício primitivo – fundamentalmente suicida – estão intimamente ligados no início do desenvolvimento psíquico. A construção imaginária tomada pura e simplesmente representa a estrutura fundamental da loucura, demonstrando a face alienante e paranoica do Eu. A esse respeito, Simanke (1997, p. 269-270) afirma que: “[...] o homem, ao atribuir realidade às imagens que constituem seu mundo e àquelas nas quais ele reconhece seu eu, reedita um fenômeno muito semelhante à crença delirante nas formações alucinatórias do psicótico”.

No texto *A perda da realidade na neurose e na psicose*, Freud (1924) expõe os mecanismos implicados na relação com a realidade vigentes nas duas estruturas. Enquanto na psicose haveria uma ruptura radical, no caso da neurose a fantasia é capaz de mediar a relação do sujeito com a realidade. O fato é que, como dito anteriormente, a imagem está implicada no estabelecimento da realidade e se apresenta como miragem, figura alhures devolvida de maneira invertida. Com base nessa inversão, a distorção impressa na experiência egoica se traduz no desconhecimento que caracterizará o Eu (MULLER; RICHARDSON, 1982).

Sendo assim, o descompasso inaugurado pela ficção que antecipa um domínio real se manifesta não apenas na exterioridade da imagem em relação ao sujeito, mas na diferença de tamanho, simetria invertida e excesso de excitações experimentadas pelo corpo da criança. Essa frágil identificação narcísica é assinalada pela relação de servidão e ambivalência entre amor e ódio e, diz Lacan (1966, p. 113), “[...] se cristalizará, com efeito, na tensão conflitiva interna ao sujeito, que determina o despertar de seu desejo pelo objeto do desejo do outro: aqui, o concurso primordial se precipita em concorrência agressiva, e é dela que nasce a tríade do outro, do eu e do objeto [...]”.

É na medida em que algo falta no nível do Outro que permite ao sujeito se identificar a essa hiância. A relação de reciprocidade entre o Eu e objeto é definida por Lacan (1956-1957/1995, p. 15) como uma **relação em espelho**. Em outro momento de sua transmissão, assinala: “[...] o eu é, com efeito, o outro, e o outro é o eu” (LACAN, 1954-1955/1985, p.

127). Isso revela os desdobramentos da identificação na constituição do sujeito e seus efeitos sobre a perda de si.

A alienação ao Outro pressupõe a afânise, desaparecimento decorrente da impossibilidade de o sujeito ser representado em sua totalidade. Esse apagamento é destino do sujeito em razão da sua determinação no campo do desejo do Outro. Nisso, que se processa de fato como **indeterminação** do sujeito, intervém o *schifter*, alusivo ao pronome pessoal (eu), designando aquele que fala. Em nível inconsciente, *a* vem suportar o apagamento do sujeito, situando-o no nível desejanse (Lacan, 1958-1959, p. 389).

A título dessa ausência estruturante, temos que, para o *infans*, a constituição corporal depende da edificação de uma *Gestalt* capaz dar suporte aos processos psíquicos implicados na organização do Eu. Sem essa imagem, as formas e bordejamentos corporais com os quais o sujeito se relacionará com a realidade não se instituem. Em *O seminário, livro 10*, Lacan (1962-63/2005) acrescenta os objetos extraídos do interior da imagem especular, entretanto, destaca o objeto *a* enquanto não especularizável.

Trata-se da dimensão de engodo, representada por esse resto impossível de simbolizar, que, por sua vez, será revestido pela própria imagem especular. Ou seja, enquanto o objeto *a* dá sustentação à imagem, esta confere ao pequeno *a* sua vestimenta. Novamente, evocar o conceito do traço unário possibilita localizar algo que, advindo do Outro, não é passível de ser significantizável pelo sujeito.

Isso corrobora a noção de que, na estruturação da identificação especular, a constituição do Eu demanda a palavra que testifique o que se contorna no espelho, na condição de marca simbólica. A alienação ao significante pressupõe a marca do desejo do Outro nesse enlaçamento do imaginário com o simbólico. É nesse encontro da palavra com a imagem do corpo que se esboça a relação do sujeito com a realidade, e isso parece falhar no autismo. Sabemos que essa não é a única via possível de leitura do que aí sucede. Desse modo, para sistematizar as diferentes posições de importantes autores no campo psicanalítico, inseridos em universidades e escolas de psicanálise, sigo ao capítulo seguinte, que, inicialmente, explicitará as divergências e convergências no contexto do diagnóstico de autismo. Em seguida, ainda nesse enfoque clínico de investigação e tratamento, dirijo a discussão ao manejo transferencial nos casos de psicopatologias do desenvolvimento na infância. Essa perspectiva será interessante para a discussão do caso clínico que seguirá o referido tópico.

TERCEIRO CAPÍTULO

3 A CLÍNICA COM CRIANÇAS AUTISTAS E DISTÚRBIOS DO DESENVOLVIMENTO

3.1 As divergências no campo do diagnóstico de autismo

Atualmente, psicanalistas divergem quanto ao diagnóstico do autismo. Os impasses giram em torno do instante lógico da constituição do sujeito que precipita o surgimento dos quadros autísticos, o estatuto do gozo e do Outro no autismo, bem como da estrutura em que ele estaria inserido: trata-se, aí, de uma psicose infantil ou de uma quarta estrutura? Essa última questão surgiu com base na hipótese lançada pelo casal Rosine e Robert Lefort, no livro *La distinction de l'autisme*, em que os autores propõem a existência de uma “estrutura autística”.

Os Lefort, em sua transmissão da clínica, entendiam de maneira inédita a presença do simbólico na existência do sujeito. Logo, embora haja a precedência desse registro, para os autistas, o Outro simplesmente não existiria. Não haveria, então, especularidade nem divisão do sujeito, e sim um duplo, vislumbrado no outro, enquanto seu semelhante, cuja presença representaria os perigos do gozo e a necessidade de eliminá-lo.

A experiência clínica, sem dúvida, foi profícua para as elaborações do casal Lefort. Outros autores examinaram essas questões a partir do atendimento de outros psicanalistas. É o caso de Lacan (1953-1954/1993, p. 84), que, com base na análise do caso Dick, dá indicações de sua posição sobre o autismo, referindo-se a ele como sujeito inconstituído: “[...] está inteirinho na realidade, no estado puro, inconstituído. Ele está inteirinho no indiferenciado”. Já na conferência em Genebra sobre o sintoma, afirma que “se trata de saber por que há algo no autista ou no chamado esquizofrênico que se congela” (LACAN, 1975/1998, p. 134).

Para Azevedo (2009), no autista e no esquizofrênico o que congela é o S1; sendo assim, o sujeito não comparece. A esse respeito, em referência aos tempos de alienação-separação, Bastos (2003) afirma que se pode ficar entre o ser e o sentido – isto é, “congelado”. Isso nos remete à holófrase, em que há uma solidificação entre S1 e S2, o que impedirá o significante de exercer sua função de representar um sujeito para outro significante.

Esse funcionamento diz respeito à solidificação dos significantes primordiais para o funcionamento da cadeia, impedindo sua substituição e concatenação. Com isso, o sujeito não

surge em sua condição faltosa, mas em único bloco, sem a escansão promovida pela dialética do significante. A negação ao campo do Outro seria tão radical que a privação primeira, o furo, estaria a princípio forcluído (Vinheiro, 2017).

A leitura de Vidal e Vidal (2017) mostra que, por algum motivo que ainda permanece enigmática, o significante primordial (S1) não assume para o autista a condição de enxame, restando como um todo, sem desdobramento, figurando de forma traumática e unívoca. Por conseguinte, haveria o efeito de congelamento, incidindo nas bordas do corpo. O significante, então, aparece como algo do qual deve proteger-se; com isso, são forjadas as estereotípias, cuja finalidade seria a tentativa de afastar o Outro e obter mínima ordenação libidinal. Os autores localizam na rejeição da estrutura da demanda o ponto em que a operação da alienação é afetada no autismo.

Oliveira (2017) supõe no autismo a exclusão do sujeito do campo do Outro, o que afeta sua relação à demanda, impossibilitando qualquer apelo que poderia situá-lo no circuito de trocas simbólicas. Posicionamento semelhante ao de Mendes (2017), que considera a exclusão da demanda como própria da estrutura autística, em que a ausência da marca do desejo não institui o lugar da falta.

Garcia et al. (2017) ressaltam que, apesar do não enlaçamento do simbólico ao real, no autismo há encontro com a linguagem, porém, seguido do congelamento que paralisa o processo no limiar da entrada nesse campo. A localização do autista na fala e na linguagem é vislumbrada por Lacan na conferência em Genebra sobre o sintoma, quando resalta que os autistas são “personagens verbosos”. Apesar de estarem aí inseridos, a fala não é utilizável para fins de comunicação e laço com o Outro.

A respeito desse laço, Garcia et al. (2017) concluem de maneira bastante pertinente que, ao pensarmos em autismo, o acento não deve estar exclusivamente nem no lado do campo do vivente nem no campo do Outro, e sim no **encontro**, na maneira como se apresenta à criança o mundo simbólico. Para o autista, não haveria a incorporação da voz, que sustenta o primeiro tempo da identificação, acarretando o congelamento expresso na recusa em assumir uma posição. Com isso, não opera a função representativa do sujeito, e a cadeia significante não desliza.

Com relação à situação do autista no campo da linguagem, Pacheco; Berta; Oliveira (2013) consideram a possibilidade de o autista estar na linguagem, porém fora do discurso. É no campo das psicoses que as autoras localizam o autismo, enquanto “esquizofrenia prematuramente desencadeada”, e corroboram a hipótese de Soler (1999) sobre a existência

de “patologias da libido” nas quais a criança permanece puro significado do Outro e não ascende à condição de sujeito que enuncia.

Furtado (2013) identifica essa dificuldade do autista em se colocar como sujeito da enunciação e, assim como Cerquise (2013), considera que a falta do significante no campo do Outro não é subjetivada no autismo, impossibilitando a torção operada pela alienação.

A não instauração da relação especular seria o malogro na inscrição simbólica da presença-ausência materna por uma “falha fundamental da própria presença original do outro” (LAZNIK, 1991, p. 33), impossibilitando a instauração do imaginário e, conseqüentemente, a formação do Eu. Conforme Laznik (1998, p. 67), “para que o bebê possa se olhar no estádio do espelho, é preciso supor a existência prévia de um olhar original, de uma presença original, sobre a qual a ausência vai poder se inscrever”. Nessa via, Kupfer (2000) identifica no autismo uma falha no estabelecimento da relação com o Outro, seja por falha na função materna, ou mesmo pela não permeabilidade biológica do bebê aos significantes maternos. Sendo assim, não haveria identidade de estrutura entre psicose e autismo, visto que a relação com o Outro primordial é oposta. Se no autismo há sua exclusão, na psicose vemos a criança no lugar de objeto do Outro. Aliás, o encontro do autista com o Outro também é ponto de discordância entre autores. Há elaborações que localizam para o autista o Outro sem corte e ameaçador (ABRAMOVITCH, 2001); em contrapartida, há autores que concebem o Outro forcluído, que não se inscreve para o autista (LAZNIK, 1998; KUPFER, 2000; KATAN-BEAUFILS, 2001).

A afirmação significativa é outro ponto que marca os impasses teóricos em torno do autismo. Menès (2013) vislumbra como “operação do sujeito” a recusa em ser representado pelo S1. Autores como Kupfer (2000), Jerusalinsky (1993) e Azevedo (2009) entendem que no autismo as marcas não ascendem ao estatuto de significante. O que se coloca para o autismo é uma falha anterior à inscrição do Nome-do-Pai. Azevedo (2009) considera que no autismo não houve sequer a *Beijaung* do S1. Logo, à diferença do que ocorre na psicose com a forclusão de um único significante, haveria no autismo a exclusão significativa, mecanismo próprio de uma possível quarta estrutura, no qual as marcas inscritas sofreriam uma espécie de “aborto”. Sobre esses impasses, Jerusalinsky ressalta:

No que se refere à lógica que articula a posição do sujeito a respeito do significante, eu diria que entre psicose e autismo não há nenhuma identidade de estrutura, porque num caso se trata da forclusão e no outro se trata da exclusão. É evidente que no campo laciano não há unanimidade neste ponto, porque há quem considere (segundo a lógica que tome como referente) a exclusão como um caso particular da forclusão, mas esse não é o meu ponto de vista. A diferença entre forclusão e exclusão consiste em que, no caso da forclusão, se produz uma inscrição do sujeito

numa posição tal, que esta inscrição não pode ter conseqüências na função significante. No caso da exclusão, não há inscrição do sujeito; no lugar em que a inscrição deveria se encontrar, se encontra o Real, ou seja, a ausência de inscrição. Esta diferença radical de estrutura conduz a efeitos clínicos observáveis (JERUSALINSKY, 1993, p. 63).

Ainda em relação ao momento da alienação-separação, Vorcaro (2003) entende que os impasses na alienação e separação podem localizar a posição psicopatológica da criança. Considera que na psicose o sujeito permanece ligado ao Outro, respondendo como aquilo que lhe falta, em um estado de “alienação plena” que não interroga sua incompletude. Por sua vez, o autista, apesar de entrar na alienação significante, a ela, em seguida, recusa. Não se assujeita à linguagem nem mesmo faz a distinção da falta; haveria, portanto, uma exclusão ativa. Laurent (2012) e Maleval (2012) assumem posição diferente de outros autores ao considerar que no autismo há alienação. Para Laurent, porém, ela não é assumida pelo sujeito; enquanto Maleval (2012) compreende que o autista não estaria aquém da alienação, já que é afetado pela negatividade da linguagem e cria estratégias para contorná-la.

A respeito do diagnóstico diferencial entre autismo e psicose, Maleval (2012) compreende que em ambos há forclusão do Nome-do-Pai; ou seja, compartilhariam da mesma defesa estruturante. Para Garcia et al. (2017), na psicose há o S2 do Outro, no entanto, a forclusão do significante Nome-do-Pai acarretaria seu surgimento em bloco, congelado ao S1. Nesse arranjo, o desenodamento da cadeia significante se precipita em um deslizamento infinito, sem ponto de basta, o que se opõe ao que ocorre no autismo, na medida em que a função representativa do sujeito está comprometida e a cadeia significante, “travada”. Além disso, na psicose seria possível falar em Outro e objeto, mesmo que não extraído.

Na outra via desse movimento, Abramovitch (2001) considera o autismo uma psicose precocemente desencadeada, que não guarda equivalência com a esquizofrenia – diferentemente dos autores Quinet (2006) e Bruno (2001), que localizam o autismo no campo da esquizofrenia. Abramovitch, Bruno, Dunker (2013) entendem que o momento de desencadeamento da psicose é determinate para defini-la como autismo ou psicose infantil. No autismo, a criança ainda não teria construído um sistema cognitivo capaz de organizar os pensamentos, que, na esquizofrenia, seriam a base para a construção do delírio. Em síntese:

[...] o autismo é, por excelência, a psicose que acomete a primeira infância; é um dos fenômenos encontrados na estrutura psicótica e paradigma das psicoses de tenra idade, cuja recusa ao Outro é o elemento preponderante e no qual a pobreza do eixo imaginário é contrastante com outros fenômenos psicóticos (ABRAMOVITCH, 2001, p. 260).

Em suma, a despeito das discordâncias diagnósticas, considero que o autismo atesta o fracasso na entrada da dialética do campo da linguagem. Logo, a montagem da estrutura que funcionaria como aparato ao que emerge do corpo falha na conjunção desse trabalho psíquico, cuja função permite ligar o conteúdo afetivo a representações, possibilitando o tratamento do real pelo simbólico. Por outro lado, é na clínica que os aspectos transferenciais poderão balizar a relação do sujeito ao Outro, fazendo mostraçã, na singularidade do caso, das operações que decantaram nos embaraços da constituição psíquica. Como reconhecer, porém, as manifestações que localizariam o sujeito na estrutura? Como ler a articulação lógica com o campo do Outro em condições em que o próprio funcionamento dessa instância se encontra prejudicado. Tendo em vista tais questões, passemos ao tópico seguinte.

3.2 Notas sobre o manejo clínico e aspectos transferenciais

O atendimento de crianças na prática analítica tem suas especificidades. Sobretudo, é importante reconhecer a incidência dos tempos de constituição do sujeito. As sutilezas dessa clínica, porém, não se encerram aí. As ressonâncias das manifestações da criança são sentidas pelos pais de tal maneira que se precipitam na busca de um saber outro, capaz de responder aos questionamentos ante o sintoma do filho. Começemos então desse ponto.

Considerando a estrutura enquanto real que surge na linguagem, temos que essa trama languageira é inicialmente endereçada ao analista, por intermédio dos pais, na condição de sentidos e significantes que marcam a própria história e a do filho. Ora, sabemos que o modo singular com o qual o sujeito se articula na linguagem determina sua maneira de operar com o que lhe causa. Nessa via, quero aqui destacar que esse campo onde o sujeito se estrutura subjetivamente depende de uma matriz simbólica operada pelo agente na condição de Outro da linguagem para o *infans*.

É partindo das coordenadas inscritas no exercício das funções materna e paterna que o *infans* poderá fazer a articulação entre saber e gozo, bem como situar-se segundo uma lei que ordenará sua conduta no universo das trocas simbólicas. As injunções que daí decorrem podem se manifestar na criança pela via sintomática. É preciso ressaltar a distinção proposta por Lacan (1969) no texto *Nota sobre a criança*. O autor diferencia o sintoma da criança – enquanto resposta ao que há de sintomático na estrutura familiar, cuja função é revelar a verdade do par parental – daquele referido à subjetividade materna. Nesse caso, relacionado à implicação da criança na fantasia da mãe, em que, realizando o objeto *a*, se identifica ao desejo materno.

Em ambos, o que comparece é justamente o que Lacan aponta nas linhas iniciais do referido texto em relação à constituição subjetiva e sua implicação na transmissão de um desejo que não seja anônimo. Diante disso, o desconhecimento do que está em causa no enlace familiar se precipita no que Vorcaro (1999b) nomeia “demanda acéfala”, na medida em que é encarnada na materialidade da criança e endereçada ao analista. O trabalho analítico segue, então, na direção de localizar os referentes da demanda e operar a torção que possibilitaria o endereçamento ao laço transferencial.

Relativamente aos tempos de constituição do sujeito, ainda não é possível aludir à repetição, uma vez que a instituição e elaboração das operações estão em curso. Logo, trata-se de “pontos de encalhe, de estancamento” próprios à estruturação inacabada, característica da infância (VORCARO, 1999b, p. 58). A esse respeito, referindo-se à posição da criança na linguagem, Bernardino defende a necessidade de acolher o contingente, o insabido da estruturação do sujeito. Jerusalinsky (1993) admite a possibilidade de estados provisórios, cuja decisão se efetua tardiamente quanto à estrutura. Aplica o termo “psicoses-não decididas” para o tempo de escansão, de dilatação do momento de inscrição e captura do sujeito no campo da linguagem, em que inscreverá sua posição subjetiva.

É possível ainda referir ao encontro com o outro sexo como aquilo que marca a diferenciação entre a experiência analítica do adulto e a da criança. Aqui, o período de latência é profícuo para decisão de estrutura, no qual há o reordenamento libidinal em torno do objeto.

Apesar de essas elaborações responderem ao tempo lógico das operações psíquicas na infância, resta a questão do estatuto da análise nas graves psicopatologias infantis, em que o enlace ao Outro e a operação no campo simbólico estão severamente prejudicados, sobrevivendo a dimensão real no significante, isto é, apartado da dimensão metafórica e encadeada.

Com relação à transferência, Vorcaro (1999b) indica a importância de saber em qual lugar a criança situa o analista na análise. Ainda sobre dispositivos analíticos, temos a interpretação, operando com base na lógica significante, uma vez que possibilita situar onde a ele o sujeito se subordina, sendo por ele subordinado.

O objetivo da análise, por sua vez, seria ofertar condições para que a criança construa o próprio *sinthome*, destacando-se do sintoma parental, ao passo que ela se torna partícipe do gozo que circula no laço social. Assim sendo, o gozo fechado é transposto, porque o *sinthome*, ao enlaçar a realidade psíquica, assume a mesma função do pai. Para que isso ocorra, o analista, ao sustentar o estatuto da falta, engendra o saber sobre o gozo, que, para a criança, se efetuará no período de latência.

Entretanto, para que haja sujeito capaz de operar com os efeitos da interpretação, é preciso ter sido previamente afetado pelo significante e situar-se a partir dessa lógica? No caso da criança autista ou psicótica – em sua condição de falha na inscrição da ordem simbólica –, sua permanência no lugar de criança-objeto, criança-gozo, submete o analista a ocupar a posição de Outro primordial na cena analítica. Desse lugar, o analista opera substituindo a incidência do significante na produção do corte, da separação, negativização, do furo. Com essa operação de subtração, vemos advir o sujeito, em uma lógica inversa à da psicanálise, pois dirige-se do real ao simbólico (VORCARO, 1999b, p. 65).

Na clínica com crianças autistas e com problemas do desenvolvimento, comparece de forma contundente a insistência do real. Para elas, a defesa a isso que não cessa precisa ser constantemente reiterada. Da posição do Outro primordial, o analista incide no *continuum* do gozo do vivo, por intermédio da função significante, precipitando no bordejamento do real em causa. Esse contorno faz então referência à própria ordem simbólica ao delimitar o campo do indizível, naquilo que lhe é irredutível.

Quanto à interpretação, ela é efetivada na aposta de que, partindo do desejo do analista, antecipa a existência do sujeito onde ele é meramente suposto. Em vista disso, as manifestações da criança passam por um processo de leitura cuja consistência provém do imaginário, no qual, conforme Vorcaro (1999b), “[...] o analista escreve a manifestação da criança como articulação, suportando uma gramática em que ele – o analista – estica os signos em que a criança se atrela, até a produção de uma frase, e de um dizer (p. 67)”.

A fim de operar a escansão que transita do signo ao significante, o analista faz a costura do real, partindo desse texto imaginário, veiculando, dessa forma, o simbólico. Produz esse efeito em ato, ao “se fazer endereço” e “reendereçar” as ações da criança. Assim, a transformação de uma marca que passa pela leitura é seu apagamento. Nesse jogo de substituições, produz-se o equívoco, constringindo o sujeito a novas articulações (p. 67-68).

O texto da criança, por sua vez, é incluído, pois o trabalho de decifração não é biunívoco. Como diz Vorcaro (1999b):

[...] seja a diferença fonemática, produzida na decalagem de uma homofonia; seja a estranheza que causa surpreendimento, ou mesmo a alteração da acentuação que permite um chiste, a interpretação interroga a letra, ao tomá-la na equivocação de que o significante permite envergar, causando o engajamento da criança na produção de sentidos em que ela exerce o deslizamento metaforonímico, trabalho sobre a língua capaz de alterar a posição que a fixava. [...] O analista carrega a única transferência possível a um autista: a de receber a demanda do Outro como negativa direta, não como invertida (p. 69).

Em relação à demanda, é preciso lembrar que no autismo não houve apelo ao Outro. Diante disso, o autista é confrontado com a escassez de vestígios capazes de localizá-lo no

campo da linguagem. Assim, o trabalho analítico opera no lastro da operação significante, instituindo algo da falta de modo que seja possível o advento da demanda. No entanto, enquanto a clínica psicanalítica com crianças sem graves entraves no desenvolvimento demonstra que o brincar torna possível o jogo significante, a fantasia, as escansões próprias à balança do *Fort da*, como essas injunções podem se instituir para aquelas em que tais articulações vacilam?

Fernandes (2014) lembra que o autista com frequência se interessa em colocar em ação pares de significantes opostos, também chamado “funcionamento binário do significante”. Essas manifestações estão patentes no ato de acender e pagar a lâmpada, abrir e fechar portas, retirar e colocar objetos. Como argumentam Lucero e Vorcaro (2015), porém, uma vez que o jogo do *Fort da* pressupõe a instauração da falta, pode-se concluir que a criança autista não brinca, pois os objetos não funcionam com base na lógica significante, e sim do signo, colado à representação materna. Os objetos, por sua vez, aderidos ao corpo da criança, são utilizados para tamponar buracos, preencher lacunas, espaços e, dessa forma, não deslizam na cadeia significante.

Apesar desse funcionamento sígnico, os objetos têm a capacidade de atuar como suporte ao aparecimento da angústia, na medida em que aludem à proteção contra perda e ameaça de aniquilamento. De fato, conforme Laznik (1991), trata-se de objeto extraído do mundo exterior que sofreu um processo de incorporação e exclusão do circuito pulsional.

Logo, é fundamental discernir não apenas o estatuto de mensagem, ao reconhecer um valor significante nas produções da criança, como identificar nessas ações e objetos que a suportam as defesas que o sujeito foi capaz de estruturar. O trabalho analítico, tanto com crianças autistas quanto com aquelas que possuem comprometimentos em seu enlace ao campo da linguagem, prevê a construção dos tempos lógicos do sujeito, ao sustentar a delimitação de uma borda em que o furo no campo do Outro possa ser localizado.

Desse modo, em uma conjunção entre ato, aposta e desejo, o analista serve-se daquilo que a criança lhe apresenta para fazer sua entrada. Trata-se de estar disponível, em uma presença não-toda, que inclui aproximações e afastamentos, presença e ausência (FREITAS; GORNE, 2017). É nesse sentido que, considerando o *infans* um sujeito a se constituir, a psicanálise intervém por outra via, ao operar a partir de uma lógica avessa às práticas pedagogizantes e terapêuticas, abrindo espaço para que algo do desejo advenha e, desse modo, possibilitando o estabelecimento de laços sociais. Essa aposta que se faz no advento do sujeito está pautada na ética do analista, contrária a qualquer forma de supressão do desejo, silenciamento da fala e imposição de saber.

3.3 O caso Caio

Caio, na época com 5 anos, foi encaminhado à clínica de Psicologia da UFPA pela neuropediatra do Hospital Bettina Ferro de Souza para avaliação do quadro de suspeita de autismo. Antônia, a avó materna, se ocupa dos cuidados com a criança desde que Bárbara, sua filha – e mãe da criança –, foi embora deixando Caio e seu irmão mais novo. Esse era o segundo momento de saída da filha – no primeiro, Caio tinha 9 meses. Quando Bárbara voltou, ele tinha pouco mais de 1 ano e ela estava grávida do segundo filho. Novamente partiu, deixando as duas crianças aos cuidados da avó.

Nas sessões com Antônia, o pai de Caio aparece em sua fala em um único episódio, em que é mordido na face pelo filho quando a avó os apresenta. Bárbara engravidou na adolescência, era usuária de drogas – utilizando até mesmo durante a gravidez. Antônia a descreve como displicente em relação aos filhos e alega que Bárbara não sabe ser mãe. Diz que desempenha para os netos a função materna desde antes do nascimento das crianças.

Sua relação com Bárbara é dita difícil. Para ela, a filha quer atingi-la, causar-lhe sofrimento, a despeito dos sacrifícios financeiros maternos para dar o que lhe pede. O discurso de Antônia é de intenso sofrimento, chora copiosamente em seguidas sessões ao relatar os abusos físicos e sexuais sofridos na infância. Conta que vivia como uma **refugiada**, distante de casa; seu refúgio era a mata, onde podia se livrar da violência dos pais.

A avó de Antônia pediu para adotá-la, entretanto os pais não aceitaram o pedido. Durante inúmeras sessões, diz nunca ter compreendido o motivo da recusa, mas supunha que havia prazer nos pais em maltratá-la. Casou-se cedo e logo decidiu sair de sua casa, onde presenciava as ofensas e brigas constantes entre o pai e a mãe, os quais, por sua vez, nela “*descontavam*” a raiva, infligindo-lhe castigos físicos severos.

Em determinada sessão, afirma que sempre buscou carinho nos homens, mas só recebeu maus-tratos. Do primeiro casamento, seguiu-se a separação, precedida de um aborto, que atribuiu à força do desejo de abortar e à mudança de cidade, motivada pela desconfiança do ex-marido de que a nova gravidez seria fruto de uma traição. Grávida e sem lugar para morar, ela relata a convivência em várias casas de pessoas onde sofreu mais violência. A primeira filha nasce, ela entrega a uma família e nunca mais a reencontra.

A segunda filha é Bárbara, pouco é dito sobre seu pai. Quando Bárbara ainda era criança, Antônia vivia na própria casa com o marido; é surpreendida, porém, pela trama forjada por ele, que vende a casa e os móveis sem consultá-la e foge. Antônia é informada

pelo cunhado de que a casa havia sido vendida e ela teria que sair. Novamente sem casa, Antônia entrega Bárbara a uma família. Diz, porém, ter sentido saudades da filha e, considerando ser ela a única coisa que possuía, decide reaver Bárbara.

Na infância, Bárbara dizia odiar a mãe e a provoca com pirraças. Antônia não reage. Quando adolescente, surge para Bárbara a figura do atual marido de Antônia, Fabiano, que aceitou Bárbara como filha, apesar de ela negá-lo como pai – quando ele tenta impor-lhe algum limite, por exemplo. Fabiano é pedreiro e, juntamente com Antônia, construiu uma casa onde vivem até hoje. As agressões de Fabiano a Antônia, porém, são recorrentes; pensa em separação, mas permanece com ele.

Quanto ao neto Caio, diz que ele era um bebê estranho, “*muito paradinho*” e quase não chorava. Falava a palavra “*mamãe*”, mas deixou de falar quando Bárbara foi embora. Desde então não falava, apenas cantarolava fragmentos de músicas que ouvia nos desenhos animados, o que fez com que Antônia procurasse avaliação médica. Em entrevista com os avós, Fabiano diz achar que haveria alguma cirurgia para que Caio “*soltasse as palavras*”. Nesse momento, intervém e revela que o neto sofreu uma queda quando descia com Bárbara do morro onde moram, ocasião em que bateu a cabeça. Questiona se essa seria, então, a origem dos problemas enfrentados pela criança.

Durante certo período, Caio batia a cabeça no chão espontaneamente, o que ocasionava hematomas enormes na sua testa. Mordia objetos e, segundo a avó, colocava tudo na boca, destruindo objetos em casa, como se fizesse “*de pirraça*”. Além disso, era agressivo com o irmão.

O diagnóstico de autismo parecia esperado pela avó e foi confirmado pela *Childhood Autism Rating Scale* (CARS), aplicada pela terapeuta ocupacional do hospital. Após o diagnóstico, Antônia então iniciou o processo de guarda dos netos, o que meses depois se efetivou.

Quanto à alimentação, suas refeições eram pastosas, evitando alimentos sólidos, mas chama atenção sua predileção por alimentos frequentemente apreciados pelas crianças de sua idade, tais como biscoitos, salgadinhos de milho. A textura dessas guloseimas é, em geral, diferente do que, segundo relato, é sua preferência alimentar.

Esse breve percurso na história de Caio nos ajuda a localizá-lo na trama familiar. Partindo desse caso, o que podemos articular sobre a constituição do corpo e as injunções entre alimentação, gozo e partilha? Entre tantos rompimentos, o que para Caio resta enquanto marcas impressas pelo discurso do Outro? Para ele, há inscrição ou o que se configura em sua história é uma mãe que o deixa cair nesse buraco simbólico?

PRIMEIRO TEMPO

Seria a entrevista inicial apenas com os responsáveis, mas Antônia já traz Caio. Ele entra arrastado pela avó, gritando e se jogando no chão. Na sala, ele risca papéis, parede e móveis. Sobe em cima do balcão, toca os objetos da sala indiscriminadamente. Quando pega um marcador de quadro-branco, levanto-me e pego outro; faço um traço no quadro e entrego para ele, que, por sua vez, faz os próprios traços.

Emite sons, desarticulados, porém, alternando entre balbucios e gritos agudos. No término da sessão, se recusa a sair da sala; a cena da entrada se repete, assim como em sessões posteriores.

Na semana seguinte, éramos apenas ele e eu. Aceitou, sem resistência, meu convite para entrar na sala. Ao longo dos atendimentos era capturado pelas músicas que eu cantava. Não era indiferente à minha voz quando acompanhada da melodia da música que eu inventava, dando sequência aos sons que ele produzia. Seja para me calar, tapando minha boca com as mãos, seja para acompanhar aquele acontecimento, fixando o olhar na minha boca, o fato é que, de alguma forma, ele era convocado a outro campo. Na ausência desses momentos, continuava sem manter contato visual, cantarolando e empilhando lápis de cor, ou colocando-os dentro das roupas ou entre os pés e as sandálias.

Abria caixas de brinquedos e os colocava na boca, como quem quer ver com os lábios. A boca, imersa no puro gozo do som, também provava os objetos. Interessava-se particularmente pela caixa com uma galinha, dois pintinhos e um ovo. Abria, fechava, mordida o ovo. Em uma das sessões, ao encontrar a caixa e abri-la, fala: “Mamãe, mamãe!”.

A aliança comigo parecia vir como num lampejo. Engajou-se num jogo de acender e apagar as luzes, ao que eu dizia “*sumiu*”, quando ele apagava a luz; e “*apareceu*”, quando acendia. Isso se repetiu durante algumas sessões, assim como sua conduta de levar objetos da sala – autorizado por mim, com a recomendação de que fossem devolvidos na sessão seguinte.

SEGUNDO TEMPO

Guardar os lápis de cor no corpo foi dando lugar a arrumações peculiares dos objetos da sala. Guardava-os em caixas, fazia fileiras, ensaiava pequenas construções. O empilhar, guardar em caixas, fazer sequências com materiais da sala parecia uma tentativa de organizar do lado de fora o que não se inscreveu para ele enquanto marcas psíquicas ordenadas.

Por várias sessões arrancava uvas de plástico de seu cacho e colocava os pequenos gomos numa caixinha para levá-los para casa. Passou a trazer salgadinhos, biscoitos e suco para as sessões. A partir de então, eu arrumava a sala com panelinhas e pratinhos.

Certo dia deixou cair no chão as pipocas que comia e começou a comê-las dali mesmo. O que me incomodou demasiadamente. Peguei as que restavam no chão e as coloquei num prato de brinquedo, de onde então ele as comeu. Nas sessões que se seguiram, eu comia com ele. Ele, seu lanche e eu, uma comida de imaginação. Passei a oferecer a ele. Ele aceitou tomar o suco de mentirinha e deixava ser alimentado. Nas sessões seguintes, a cena se repetia. Certa vez, ele me ofereceu o suco, que eu aceitei. Esse jogo de comer é acompanhado pelas minhas vocalizações de satisfação de quem come algo bom. O que antes parecia um gozo solitário de comer sozinho parece ganhar contornos de partilha.

TERCEIRO TEMPO

O quadro magnético foi suporte de suas produções desde o início do atendimento. Ele marcava o quadro, mas sempre apagava os traços depois. Também apagava imediatamente qualquer escrita ou desenho que eu fizesse ali. Comecei então a bordejar seus traços, fechando um circuito em volta da sua produção. Ele começa a riscar o próprio corpo com a tinta da caneta do quadro. Nessa sessão, não apagou o desenho como fazia costumeiramente.

Interessou-se também por revistas; percebi que os personagens infantis o fisgavam de algum modo. Passei a desenhá-los no quadro. Ele então começou a me oferecer a caneta, ao que eu falava: “Ah, você quer que eu desenhe! Caio passou das revistas aos livros. E eu, então, comecei a ler as histórias e desenhá-las no quadro. A história dos três porquinhos, em especial, era buscada em quase todas as sessões.

Em uma delas, Caio, ao sair da sala, se dirige à avó e fala: “Casa”. Ao que a avó diz: “Que ir pra casa? Já vamos”. E, se dirigindo a mim, diz: “Agora ele quer falar”.

3.4 O sujeito questiona o diagnóstico

A *Childhood Autism Rating Scale (CARS)*, referência em psiquiatria para detecção de autismo, foi aplicada no diagnóstico de Caio. Esse método foi desenvolvido com base na quarta edição do *Manual diagnóstico e estatístico dos distúrbios mentais (DSM-IV)* e tem como objetivo aperfeiçoar a identificação do autismo e medir a gravidade dos sintomas. Sua finalidade consiste em – por intermédio da mensuração de condutas – estabelecer um diagnóstico mais confiável. Os itens avaliados são: relações pessoais; imitação; resposta emocional; uso corporal; uso de objetos; resposta a mudanças; resposta visual; resposta auditiva; resposta e uso do paladar, olfato e tato; medo ou nervosismo; comunicação verbal; comunicação não verbal; nível de afetividade; nível e consistência da resposta intelectual; impressões gerais.

Com relação às críticas ao DSM e outros modelos diagnósticos nele embasados, partilho da opinião de Jerusalinsky (2011) quando afirma que fazer oposição a esses manuais e seus correlatos fundamentando-se em sua demonização, além de subestimar sua eficácia, dificulta a análise do discurso que veiculam, em suas falhas, falácias e argumentos que o sustentam. No campo psicanalítico, o próprio trabalho clínico tem a potência de interrogar o saber já constituído, não apenas ao expor as insuficiências do discurso, mas como operador do furo descompletante capaz de questionar a teoria. Nessa via, o caso de Caio contraria os manuais e é representativo do equívoco em que o diagnóstico apoiado nessas classificações pode incorrer.

Vejamos. O DSM-IV define as características essenciais do autismo como: *a presença de um desenvolvimento marcadamente anormal ou deficiente da interação e comunicação sociais e um repertório acentuadamente restrito de atividades e interesses*. Já em relação ao DSM-V, a classificação “transtorno do espectro do autismo” engloba o transtorno de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância, o transtorno de Rett e o transtorno global do desenvolvimento, sem outra especificação do DSM-IV. É definido por déficits em dois domínios centrais: *1) déficits na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades*.

Coriat (2011) ressalta que tais manifestações equivaleriam a uma criança com entraves em seu enlace ao simbólico e condutas estereotipadas. Algo similar a outros quadros de problemas psíquicos na infância, e não necessariamente autismo, o que evidencia a imprecisão da classificação. A autora, por sua vez, defende um diagnóstico apoiado na constituição do sujeito em sua relação ao Outro.

Isto é, com base no DSM e na CARS, Caio certamente atende aos critérios de autismo e, além dele, 2 milhões de outras crianças somente no Brasil. É necessário ressaltar que não faz parte dos objetivos da dissertação analisar os determinantes desse exponencial aumento de diagnósticos. No entanto, ao fazer referência ao modo como essa classificação incide nesse caso particular, é possível localizar como Caio é afetado e responde ao que lhe é imposto do campo do Outro.

Nessa relação ao domínio da linguagem, o sujeito surge no intervalo entre um significante e outro. Assim, ao fazer a leitura do caso clínico de Caio, partindo da escrita que os significantes que ele lança articulam – “mamãe”, “casa” –, é possível identificar algo de sua resposta singular, enquanto efeito do aparecimento do sujeito.

Retomando Freud (1930) em *O mal-estar na cultura*, apresento a seguinte citação, que será relevante para a discussão que segue:

A escrita foi, em sua origem, a voz de uma pessoa ausente, e a casa para moradia constituiu um substituto do útero materno, o primeiro alojamento, pelo qual, com toda probabilidade, o homem ainda anseia, e no qual se achava seguro e se sentia à vontade (p. 67, grifo nosso).

A título de recapitulação, evoco o momento em que, respondendo à marca que eu faço no quadro, Caio faz o próprio traço. Considerando esse acontecimento como indicativo da prévia inscrição psíquica de um traço, pode-se depreender que, para ele, algo do gozo do vivo já havia cedido à linguagem.

Quando articulamos esse momento lógico de inscrição do traço à citação de Freud, fica evidente que a marca se presentifica como indício de uma ausência. Ela faz alusão à ação do Outro materno, capaz de alojar, de conter e administrar a fruição de gozo que se impõe ao bebê inicialmente, inscrevendo-o no campo da linguagem.

Esse primeiro encontro com a mãe importa na apresentação do suporte material para articulação da cadeia significante; logo, pressupõe a constituição do par S1 e S2. Bárbara, mãe de Caio, amamentou o filho, carregou no colo, dormiu e passeou com ele. O indício de que sua voz se fez escutar e marcou Caio aparece na própria constituição do significante “mamãe”.

Entretanto, sabemos que sua ausência se deu muito precocemente e de forma abrupta, solapando até mesmo aquele primeiro S1. Onde, porém, se poderia esperar um quadro de autismo, Caio responde com o reconhecimento da alteridade, convocação do Outro e o intercâmbio de voz e olhar. O que, então, leva a admitir a existência de ao menos outro significante que suporta Caio no campo da estrutura.

Desde já antecipo que o significante é “casa”, mas, ainda assim, é fundamental retomar alguns aspectos e localizá-lo em sua história. Primeiramente, a casa dos bisavós, onde a avó, para escapar da violência, se refugiava na mata e, depois, na casa do tio, em que foi morar com o marido. Posteriormente, já em outra cidade, sozinha e grávida, a avó de Caio busca refúgio na casa de pessoas desconhecidas e é novamente afligida. De casa em casa, doa a primeira filha para uma família.

Ademais, em outro casamento, teve a casa vendida pelo marido. Sem casa, sozinha e sem dinheiro, vem a decisão de doar Bárbara. Já com o atual marido, pedreiro, constrói uma nova casa. Mas agora é Bárbara quem sai. As gestações de Caio e do irmão precipitam seu retorno, mas novamente parte, deixando os dois filhos. Durante as sessões, uma parcela significativa da queixa da avó de Caio é relacionada à atual casa, que julga precária e sem condições de habitação segura.

Nos atendimentos de Caio, era notório que algo estava sendo construído. O movimento de guardar, empilhar, organizar era indicativo dessa tendência. Mas, até então, nenhuma referência direta ao significante “casa”. A repetição da história “Os três porquinhos” parece ter colocado em funcionamento o par significante “mamãe” e “casa”. Nela, os três irmãos, ao saírem da casa da mãe, se engajam em reiteradas fugas das casas mais frágeis, até que, na terceira, estão a salvo do lobo.

A figura do lobo é emblemática. É o personagem que, não apenas nessa história, como em outros contos infantis, é o devorador, capaz de engolir a vítima inteira. É signo da destruição, daquele que fragmenta, estraga, arruína. Outro aspecto é que, em “Os três porquinhos”, a fragilidade das duas primeiras casas é tamanha que podem ser derrubadas apenas com o vento soprado pelo lobo.

Retomando a citação de Freud, escrita e casa comparecem como construções que vêm respectivamente substituir uma ausência e o desalojamento de um lugar seguro. Essas produções seriam forma de mitigar o sofrimento ao forjar modos de lidar com o desamparo, além de aparelhar o humano no domínio da natureza. Para Lacan, a própria existência no domínio simbólico pressupõe a alienação ao campo do Outro, na condição de estrutura da linguagem que antecede o sujeito.

Em seu retorno a Freud, o autor reafirma a noção de inconsciente como estrutura linguageira e inclui o conceito de significante, apoiado no seu trabalho de subversão à linguística. Se, por um lado, o encontro com a racionalidade estruturalista resultou em avanços para a teoria psicanalítica, por outro, instituiu a problemática no campo do sujeito no que se refere à própria subjetivação. A saída do impasse remete ao próprio funcionamento da

estrutura, que estaria então atrelada aos significantes Nome-do-Pai e falo, capazes de instaurar a metáfora necessária à produção de sentido e à dialética do desejo. Essa configuração só é possível pela existência do furo no Outro, possibilitando a emergência de um resto. A esse respeito, Lacan afirma:

É próprio da estrutura do Outro constituir um certo vazio, o vazio de sua falta de garantia. A verdade entra no mundo com o significante antes de qualquer controle. Ela se experimenta, reflete-se unicamente por seus ecos no real. Ora, é nesse vazio que a voz ressoa como distinta das sonoridades, não modulada, mas articulada. A voz de que se trata é a voz como imperativo, como aquela que reclama obediência ou convicção (LACAN, 2005, p. 300).

O fracasso do significante em representar por completo o sujeito – dada a ausência de significante capaz de responder pelo ser do sujeito – abre uma fenda no âmbito da estrutura. A produção do sujeito é tributária dessa hiância, em que a figura do Outro incide na conjunção entre corpo e fala, sustentado pelo fato de que há o encontro de duas faltas. O sujeito só aparece no seu discurso a preço da própria cisão.

Com isso, Lacan reinterpreta o estruturalismo, incluindo a noção de incompletude radical, que, desse vazio constitutivo, suporta o real e ressoa como eco. Dor (1989) assinala que concerne à linguagem evocar o real por intermédio de um substituto simbólico, operando a cisão entre o real vivido e sua significação. Essa proposição indica estar em consonância com a afirmação de que a linguagem aparelha o gozo (Lacan, [1969-1970] 1992, p. 75). Ou seja, na hiância que fende sujeito do gozo e sujeito do desejo, produz-se um resto que permite a travessia de uma condição a outra.

Prosseguindo nesse arranjo ficcional que figura a referida travessia, é possível fazer referência à aula “Lituraterra” do Seminário 18, na qual Lacan apresenta uma metáfora para situar a relação entre linguagem, letra e significante na formação das inscrições psíquicas. O sobrevoo na planície Siberiana é fecundo para Lacan, ao perceber a rasura que o litoral faz na terra. Enquanto a fronteira denuncia a arbitrariedade da divisão, o litoral instaura outra fronteira, recriando a cada novo olhar a separação entre dois elementos.

Aqui, o que está em evidência é a condição de rasura da letra, sua *litura* é situada como litoral entre o gozo e o saber. No Seminário 20, Lacan, ao retomar esse texto, acentua que a linguagem faz escrita e a escrita, por sua vez, é um traço em que é possível ler um efeito de linguagem (p. 164). Em um novo recurso alegórico, o autor faz equivaler nuvem à linguagem que, em sua precipitação, algo sobrevém ao efeito da chuva sobre a terra, que decanta em rio e, por que não acrescentar, que desemboca no mar, onde o litoral separa saber e gozo.

Desse banho de linguagem não escapamos. Fazer algo desses precipitados, com algum esforço de imaginação, poderia ser comparado à construção de uma casa. Alicerce, tijolos, parede, janelas, telhado. Freud já anunciava em *O mal-estar na cultura* esse jogo de substituições, de invenção. Lacan segue na mesma via ao tecer articulações com a topologia real, simbólico, imaginário. Enodar esses registros e manter uma estrutura atada, capaz de suportar as torrentes, exige um trabalho psíquico de estrutura, de fazer litoral, a cada novo encontro com o desejo do Outro.

Em relação à topologia dos registros, Garcia et al. (2017) assinalam o seguinte:

Com o nó a ênfase está na maneira singular de um sujeito se articular na linguagem e poder articular uma linguagem como um histérico, um autista, um psicótico. Sendo assim, o que está em questão não é a psicose ou o autismo, mas um psicótico ou um autista, quer dizer, o sujeito na sua singular maneira de manter o nó atado ou construir bordas desenhando os registros (p. 254).

Entretanto, vemos que os diagnósticos atuais excluem essa dimensão de “construção” própria à infância. A patologia então vem como resposta aos sintomas que perdem o estatuto de enigma. Para Caio, apesar de o autismo figurar como um significante com o qual ele poderia se identificar, ele continua seu trabalho de estrutura. Em articulação com o campo da linguagem, tece as amarrações dos registros.

De casa em casa, de nó em nó, desenhando bordas, se fazendo endereço. Aliás, ele busca no Outro suporte para essas operações. Desde o início ele se interessa por qualquer traço que eu desenhe, fica atento às vocalizações, por vezes sorri ao me encontrar. No decorrer das sessões, começa a atender as indicações de início e término dos atendimentos. Ou seja, há reconhecimento e investimento na alteridade.

Com o estabelecimento do processo de escolarização, passa a fazer tracejados diferentes no quadro. Começa a contar, falar letras do alfabeto, dizer bom-dia. A avó conclui que ele agora quer falar. Talvez já quisesse antes. Sua resposta agressiva e indiferente aos familiares pode ser concebida como efeito do lugar (ou não lugar) que lhe era destinado na trama familiar. Diante disso, a não cessão da voz como objeto figura como ausência do Outro que a faria retornar em eco.

A avó, sem se dar conta do que diz, fala que o neto faz tudo para provocar. Essa convocação do Outro parece fazer menção ao terceiro tempo do circuito pulsional, em que a criança se oferece enquanto objeto àquele desejo. Sem saber, a avó contradiz o diagnóstico.

QUARTO CAPÍTULO

4 SEGUINDO AS PISTAS GRAFADAS NO CORPO

O estatuto do corpo em psicanálise difere radicalmente dos pressupostos biológicos, a começar pela insuficiência fisiológica que marca o filhote humano ao nascer, diferindo de outras espécies animais. Sua radical dependência da ação de cuidados que garantam sua sobrevivência marca a imprescindibilidade do Outro, a produzir o efeito de sujeito pela via da marca significante. Nessa relação, o corpo é afetado pela linguagem e pela pulsão; disso podemos depreender a subversão própria à imperiosidade de uma força que impele à satisfação sem que lhe haja objeto correlato. Seu caráter fronteiriço, localizada entre o anímico e o somático – na condição de representante psíquico dos estímulos advindos do interior do corpo –, denuncia que não há complementaridade na relação do sujeito com seu corpo; ao contrário, inaugura-se a relação de impossibilidade, em que a materialidade corpórea está entrelaçada ao psíquico por intermédio do *incorporal* da linguagem.

O elemento fundamentalmente não natural, cuja interposição marca a desnaturalização do corpo, é a palavra. A esse respeito, em *O seminário, livro 1*, Lacan (1953-1954/1993) assevera que a constituição da realidade – resultante da conjunção entre imaginário e real – depende do modo como a criança é alojada no campo do Outro. Essa condição, afirma o autor, é caracterizada pelo lugar ocupado pelo sujeito no **mundo simbólico**, em torno do qual é erigida uma estrutura cuja ordenação possibilita, na **lei da palavra**, a humanização do homem (LACAN, 1953-1954/1993).

Goldemberg (2004, p. 75) ressalta que “o corpo se constitui a partir da marca que o ordena numa série de significantes que permitirão redistribuir corpo e carne, sem esquecer que o corpo se introduz na economia de gozo pela imagem do corpo”. Essa relação imaginária considera ainda a dimensão simbólica e faz a função de véu para o que do real emerge (GOLDEMBERG, 2004). Nesse campo, marcado pela conjunção entre imagem e palavra, sustentada por um desejo não anônimo, sigo para o tópico seguinte. Nele, será discutido o movimento de criação e transformação que a categoria “distúrbios alimentares” experimentou ao longo das edições dos manuais diagnósticos DSM e CID. Considerar o modo como os sinais e sintomas no corpo são lidos pela psiquiatria é significativo, tanto em termos de sistematização dessa evolução quanto de resistência à lógica organicista que está na base das elaborações desses diagnósticos, que, a cada edição, se afastam dos aspectos relacionais implicados nos distúrbios que afetam o corpo em sua ligação com a linguagem.

4.1 Distúrbios alimentares na infância: os manuais diagnósticos e os sintomas no corpo

Ora, sabemos que as amarrações que o corpo faz com a linguagem estabelecem uma nova ordem em seu funcionamento. Diante disso, meu questionamento segue rumo à questão autística e seus impasses com a linguagem. Sendo o corpo marcado por essa trama linguageira, como localizar o autista que, em suas produções, demonstra padecer de um corpo desregulado e fragmentado? Os distúrbios alimentares atestam tal ocorrência, na forma de anorexias severas, restrição significativa da variedade de alimento consumido, seletividade por cor, textura ou temperatura, ingestão de produtos não comestíveis, além de respostas inflamatórias no trato digestório.

A severidade desses sintomas é indicativa de que algo da ordem do enlace do corpo à linguagem falhou. Portanto, analisar os sintomas que se manifestam nas patologias alimentares pode elucidar algo dessa incorreção. Com isso, proponho uma breve incursão nos manuais e estudos que localizam e classificam tais ocorrências.

A princípio, destaco a *Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde* (CID-10, 2008), elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e largamente utilizada pelos profissionais para classificação diagnóstica. A categoria “outros transtornos comportamentais e emocionais com início habitualmente durante a infância ou a adolescência (F 98)” engloba um grupo heterogêneo de transtornos com início na infância, incluindo os seguintes transtornos alimentares de início precoce: Transtorno de alimentação na infância (F 98.2) e pica do lactente ou da criança (F 98.3).

O primeiro é caracterizado pela recusa de alimentos e seletividade extrema, ainda que a qualidade do alimento e dos cuidados prestados sejam satisfatória ou mesmo na ausência de doença orgânica. Já a pica do lactente diz respeito ao consumo duradouro de substâncias não comestíveis. Pode ser um comportamento isolado ou fazer parte da manifestação de outros transtornos, como no caso do autismo.

A CID-10 inclui os “problemas de alimentação do recém-nascido” (P. 92). Nessa categoria constam: vômitos do recém-nascido, regurgitação e ruminação do recém-nascido, alimentação vagarosa do recém-nascido, subalimentação do recém-nascido, hiperalimentação do recém-nascido, dificuldade neonatal na amamentação no peito, outros problemas de alimentação do recém-nascido, problema não especificado de alimentação do recém-nascido.

Na primeira edição do *Manual diagnóstico e estatístico dos distúrbios mentais* (DSM-I, 1952), há o destaque às “reações de ajuste na infância”. Sob esse termo são classificadas as

reações transitórias em lactentes cuja origem é psicogênica. São atribuídas, na maioria dos casos, à interação da criança com pessoas significativas ou uma resposta à falta dessas pessoas. Apatia indevida, excitabilidade excessiva, dificuldades de alimentação e sono são consideradas manifestações comuns desses distúrbios psíquicos em bebês.

Em sua terceira edição (DSM-III, 1980), traz breves incursões no tema dentro da categoria “outras desordens da infância e adolescência”, mais especificamente no subtipo “transtorno do apego reativo da infância”, em que a ausência de cuidados relacionados ao bem-estar da criança causaria sintomas relacionados a transtornos da alimentação (*feeding disturbances*) tais como: ruminações, regurgitação e vômitos.

Também na categoria “transtornos alimentares” (*eating disorders*), há os subtipos: anorexia nervosa, bulimia, pica, transtorno de ruminação e transtorno alimentar atípico. Entre eles, somente pica e transtorno de ruminação têm o surgimento localizado na infância.

A pica é relacionada ao hábito persistente de ingerir substâncias não comestíveis, por exemplo: tintas, plástico, cabelos, tecido. Está presente dos 12 aos 24 meses, mas pode surgir mais cedo. Crianças com quadro de retardo mental e deficiências de substâncias minerais teriam predisposição a desenvolver os sintomas. Ela exclui como critério diagnóstico outro diagnóstico mental, incluindo o autismo.

O transtorno de ruminação é caracterizado pela regurgitação recorrente da comida, resultando em perda de peso. O alimento parcialmente digerido é levado à boca sem náuseas, vômitos, desagrado ou distúrbio gastrointestinal associado. Foram observados movimentos de sucção da língua, e a criança dá a impressão de obter uma satisfação considerável da atividade. A desordem geralmente começa entre 3 e 12 meses de idade. Em casos graves, ocorre desnutrição progressiva. Remissões espontâneas são consideradas comuns.

Somente na quarta edição (DSM-IV, 1994) surgiu uma nova especificação na classificação dos transtornos alimentares (*eating disorders*); trata-se da categoria diagnóstica “transtorno de alimentação e comida em bebês ou na primeira infância” (*feeding and eating disorders of infancy or early childhood*), contemplando os subtipos: pica, transtorno de ruminação e transtorno da alimentação em bebês ou na primeira infância.

Gusmão (2002) ressalta alguns detalhes relacionados à tradução. O fato de não haver tradução possível no português do verbo *feed* compromete o entendimento e sua diferenciação do verbo *eat*. Enquanto o primeiro significa alimentar uma criança ou animal – alguém incapaz de fazê-lo por conta própria –, o segundo significa simplesmente o ato de comer. Assim, os transtornos alimentares (*eating disorders*) estão relacionados às disfunções do ato

de “comer”, já os transtornos da alimentação (*feeding disorders*) são desordens no ato “de dar de comer”.

Outro ponto destacado refere-se à classificação do transtorno da alimentação em bebês, ou na primeira infância, que exclui casos em que ocorrem problemas alimentares associados a fatores orgânicos. Ou seja, havia um caráter dicotômico significativo presente nas classificações, opondo os campos da organogênese e psicogênese. Chatoor et al. (2000), por sua vez, ressalta que a presença de desordens orgânicas não é capaz de explicar totalmente os problemas da alimentação.

Com relação às modificações propostas no DSM-IV, temos que o diagnóstico da pica agora inclui a tendência à variação das substâncias ingeridas conforme a idade. Não há presença de aversão à comida, e a ingestão atípica não deve estar referida a práticas culturais estabelecidas. O manual destaca ainda que os episódios de manifestação dos sintomas da pica podem ocorrer ao longo de outros transtornos mentais como transtornos do desenvolvimento e esquizofrenia, em decorrência dos delírios e síndrome de Kleine-Levin.

Quanto ao transtorno de ruminação, há o destaque aos problemas psicossociais relacionados. As experiências de alimentação malsucedidas ou do odor nocivo do material regurgitado podem afetar negativamente o cuidador responsável pela alimentação da criança. Outros fatores como falta de estimulação, negligência e vida estressante, situações e problemas na relação pai-filho são considerados predisponentes.

O novo subtipo transtorno da alimentação em bebês ou na primeira infância é caracterizado essencialmente pela persistente falta de alimentação adequada, refletido em falhas significativas para perda de peso durante pelo menos um mês. Não há presença de distúrbios gastrointestinais ou outra condição médica geral (por exemplo, refluxo esofágico) grave o suficiente para explicar a perturbação de alimentação. O distúrbio de alimentação também não é mais bem classificado por outro transtorno mental (por exemplo, transtorno de ruminação) ou, ainda, pela falta de comida disponível. O início do transtorno deve ser antes dos 6 anos.

Essas crianças apresentam com frequência irritabilidade e descontrole durante a alimentação. Há casos em que sobressaem a apatia e o retraimento. São relatados ainda problemas de interação entre pais e filhos que podem contribuir para os problemas de alimentação ou exacerbá-los. Já a ingestão calórica inadequada tende a acentuar sintomas associados como irritabilidade e atrasos no desenvolvimento. Também, as disfunções neuroreguladoras (por exemplo, dificuldades de sono-vigília, frequente regurgitação,

períodos imprevisíveis de alerta) e deficiências de desenvolvimento preexistentes podem estar associadas ao transtorno.

A quinta edição do manual (DSM-5, 2012) exclui a seção “Transtornos Diagnosticados na Primeira Infância”, com a finalidade de organizar capítulos para cada categoria diagnóstica, os quais incluem as desordens que podem surgir durante a juventude ou até antes da idade adulta. Assim, um capítulo destinado aos distúrbios alimentares garante que estes poderiam ser diagnosticados ao longo da vida ou mesmo avaliados em diferentes estágios do desenvolvimento.

Logo, o novo capítulo denominado “Transtornos Alimentares” (*Feeding and Eating Disorders*) contém agora oito distúrbios alimentares, que podem ser classificados nos graus leve, moderado e grave; entre eles, o transtorno de consumo de alimentos evitativo/restritivo e o transtorno de compulsão alimentar, até então inéditos. Na nova versão, a pica exclui o comportamento exploratório característico dos primeiros anos de vida e pode ser relacionada ao transtorno do espectro autista, definido, agora, como um dos transtornos mais comumente comórbidos com essa desordem, juntamente com a deficiência intelectual.

Já o transtorno de consumo de alimentos evitativo/restritivo é caracterizado como uma perturbação alimentar (por exemplo, falta aparente de interesse na alimentação ou em alimentos; esquiva baseada nas características sensoriais do alimento; preocupação acerca de consequências aversivas alimentar) sugerida pelo fracasso persistente em atender às necessidades nutricionais e/ou energéticas satisfatoriamente, acarretando uma ou mais das seguintes consequências:

1. perda de peso significativa (ou insucesso em obter o ganho de peso esperado ou atraso de crescimento em crianças);
2. deficiência nutricional significativa;
3. dependência de alimentação enteral ou suplementos nutricionais orais;
4. interferência marcante no funcionamento psicossocial.

O transtorno não é causado pela indisponibilidade de alimento, nem atribuída a causas orgânicas ou a outros transtornos mentais.

É importante destacar que o transtorno de consumo de alimentos evitativo/restritivo substitui e amplia o diagnóstico de transtorno da alimentação da primeira infância do DSM-IV. Há relatos de que a evitação ou restrição – denominadas “ingestão restritiva”, “ingestão seletiva”, “ingestão exigente”, “ingestão perseverante”, “recusa crônica de alimento” e “neofobia alimentar” – estão associadas às características de qualidade do alimento, como sensibilidade extrema à aparência, cor, odor, textura, temperatura ou paladar. As

manifestações de recusa ocorrem também em relação a produtos de determinadas marcas e/ou intolerância ao cheiro de alimentos que estão sendo consumidos por outros.

Assim, as sensibilidades sensoriais, cuja presença também é atribuída pelo DSM-5 aos autistas, são fatores predisponentes aos sintomas de evitação. Além disso, tanto a restrição quanto a evitação podem representar uma resposta associada à antecipação de uma experiência desagradável como engasgo, sufocamento, vômito. Os termos *disfagia funcional* e *globus hystericus* também foram utilizados para caracterizar tais condições.

Os distúrbios de evitação e restrição ligados à ingestão insuficiente ou falta de interesse em alimentar-se são mais comuns na fase de lactente ou na primeira infância, assim como a evitação baseada em características sensoriais dos alimentos, que tende a surgir na primeira década de vida e pode persistir até a idade adulta.

Essas crianças podem ser irritadiças e difíceis de consolar durante a amamentação ou mesmo parecer apáticas e retraídas. A interação parental também é um fator que contribui para o problema de alimentação do bebê, pois o adulto pode interpretar a recusa como agressão ou rejeição.

Conforme o manual, os fatores de risco são referentes aos aspectos temperamentais, incluindo transtornos de ansiedade, transtorno do espectro autista, transtorno obsessivo-compulsivo e transtorno de déficit de atenção/hiperatividade; também fatores ambientais relativos à ansiedade familiar e fatores genéticos e fisiológicos, como a história de condições gastrointestinais, doença de refluxo gastroesofágico, vômitos, perda de apetite, náusea, dor abdominal ou diarreia.

Há uma mudança significativa instaurada pelo DSM-5, pois o transtorno alimentar restritivo/evitativo pode ser diagnosticado concomitantemente com outros transtornos, ainda que sejam condições médicas. A perturbação da ingesta, porém, deve estar além daquela explicada diretamente pelos sintomas físicos, persistindo mesmo após sua resolução.

O manual assinala que as comorbidades frequentemente associadas ao transtorno alimentar restritivo/evitativo são transtornos de ansiedade, obsessivo-compulsivo e do neurodesenvolvimento, incluindo o transtorno do espectro do autismo.

Dados da literatura⁷ atestam a existência de sintomas gastrointestinais nos pacientes diagnosticados como autistas. São alterações histológicas no trato digestivo e disfunções gastrointestinais que se traduzem em dores abdominais, diarreia, refluxo, distensão abdominal

⁷ Descrição e análise das alterações gastrointestinais em crianças com transtorno do espectro autista realizada pelas autoras Márcia Andrade Pinho e Luciana Rodrigues Silva no artigo “Manifestações digestórias em portadores de transtornos do espectro autístico. Necessidade de ampliar as perguntas e respostas. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 10, n. 3 (Especial), p. 304-309, 2011.

e, no geral, respostas inflamatórias. Embora as conclusões se coadunem em torno dos efeitos dessas desordens sobre o comportamento da criança, são no mínimo dignos de nossa curiosidade científica os antecedentes disso que pode ser considerado marcas no real do corpo.

Além disso, os distúrbios da assimilação do alimento podem ser vivenciados com dor. O que incita articulações para pensar como se efetua, para o sujeito, o processamento dos estímulos. De que forma se verifica no autismo? Há fundamentação em atribuir ao autista um componente hipersensorial? Diante dessas inquietações, inicio a discussão sobre o corpo para a psicanálise e encaminho a discussão para seu estatuto no autismo. Estariam os distúrbios alimentares no autismo ligados à fragilidade na constituição corporal?

4.2 O encontro do corpo com a palavra

Em um dos primeiros atendimentos, com um som abafado, porém audível e identificável, ouço Caio falar “Pamonha boa”, tal como os pregões de rua. O pregão é uma modalidade de divulgação oral, geralmente entoado em alta voz ao longo do caminho do pregoeiro, que quase sempre oferta comida e voz.

“A preta do acarajé”, canção de Dorival Caymmi, descreve a passagem de uma mulher que, mercando na rua, faz ressoar o seguinte pregão, que é quase um lamento: “Ê o abará”. Chico Buarque, com a música “Carioca”, canta o “pregão que abre o dia”. Já em *Dom Casmurro*, temos o pregão das cocadas, rememorado por Capitu: “Chora, menina, chora. Chora porque não tem vintém” (ASSIS, 1899, p.18). Pedro Nava (1973) assim descreve as memórias do Rio de Janeiro: “ruídos misturados a cores, a cheiros, a gostos”. Na rua Aristides Lobo, entre 1909 e 1911, os pregões se iniciavam desde cedo, pelo “áspero e gritado dos peixeiros, alongando o seu peiiiiiiixcamaró”; e se encerravam pelos “gritos dos sorveteiros”, que “irrompiam da treva quente”.

Imerso em ruídos, cores, cheiros e gostos, também surge o *infans*. A instauração dos três tempos do circuito pulsional marcará seu engaste ao campo do Outro e, por conseguinte, o advento do sujeito. No que diz respeito à pulsão invocante, tal como afirma Catão (2009), tratar-se-á de fazer passar o barulho ao estatuto de voz, enquanto objeto pulsional.

Quanto aos três tempos da pulsão invocante, temos que primeiro concerne a **ser ouvido**, cuja expressão é realizada no momento místico da irrupção do primeiro grito. No segundo tempo, trata-se de **ouvir**, o que marca a aparição do Outro que, ao julgar o grito um

apelo, a ele responderá. O grito, então, volta de maneira invertida, vinda do Outro, sob a forma de uma demanda. No terceiro tempo, comparece o **se fazer ouvir**, assinalando a assunção da própria voz e a busca ao ouvido do Outro (VIVÈS, 2012).

Voltemos à particularidade do grito. Sabemos que Freud (1895/1995) vislumbra nessa primeira manifestação a intervenção de um próximo que, ao supor a necessidade do bebê e efetuar a ação específica para cessar a tensão, promoverá uma primeira experiência de satisfação. Isto é, no campo do Outro, o grito advém como significado e demarcação de suas presenças, ausências, tensão e apaziguamento. O grito, então, clamará pela presença do agente e, ante o mal-entendido da linguagem, o bebê, para se fazer compreender, iniciará o esforço em modulá-lo.

Desde a origem, o grito é feito para que se tome conhecimento dele, até mesmo para que, mais além, se o relate a um outro. Basta ver a necessidade essencial que a criança tem de receber esses gritos modelados e articulados que se chamam palavras, e o interesse que ela tem no sistema de linguagem em si mesma. O dom tipo e justamente o dom da palavra, porque, com efeito, o dom aqui é, se posso dizer, igual em seu princípio. Desde a origem, a criança se alimenta tanto de palavras quanto de pão, e perece por palavras. Como diz o Evangelho, o homem não perece apenas pelo que entra na sua boca, mas também pelo que dela sai (LACAN, 1956-57, p.192).

A esse respeito, Miller (2013) afirma que a voz é “tudo que, do significante, não concorre para efeito de significação” (p. 6). Ou seja, ela se inscreve em função da falta no campo significante, ante o resto da operação de significação. Logo, é na relação estabelecida entre a demanda do sujeito e o desejo do Outro que a voz, assim como os demais objetos descartáveis do corpo, é engendrada enquanto perda. Diante disso, é possível concluir que à voz é conferido o estatuto de objeto *a*.

A voz, nessa dimensão de perda, é atestada pelo efeito de desconhecimento e estranhamento que sua escuta pelo próprio emissor provoca. É desde um orifício que a voz emana e, no mesmo movimento, corta-se. Importante ressaltar que, além da boca, há outro buraco que concorre como fonte da pulsão invocante; no caso, o ouvido. Assim, nesse circuito entre falar/chamar e escutar/ouvir, o trajeto volta para o Outro, ressoando no vazio.

A proposta de Porge (2014), alusiva à presença de um *estádio do eco*, responde à dimensão de duplo expressa na voz. Dado o caráter dual da fonte da pulsão invocante, a voz forja passagens entre o sujeito que fala e o sujeito que ouve e, principalmente, o sujeito com ele mesmo. Assim, a **voz**, efetivamente, se configura como **eco da voz**. Com efeito, atrelado ao momento de passagem do grito ao apelo e à fala, o *estádio do eco* se precipita na voz como objeto resto. Logo, a voz é *a-fonia*, perda do sonoro. No entanto, para aceder à palavra, o sacrifício da voz é necessário, renunciando, por sua vez, ao contingente de gozo.

Retomando o fragmento clínico em que Caio, captado pelo pregão, o reproduz em eco, questiono: o que foi capaz de fisgá-lo? O que o pregoeiro oferta quando brada seu pregão? Seria a pamonha, o abará, a cocada? Também, mas certamente há algo que excede a materialidade do alimento e é suportado pela dimensão da voz.

Lacan assinala que “[...] essa boca que se abre no registro da pulsão – não é pelo alimento que ela se satisfaz” (LACAN, 1985, p. 159). A esse respeito, vimos que Laznik, ao apresentar o caso de Marina, acentua que não é o alimento que precipita seu enlace, mas algo que a voz veicula, capaz de suscitar o prazer na relação ao Outro. Com isso, além de indicarem a especificidade do registro da necessidade, da pura materialidade do alimento, os autores apontam para o mais além inaugurado pelo campo da pulsão.

A oferta do pregoeiro, cerrada em sua voz, veicula uma promessa de gozo. “A voz entra no lugar daquilo que, do sujeito, é propriamente indizível e que Lacan chamou de seu *mais-de-gozar*” (MILLER, p.11, 2013). Diante do chamamento e da angústia que o encontro com o desejo do Outro forja, Caio bascula entre o grito e o eco, nessa dimensão gozante que não opera a queda da voz como objeto resto. Avancemos a outro fragmento clínico em que repercute esse modo de estruturação.

Ouçó Caio repetir a risada do personagem Pica-Pau, algo como: hehehehehehehehehehehehehehehe. A avó já havia me informado sobre o interesse do neto pelo desenho. Vale ressaltar algumas particularidades do personagem e da emblemática risada. Pois bem, na vinheta que abre o desenho, Pica-Pau diz: “*Guess who?*”. E lança o riso. A frase comparece na versão brasileira sem a tradução, que significa “adivinha quem é?”. Um enigma provocativo que dá o tom do personagem. A risada é disparada, em tom jocoso, logo após as travessuras do pássaro.

Sem tratar dos nos aspectos ligados ao gozo e riso, interessa conjugar os dois momentos, tanto da repetição do pregão quanto da risada, como indicativos da não cessão de gozo ou, ainda, como formas de mitigá-lo ao preço de enganchar Caio em uma repetição inócua. Ante o enigma do desejo do Outro, instante em que o grito daria lugar à travessia ao apelo e à fala, ele faz eco.

Dividindo o falar e o ouvir, a voz se configura como objeto de endereçamento ao Outro. Ela, ao introduzir essa divisão do sujeito em sua relação à fala, produz os equívocos do significante, bem como os efeitos do sentido. Meyer (2000) assinala que a voz, ao passar pelo corpo portando o som, realiza o gozo do corpo, fazendo suporte à letra.

Em *Televisão*, Lacan (1974/2003) trata o corpo enquanto superfície sulcada pelo significante, que, assim como monumento em praça pública, inscreve uma escrita a ser lida.

Logo, sendo o sujeito efeito do significante, é por intermédio da palavra que o inconsciente toca o corpo. Essa escritura, já antecipada por Freud (1896) na Carta 52, institui um aparelho de memória capaz de estratificações e retranscrições de traços que se desdobram em vários tempos, conforme indicado na figura abaixo.

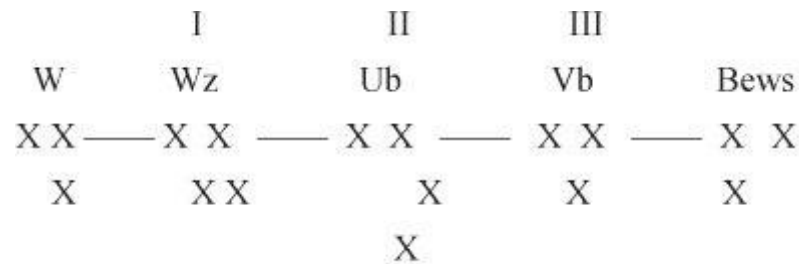


Figura 3 – Extratos dos documentos dirigidos a Fliess (1896).

Aqui, W (*Wahrnehmungen* – percepção) são percepções que não conservam nenhum traço de memória, enquanto Wz (*Wahrnehmungszeichen* – indicação de percepção) é considerado um primeiro registro de percepções; no entanto, sua incapacidade de ascender à consciência não exclui sua disposição em formar associações por simultaneidade. O registro Ub (*Unbewusstsein* – inconsciência) marca o terceiro momento, disposto possivelmente segundo vínculos causais, correspondendo a relações conceituais. A terceira transcrição, Vb (*Vorbewusstsein* – preconsciousia), está ligada às representações verbais, equivalentes ao ego. Suas catexias tornam-se conscientes, dado o cumprimento de determinadas regras. Disso, depreendemos que o aparato psíquico funciona segundo uma escritura particular.

Ao comentar a Carta 52, Borges (2008) nos diz que Freud define a psicanálise nesse texto como uma *Niederschrift* – em francês como *couché par écrit* (em português, **vestido na escrita ou vertido na folha**) – e ressalta que Lacan o reitera ao definir o inconsciente estruturado como uma linguagem. No texto *Função e campo da fala e da linguagem*, Lacan (1953/1998) afirma que o inconsciente é um capítulo da história do sujeito marcado por um branco ou, ainda, ocupado por uma mentira. Todavia, essa parte censurada poderia ser resgatada por estar escrita em outro lugar. Destaca o corpo – definido como monumento – enquanto lugar privilegiado de escritura, ao assinalar que os sintomas histéricos desvelam uma estrutura languageira que se decifra como uma inscrição.

“Trata-se do estabelecimento de uma nova relação do organismo com sua realidade, ou seja, do *Innenwelt* com o *Umwelt*” (LACAN, 1949/1998, p. 100), que se estrutura na condição de um drama individual ao humano. Enquanto para o animal há equivalências entre a realidade e a estrutura imaginária – tendo em vista a existência do componente instintivo em

funcionamento –, no homem essa relação é marcada pela disparidade, incompletude radical que o introduz no campo do Outro (LACAN, 1953-1954/1993).

Nessa operação, há uma perda que instaura a não equivalência entre o registro da necessidade e o objeto que a apazigua em definitivo. Dessa maneira, é preciso estar referido ao campo simbólico para que a satisfação suceda, ainda que parcialmente. O que se desdobra a partir de então é ligado a uma economia de gozo que vai se tecendo no enlaçamento entre o bebê e a mãe, enquanto Outro encarnado. É desse lugar que o inconsciente se estrutura, visto ser o depositório do código pessoal dos significantes que marcam o sujeito e formam um corpo cuja materialidade é a própria imagem acústica da palavra (QUINET, 2012). Isso implica que o corpo é forjado nessa articulação com o campo da linguagem, que ordenará o que dele brota.

Esse arranjo é tributário da primeira experiência de satisfação, descrita por Freud (1895-1950/1996) como a ação específica depreendida por um “próximo assegurado” capaz de pôr fim à elevação da tensão, produzindo traços passíveis de serem reinvestidos mediante um processo alucinatório. Temos como protótipo desse momento primário a amamentação, que, para além do domínio alimentar – cuja satisfação se centra no alimento –, exprime a dimensão pulsional em curso. Ao tratar da manifestação das características da pulsão, Laplanche (1985) destaca um aspecto peculiar desse instante referido à fonte. Para o autor, a fonte da pulsão é correlativa à alimentação e tem como paradigma a fome, pois os lábios também fazem parte do sistema digestivo e apresentam a duplicidade de ser ao mesmo tempo órgão sexual e órgão da função alimentar.

Contudo, Lacan (1964/1985) ressalta que a pulsão é a montagem pela qual a sexualidade participa da vida anímica do sujeito, sempre na condição de pulsões parciais. No tocante à sua finalidade biológica, independe da realização sexual, visto que seu alvo é o retorno em circuito. Ademais, encontra sua representação em uma boca cosida, cerrada sobre a própria satisfação, que se perfaz no contorno de um vazio, na forma de objeto pequeno *a*.

Logo, a ênfase recai sobre um objeto que engendra a falta, a incompletude, em vez de fomentar o apaziguamento da necessidade. Em decorrência, os tempos necessários ao transcurso da pulsão funcionam em circuito e são repetidos inúmeras vezes. Na volta completa que sucede ao terceiro tempo, advém o sujeito em sua aparição no nível do Outro.

A respeito desse engajamento do bebê no laço com o Outro, Berlink (2014) afirma haver uma afetação do *infans* pela prosódia e *alíngua* materna, via pela qual comparece o gozo materno no ato da enunciação. O funcionamento corporal do bebê terá como suporte uma **estrutura linguageira** ofertada pela mãe, que, por intermédio de seus cuidados, realiza o

bordado da letra na medida em que intervém sobre o corpo do filho ao afetar-se pelo que o afeta (BERLINK, 2014, p. 10).

Essa “afetação” comporta um gozo e se interpõe no ato da enunciação, precipitando a inscrição de certos traços significantes do Outro no endereçamento ao bebê. Diante dessa conjunção entre “língua e voz, significante e prosódia, letra e música”, articulam-se corpo e linguagem (JERUSALINSKY, 2014, p. 70).

A mãe enlaça a criança à economia de gozo ao circunscrever suas necessidades e produções, promovendo cortes que demarcam a instauração de um circuito pulsional. Essa operação pressupõe a inscrição do desejo materno, evidenciando a não naturalidade do laço entre mãe e bebê, pois exige um trabalho de criação constante e demanda que um saber inconsciente se coloque em ato. Ou seja, na leitura dos sinais do bebê produz-se uma escrita, na medida em que, diante das manifestações do filho, a mãe sustenta a produção de um sujeito e faz a amarração do real ao campo simbólico.

Esse recorte operado pela mãe – por intermédio da palavra, no exercício do discurso materno – incide sobre o orgânico do bebê, fazendo o bordejamento do seu corpo. Como produto desse trabalho, temos a instauração do funcionamento corporal, isto é, o controle esfinteriano, alimentação, regulação do sono, entre outras ações sujeitas à dialética do significante. Evidencia-se aí o jogo presença-ausência introduzido a partir do duplo movimento materno de aparecimento e desaparecimento, ligando-se à cadência dos ciclos biológicos do bebê, introduzindo-o à ritmicidade dos ciclos vitais (JERUSALINSKY, 2014).

Em 1920, Freud atesta esse tempo de constituição do sujeito ao discorrer acerca do jogo empreendido pelo neto, onde localizamos o par opositivo balbuciado pela criança enquanto manuseava o carretel. Enunciar *Fort da* expressa a organização em torno da díade presença-ausência e depreende-se disso que a assimilação dessa estrutura sincrônica, representada pelo jogo do carretel e dos fonemas, revela a incorporação das leis da linguagem. A criança, então, é capaz de prescindir da presença do objeto, visto que a instituição da alternância faz traço em torno do qual são tecidos efeitos de significação. Quanto a isso, Lacan assinala:

[...] sua ação destrói o objeto que ela faz aparecer e desaparecer na provocação antecipatória de sua ausência e sua presença. Ela negativiza assim o campo de forças do desejo, para se tornar, em si mesmo, seu próprio objeto. E esse objeto, ganhando corpo imediatamente no par simbólico de dois dardejamentos elementares, anuncia no sujeito a integração diacrônica da dicotomia dos fonemas, da qual a linguagem existente oferece a estrutura sincrônica e sua assimilação (LACAN, 1953/1998, p. 320).

É preciso ressaltar que a linguagem se encontra duplamente estruturada, visto ser sistema do significante e sistema do discurso, tal como vislumbramos na afirmação de Lacan (1953/1998, p. 323): “O a,b,c desconhecido da estrutura da linguagem e o bê-á-bá esquecido da fala”. O que poderia ser lido como a passagem da marca que a linguagem faz no corpo à *alíngua*, enquanto seu efeito do enlaçamento ao Outro, na condição de campo significante. Dito de outro modo, o significante é caracterizado como pura diferença, numa ordem sincrônica, que o distingue enquanto vocábulo de dada língua e regido conforme leis de uma ordem, a saber: a estrutura.

Sobre essas primeiras inscrições da linguagem, Barroso (2012) diz que o jogo do *Fort da* se torna paradigma das operações de alienação e separação, primordiais na assimilação da ordem simbólica, e testemunha a incorporação da estrutura transmitida pelo Outro.

Logo, “[...] é sempre num certo nível, num certo estilo da relação ao outro, que se projeta o ato da palavra” (LACAN, 1953-1954/1993, p. 64). Nesse sentido, o autor acrescenta que, na análise, é preciso reconhecer a função assumida pelo sujeito na ordem simbólica, campo que cobre o escopo das relações humanas, deixando, por sua vez, sempre um resto irreduzível à simbolização.

Partindo dos fragmentos do caso de Caio, é possível vislumbrar os efeitos da linguagem em sua articulação com o gozo. Somos sensíveis a seus efeitos, pois é desde aí que nos constituímos como sujeito. Desse modo, o trabalho referido ao campo psicanalítico pode produzir as escansões necessárias à retomada das operações psíquicas de enodamento à linguagem. Apostamos que algo pode advir do campo do Outro e enlaçar o sujeito no domínio das trocas simbólicas, ainda que nos casos de autismo e distúrbios do desenvolvimento, nos quais certo número de elementos falha em sua inscrição.

Com isso, podemos pensar que a psicanálise desponta como *locus* privilegiado de investigação e tratamento das manifestações autísticas em sua ligação com o corpo. Diferentemente dos outros domínios do conhecimento, o corpo sobre o qual se debruça a psicanálise pulsa e é cavado por orifícios, via pela qual bordeja o gozo. Se há um aparelho psíquico capaz de lidar com o que dele brota, temos em contrapartida o autista, que, na ausência dessa estruturação, nos coloca diante de um enigma análogo ao imposto a Freud pelas históricas: qual estatuto do corpo para o autista?

4.3 O estatuto do corpo no autismo

O aporte teórico, bem como os achados clínicos, demonstram que o desenvolvimento da criança – no que localizamos como as funções do Eu – está relacionado à estruturação psíquica e, por conseguinte, à constituição de uma unidade corporal unificada e ao funcionamento regido pela lógica significante. Logo, se a palavra não opera e não há alienação à imagem, o estabelecimento do Eu não se efetiva, resultando em uma significativa fragilidade na relação com a realidade. No autismo, isso é evidenciado de maneira particular no modo como a criança vivencia os signos advindos do Outro, particularmente a voz e o olhar. A realidade estaria, por sua vez, encerrada em uma prevalência do real, no qual o sujeito padece em sua precária articulação com a palavra (publicação “Autismo”, da Escola Letra Freudiana, 2017).

Diante disso, o que se impõe do campo do Outro, incluindo a alimentação, pode ser sentido como intrusão da linguagem sem que haja a possibilidade de a criança tratar o real pelo simbólico. O tapar os ouvidos, a recusa do alimento, do olhar, demonstram o caráter defensivo assumido pela criança ante o que advém do campo da linguagem. Assim sendo, ressalto que não é somente de comida que o *infans* é alimentado, mas de palavras, que veiculam o desejo do Outro, e disso o autista se protege.

Nesse ponto, é possível depreender que o que chega para criança no nível oral não se encerra na boca, na medida em que o corpo todo está em articulação com aquele desejo. A boca é mais uma das fendas cujo investimento do Outro converterá em borda. Esse buraco que se abre para sorver o alimento existe enquanto boca quando inserido no campo relacional. Isto é, não se trata de partes isoladas, e sim de partes cedidas ao Outro, inaugurando a entrada dos objetos pulsionais na troca. Ressalto que é próprio da montagem pulsional incluir o Outro, possibilitando ao objeto tornar-se objeto de demanda em vez de permanecer enquanto real do gozo.

As manifestações do real são vivenciadas no autismo com horror e recusa. Por sua vez, a ausência da marca simbólica capaz de sustentar a imagem especular interfere na constituição da separação entre “eu” e “não eu”. Então, o gozo não mediado pela estrutura da linguagem retorna fora do corpo; por conseguinte, suas manifestações são lidas como efeitos do real, em que o autista comparece como gozo do Outro (GARCIA et al., 2017).

Vorcaro e Lucero (2010) entendem que a organização defensiva do autista é um modo de fazer frente ao Outro. A esse respeito, assinalam que:

A recusa radical do autista é a posição de alvo do gozo de uma potência imaginizada como Real. Ao retrair-se, declinando seu corpo da posse dessa potência, intercepta o laço pulsional que o ligaria ao Outro, neutraliza a procura de satisfação no Outro, obstaculizando a erogeneidade pulsional com a qual faria laço, mas, mantendo-se à margem, livra-se de ser aniquilado, como objeto do gozo do Outro (VORCARO; LUCERO, 2010, p. 52).

Como efeito da recusa à condição de objeto que suscita o desejo do Outro, a criança autista mantém-se fora da dialética demanda-desejo, permanecendo vinculada ao gozo e ao corpo real. Segundo Bernardino (2015), não há efetivação de *alíngua* nem enodamento dos três registros (RSI) capazes de organizar a linguagem.

A conjunção entre simbólico, imaginário e real permite que o sujeito se localize no tempo e espaço, por intermédio de um corpo que se esboça na incidência da linguagem sobre o organismo, resultando na extração do objeto *a*. Lacan designa como seu protótipo o seio, as fezes, o olhar e a voz, visto serem objetos que se destacam do corpo.

O objeto *a* permite realocar o sujeito em referência ao Outro, promovendo seu enlace ao projetar o gozo para fora do corpo e mantendo a necessária distância para que o próprio sujeito não seja o objeto do gozo. Esse arranjo é evidenciado no circuito pulsional. A pulsão parte, então, de uma borda e faz contorno no lugar do Outro. Quando a borda falta, ou não funciona – resultando em uma estrutura lisa, compacta e sem furos –, o corpo é encarnado como metáfora do gozo do Outro.

Na medida em que algo falha no aparelhamento do organismo, no que se refere ao recorte que incide na pura carne, vislumbramos a debilidade das funções corporais, em nível do controle esfinteriano, tônus muscular, sistema sensorial. Acerca disso, Jerusalinsky ressalta:

[...] quando fica restringida a possibilidade de simbolizar essa falta um pouco mais longe que o cocô em si mesmo, que a voz em si mesma, que o peito em si mesmo ou que o olho do outro em si mesmo, quando temos dificuldades de simbolizar isso a uma certa distância do objeto real, então nos precipitamos na dificuldade de manejar esses objetos no campo do discurso, ou gozamos simplesmente manejando esses objetos tal como eles são (JERUSALINSKY, 1997, p. 8).

É preciso o sacrifício de uma “libra de carne” para que o sujeito se engaje na dialética do significante (LACAN, 1962-1963/2005). Ou seja, para que haja a inclusão do sujeito no circuito das trocas simbólicas, é necessária uma perda capaz de garantir a função lógica da estrutura, barrando o retorno do gozo no real. O objeto *a* – representante do que resta dessa operação – é a presença de um vazio em torno do qual o trajeto da pulsão se realiza em três tempos, na forma de circuito.

Segundo Freud (1915/2004), o primeiro tempo caracteriza-se pela busca ativa do objeto, sucedido por um segundo tempo reflexivo, em que uma parte do corpo é alvo de investimento, e o terceiro tempo, dito passivo, em que se ocupa o lugar de objeto do outro. Laznik (2000) ressalta que esse é um tempo ativo, visto ser o momento de assunção do sujeito, num “fazer-se” que busca ligação ao gozo do outro. Conforme a autora, no autismo o terceiro tempo do circuito pulsional não ocorre e o circuito não se completa.

Diante disso, A. Jerusalinsky (1997) entende que no autismo não há corpo, visto que não há inscrição do “objeto da pulsão”. Barroso (2012), por sua vez, atesta a existência de um sujeito sem imagem *i(a)*, pois ela não seria alvo do investimento libidinal; não há, então, equivalências imaginárias que o habilitem a forjar identificações. Vidal e Vidal (2017), em artigos distintos, na mesma publicação, consideram que no autismo há um corpo esférico, em que a ruptura entre *Innenvelt* ao *Unwelt* não ocorre, impossibilitando a assunção de um espaço moebiano. O corpo se apresenta como esférico, superfície tórica, sem furos.

Soler (2007) indica que o autismo é uma doença da libido que ultrapassa os distúrbios das “relações objetais”, pois é a linguagem agindo sobre o corpo que cria o “órgão-libido”. Ou seja, tal qual “órgão-parte” do organismo, a libido contorna os orifícios do corpo – estes na condição de zonas erógenas –, fixando-lhe limites. Lacan (1964/1998), em vez de nela localizar face fluida, energética, reconhece sua função de amarração.

As zonas erógenas estão ligadas ao inconsciente, porque é lá que se amarra a presença do vivo. Descobrimos que é precisamente o órgão da libido, a lâmina, que liga ao inconsciente a pulsão dita oral, a anal, as quais acrescento a pulsão escópica e a que será preciso quase chamar pulsão invocante, que tem, como lhes disse incidentalmente – nada que eu digo é pura brincadeira –, esse privilégio de não poder se fechar (LACAN, 1964/1998, p. 188).

Retomando a acepção de que no autismo há um desarranjo nas funções da libido, depreende-se que o trabalho da linguagem, em sua expressão significativa, não opera no corpo do autista. São crianças resistentes ao frio, à dor, apresentam fixação em certos tipos de erotismo e tomam partes do corpo do outro como prolongamento do seu. Assim, o que poderia ser interpretado como falha da percepção revela-se uma “perturbação no instrumento-libido” (SOLER, 2007, p. 78).

Isso enseja uma questão muito cara aos trabalhos referentes aos distúrbios alimentares no autismo, relacionada a uma possível sensibilidade exacerbada presente nesses quadros. Tal fato é que levaria à repulsa por alimentos que se apresentariam como demasiado excitatórios, gerando desconforto à criança. Se há esse componente, como ele se estabelece?

4.4 O ato alimentar e a sensibilidade no autismo

A psicopatologia faz a distinção entre sensação e percepção, apesar de compreender tratar-se de mecanismos complexos e intercambiáveis. A primeira é definida como o fenômeno originado por estímulos físicos, químicos ou biológicos gerados dentro ou fora do corpo, capazes de provocar alterações nos órgãos receptores, estimulando-os. Os estímulos sensoriais podem ser visuais, táteis, gustativos, auditivos, proprioceptivos e sinestésicos. Já a percepção compreende o processo de tomada de consciência do estímulo sensorial. Ela corresponde ao aspecto psicológico e ativo da sensopercepção. Nesse processo, os estímulos sensoriais são articulados às experiências anteriores inscritas na memória e resultam em atribuição de significado (DALGALARRONDO, 2008).

Com base no uso dos termos “sensação” e “percepção” ao longo da obra freudiana, é possível apreender algo de sua estrutura para o autor. Enquanto a sensação é utilizada principalmente para descrever a tomada de consciência de certo acúmulo de estímulo, prazer, excitação sexual ou mesmo dor, a percepção é ligada a processos capazes de inscrever marcas no psiquismo, a exemplo da percepção da falta do pênis, as percepções auditivas, além da percepção de palavras e percepções sensoriais.

A literatura científica atesta a existência de dificuldades acentuadas no processamento de estímulos sensoriais nos quadros de autismo. Os pesquisadores veem correlação entre as alterações no processamento sensorial e o número de problemas alimentares em crianças autistas (GENEVIÈVE; DEBBIE; WINNIE; ERIKA, 2011; SUAREZ; NELSON; CURTIS, 2012; CERMAK; CURTIN; BANDINI, 2010).

Diante disso, podemos então considerar o funcionamento sensorial desses sujeitos em referência ao ato alimentar. Quanto ao alimento, tanto seu odor, aspecto e sabor são considerados um acréscimo à excitação sensorial, o que, para crianças autistas, de fato aparenta se inscrever de forma muito mais contundente. No entanto, tal relação entre sensibilidade e aparelho psíquico pode ser pensada de maneira diversa à biologia, como veremos adiante.

Na ausência do suporte da imagem, o autista padece das sensações corporais que o invadem, vindo de fora denunciar o que não foi inscrito enquanto marcas de linguagem. Falta o anteparo imaginário e sua testificação pela palavra, capaz de mediar a relação com o real do corpo. Para ele, as sensações indicam algo da ordem do impossível de simbolizar no campo de associações perceptivas.

Sabemos dos impasses do autista em relação ao Outro e a angústia que sua presença lhe causa. No que se refere à demanda instaurada no âmbito dessa relação, a não cessão do objeto se precipita em dificuldades severas no circuito de trocas. A esse respeito, Maleval (2012) diz o seguinte:

Inicialmente, a percepção se compõe de estímulos incertos, ambíguos, à espera de organização; para que ela se organize, o sujeito deve-se interessar, uma escolha opera então, selecionando certos estímulos, negligenciando outros. Ele é comandado pelos investimentos libidinais, eles mesmos regulados pela extração dos objetos *a* (p. 40).

Disso podemos depreender que a estruturação dos processos perceptivos transcorre por intermédio das trocas afetivas em causa nos cuidados com a criança, inscritas desde os primórdios de seu encontro com o Outro, instaurando certo número de operações que engendrarão o sujeito na economia de gozo. Maleval (2012) concebe uma prevalência dessa economia sobre o manejo das informações perceptuais. Assim, cita o autor, “a visão é comandada pela queda do olhar, assim como a escuta o é pela voz (p. 47)”.

Como exemplo de que a função da falta no registro do olhar está operante, temos o recurso utilizado pela criança ao apontar um objeto. Ela olha para o objeto e olha para a pessoa, em um movimento de vaivém que perfaz uma demanda. Desse recorte é possível distinguir a função da falta do objeto e o olhar enquanto resto. Em contrapartida, o autista recusa entrar nesse circuito da pulsão escópica e, quando solicita um objeto, o faz interpondo o braço ou mão de quem estiver próximo como ferramenta para obter o êxito no movimento.

Esse modo de operar, sem o intervalo cavado pela falta, torna a relação com os objetos e as sensações que eles provocam muito mais angustiante para o autista. O que leva Maleval (2012) a concluir que “[...] a extração do objeto *a* funciona como um organizador da realidade” (p. 51). Diante da instabilidade, o autista cria organizações particulares cuja finalidade seria ordenar minimamente o que se impõe a ele de modo intrusivo. Isso pode ser indicativo das restrições alimentares que, com base na repetição, mantêm a previsibilidade, assegurando certo apaziguamento. Além disso, ante a impossibilidade de utilizar recursos simbólicos para interpretar as sensações, o autista se defende também com a própria recusa. E, desse modo, assegura certo distanciamento entre si e o Outro.

É conveniente ressaltar que uma importante aquisição do aparelho psíquico é a capacidade de ordenar os traços de percepção, proporcionando o encadeamento necessário para que as impressões não compareçam de forma caótica. Mais uma vez, é possível evocar os *juízos de atribuição e existência* para avançar nessa questão.

No texto freudiano *A negativa* (1925/2007, p. 148), a função psíquica de emitir juízos é definida como atos de confirmar ou negar o conteúdo de pensamentos, e sua origem psicológica é referida basicamente a duas questões:

- 1) atribuir ou negar certa característica a determinada coisa [*Ding*];
- 2) confirmar ou refutar a existência real de determinada representação.

Trata-se do juízo de atribuição e do juízo de existência, respectivamente. O primeiro é relacionado às fases iniciais do desenvolvimento, mais especificamente ao âmbito das pulsões orais, da seguinte maneira: i) isto eu quero comer; ii) isto eu quero expelir para fora de mim.

Esse funcionamento é próprio das operações regidas pelo princípio do prazer que logram expelir o que é mau e introjetar o que é bom. Desse mecanismo, podemos entrever o princípio da repetição que busca caminhos facilitados de satisfação. No entanto, a prova de realidade atesta a condição fundamentalmente perdida do objeto.

Isso se deve à própria condição do objeto de não responder à satisfação completa, mas também envolve o mecanismo de entrada do sujeito no campo da linguagem. Expandir a discussão nesse ponto pode elucidar algo sobre a condição intrusiva que alimento e linguagem alçam no autismo e outros distúrbios do desenvolvimento.

Vejamos. Freud (1915a/2006) demonstra a importância da palavra nos processos de pensamento. Ao discutir a diferenciação entre ideias conscientes e inconscientes, evidencia os conceitos de *representação de palavra* e *representação de coisa*, entendidos como componentes da *representação de objeto* ou *ideia consciente do objeto*. As representações inconscientes, por sua vez, correspondem às representações de coisa e conteriam seus investimentos de carga.

As representações de objeto não podem tornar-se conscientes mediante os próprios resíduos de percepção, pois carecem de palavras que as nomeie e introduza na lógica da significação. O sujeito apreende algo do campo das experiências sensoriais ao inseri-las na lógica significante. Isso fica evidente no texto *A negativa* quando Freud afirma que “o pensar possui a capacidade de novamente presentificar, através da reprodução no imaginar, algo que já foi uma vez percebido, isto é, pode-se imaginar o objeto sem que ele precise estar presente no mundo externo” (p. 149). A palavra surge, então, como substituto da falta do objeto; é, em si, signo de uma perda.

Por sua vez, nomear uma experiência implica a produção de um resto impossível de simbolizar. Quando o objeto figura no campo simbólico, a ele é atribuído o caráter de dom. Ou seja, na medida em que é nomeado, o objeto entra no circuito de substituições próprio à lógica significante e já não coincide com certo dado unívoco da realidade. Cada novo

encontro com o objeto será, por sua vez, um arranjo compensatório em face da sua condição de substituto de algo perdido.

Para evidenciar essa noção de engodo veiculada pela palavra, Lacan (1972) utiliza a homofonia dos advérbios franceses (*vrai-ment, mentale-ment, héroïque-ment*) que atestam no radical o índice da mentira (*ment*). Destaca ainda certo comentário sobre a coincidência entre a língua enquanto instrumento da fala e continente das papilas gustativas e retorque: “[...] não é à toa que o que se diz *condimente* [*ce qu'on dit ment*]” (p. 18). Outra tradução possível seria “O que se diz mente”, ou, ainda, recorrendo à homofonia “condimento” (*condiment*).

A palavra “mente”, uma vez que substitui o próprio objeto. Conforme vimos no texto freudiano, a *representação de coisa*, para tornar-se consciente, depende da *representação de palavra*. Além disso, em referência à resposta lacaniana sobre a língua enquanto instrumento da fala, é possível apontar a noção da voz como pura perda. Isto é, trata-se da função da falta que a fala engendra, não da positividade das papilas gustativas. O gozo não está a elas referido, e sim à função da linguagem em alusão ao laço com o Outro.

Diante disso, nessa relação, a constituição da demanda pressupõe a falta do objeto de satisfação. Essa condição alude à elaboração freudiana retomada por Lacan (1962), em que o inconsciente busca a identidade de percepções, ou seja, o “identicamente idêntico”, justamente o que sempre faltará. Sua reaparição em nível significante comportará o apagamento do traço e a impossibilidade da significação unívoca. No autismo, em que a demanda não se constitui como tal, poderíamos pensar que se impõe a busca pela manutenção da relação original com o objeto, impedindo que a demanda se converta em dom do amor, signo do equívoco engendrado pela lógica significante?

A relação do autista com a palavra não cede à polissemia do significante. Isso fica evidente na própria univocidade assumida pela palavra. Sua relação com as representações de coisa exclui o equívoco próprio à linguagem. Para ele, a palavra não “mente”, ela é a verdade da presença do objeto. Por sua vez, o alimento não cede ao estatuto de dom e resta como repetição; não há troca nem substituição na cadeia metonímica.

Nesse ponto é possível fazer nova alusão ao caso Caio. Com os pratinhos e copinhos de brinquedo dispostos na mesa, ele faz semblante de comer. Partilha comigo de uma refeição em que o objeto alimento está ausente. Caio caiu na mentira da brincadeira de “comida de mentirinha”. Para adentrar no universo da partilha, é imperioso uma perda, a queda do objeto, e deixar-se enganar pelo substituto à falta expressa na demanda de amor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ofício clínico suscitou em mim incontáveis questões; entre elas, o foco de investigação desta pesquisa. Analisar os distúrbios alimentares nos quadros de autismo e problemas do desenvolvimento parece convocar todo o arcabouço teórico da psicanálise, o que demandou um trabalho de recorte e amarração. Circunscrever as manifestações sintomáticas da ingestão no âmbito do corpo em sua referência à linguagem foi um recurso metodológico para guiar a escrita e, ao mesmo tempo, marca a diferenciação ao saber psiquiátrico, que entrevê nas manifestações de desordem no ato alimentar uma resposta, não um enigma.

Conjugar a escuta clínica à teoria exigiu, então, o esforço de sustentar o lugar do sujeito em sua irredutibilidade às generalizações e à condição de objeto do conhecimento. Com isso em vista, foi constante no trabalho a referência à função do Outro e seu desejo enredado no ato alimentar. Apoiada nessa noção, a pesquisa foi conduzida pelos questionamentos advindos desse âmbito. Entre eles: quais seriam os possíveis efeitos sobre as trocas alimentares da não inscrição na ordem simbólica? De que forma a alimentação, enquanto sistema de signos e significados, se apresenta ao autista e crianças cujos entraves no campo da linguagem dificultam seu enlace ao Outro? O que está em causa nos distúrbios alimentares para esses sujeitos? Convém, então, retomar alguns dos caminhos percorridos ao longo desse percurso e algumas possíveis conclusões e desdobramentos para investigações futuras.

Se, por um lado, produzir uma pesquisa sobre distúrbios alimentares requer a inclusão da história da alimentação, por outro, irrompem na clínica arranjos singulares que só podem ser apreendidos tendo como referência o modo como cada um enlaça a dinâmica social à sua realidade psíquica. A diversidade de conteúdo referente à temática da alimentação aponta para a vastidão desse domínio. Desde a literatura, música, hábitos culturais e religiosos, todos, em algum aspecto, têm produções relacionadas aos hábitos alimentares. Estes, quase sempre ligados à agregação, à comunhão, à partilha, denotam sua inclinação para além da satisfação da necessidade.

O resgate da história da alimentação foi realizado em referência ao pressuposto freudiano de que o desenvolvimento individual pode ser referido à própria história da humanidade. Aqui, observo a passagem ao cozimento simbólico, que inclui não apenas a escolha dos alimentos – instaurando um domínio de preferências – como o próprio uso do fogo para sua preparação, o que aponta tanto para o propósito de subjugar a natureza quanto

para a comunhão efetivada ao redor da fogueira. Freud recorre ao mito do Pai da Horda primitiva para dizer da preferência primordialmente canibal que resta como traço indelével ao humano.

O traço representa o surgimento do sujeito em sua referência à linguagem. É tributário da falta do objeto e se apresenta como distintivo e suporte da diferença, na medida em que seu apagamento possibilita a inscrição significante. O corpo, então, sofre os efeitos da incidência da linguagem e da desnaturalização que ela engendra. O advento no campo simbólico pressupõe a “civilização do gozo pelo significante”, algo não instituído no autismo, conforme atestam os fenômenos de retorno de gozo no corpo.

Vimos, ainda, que a recusa do alimento pode, primordialmente, significar a própria rejeição ao que advém do âmbito da linguagem. Nessa via, a pesquisa avançou ao estatuto do Outro, enquanto função significante. Nesse circuito inaugurado pela demanda, vemos surgir a particularidade do desejo e o efeito metonímico que ele comporta. Desse caráter móvel, dinâmico, o sujeito comparece em sua singularidade, tecendo suas preferências em um complexo sistema simbólico patente na cultura, nas tradições e nas preferências alimentares.

Por outro lado, o autista atesta seus embaraços no campo do Outro e a dificuldade em compreender os códigos em sua dimensão polissêmica, própria aos deslizamentos da cadeia significante. Esse embaraço na linguagem reverbera não somente na relação ao alimento, pura matéria, mas ao corpo, particularmente às bordas erógenas.

Nesse ponto, assinalo o entendimento de A. Jerusalinsky (1993) na concepção de que no autismo a demanda é recebida como “exclusão”, a um só tempo elidindo a possibilidade de referência ao Outro e determinando a demanda de “ausentificação” no laço social. Acrescenta-se a isso o não registro da **impossibilidade** de satisfação da demanda, o qual permitiria a instituição da privação do objeto, substancial para conjunção da metáfora do amor.

Com esse direcionamento, segui aos diálogos em *O banquete*, de Platão, em que amor e palavras se conjugam em discursos que evidenciam o estatuto da falta para o sujeito. Nessa configuração, circula o não saber, na medida em que o amante desconhece o que lhe falta e, ao amado, resta o desconhecimento sobre o que o mantém nessa posição. Aquilo que perfaz é a metáfora, na qual o amado toma o lugar do amante, recolhendo pistas daquilo que do Outro poderia revelar seu desejo. Aqui, o objeto, na condição de *agalmata*, será suporte para instauração da dialética do desejo.

Vimos, então, o movimento de balança em que, ante a indeterminação do desejo do Outro, o sujeito dispensa pedaços que serão cedidos para conter certa “fúria devoradora” e

forja um espaço intercambiável entre si e o Outro, capaz de enganchá-lo ao domínio das trocas simbólicas. Dessa operação – que marca o surgimento da angústia – advém o *a* enquanto objeto resto. Esse ponto foi importante para argumentação, pois permitiu entrever algo da relação do autista ao gozo do Outro, bem como seu funcionamento em referência à lógica objetual. Nessa via, conforme Lucero e Vorcaro (2016), a não cessão do objeto *a* estaria relacionada à sua ausência de enunciação.

Ainda em relação à falta do objeto, destaquei suas três modalidades – privação, frustração e castração – enquanto arranjos primordiais na constituição do sujeito. Nessa perspectiva, comparece o falo, na condição de objeto de que a mãe se encontra privada. O filho, por sua vez, logrará ocupar essa posição, em consonância ao desejo materno. No registro da frustração, restará o trabalho de fazer dom em resposta à ausência do objeto. Nessa dialética, representada pela escansão instaurada pelo *Fort da*, surgem as formas de compensação aos reiterados desencontros forjados pela presença-ausência.

Entre elas sublinhei o ato alimentar, em que a frustração do amor é compensada pela satisfação da necessidade. Isto é, cessar a fome, por intermédio do objeto (alimento), encobre a real demanda de amor subjacente à alimentação. Essa demanda pressupõe a **impossibilidade** do reencontro com o objeto mítico da satisfação, mas abre via a uma promessa de gozo com a qual a criança é capturada. Entretanto, para o autista, os efeitos dessas substituições, ante a ausência da mediação operada pela linguagem, podem acarretar o fechamento, no qual nenhum objeto encontrará seu correlato.

Além disso, consoante ao argumento de Laurent (2012), as condutas de repetição e imutabilidade presentes no autismo aludem às formas de tratamento do gozo dispensado pelo autista. Aqui localizo uma correlação com as restrições alimentares, factíveis nas repetições de alimentos, na recusa e na seletividade alimentar, enquanto insistência de ordenações rigidamente construídas. Diante da diversidade de leituras sobre esses sintomas, constatou-se a necessidade de analisar as formas de diagnóstico e tratamento do autismo.

A despeito das divergências no campo psicanalítico, é possível localizar no autismo ausência de apelo ao Outro e os fenômenos de retorno do gozo no corpo. Seus impasses no âmbito da linguagem podem ser articulados à ausência de escansão promovida pelo funcionamento significante, capaz de enlaçar o sujeito ao simbólico. Garcia et al. (2017) assinalam a importância da ênfase no sujeito, em sua maneira particular de engajamento na estrutura de linguagem.

Esse aspecto é relevante para o trabalho clínico na medida em que há uma trama simbólica endereçada ao analista via laço transferencial. Como pensar, porém, os efeitos dos

dispositivos analíticos – interpretação e transferência – no tratamento de crianças autistas e com graves distúrbios do desenvolvimento? Vimos que, desde o “se fazer endereço” das manifestações da criança e o “endereçar”, o que comparece nessa clínica é o avesso, pois dirige-se do real ao simbólico. Diante de um sujeito meramente suposto, o analista faz a costura do real com base no texto imaginário que lê nas manifestações da criança.

Com esse enfoque clínico, segui ao caso de Caio. Primeiramente, destacando a importância de uma avaliação que inclua a análise do laço que o sujeito estabelece com o Outro, em contraposição aos diagnósticos de uso corrente, baseados nos manuais diagnósticos estatísticos. Isso posto, a leitura do caso se deu no eixo de articulação dos significantes “mamãe” e “casa”, proferidos pelo paciente durante atendimento. Considerando que o sujeito comparece no intervalo entre dois significantes, foi possível localizar algo de sua posição subjetiva com base nessa relação.

Essa compreensão é possível quando julgamos que a estrutura é de linguagem e o sujeito só tem existência a partir desse campo. Ante a incidência da fala no corpo do *infans*, uma parcela de gozo é perdida. Quanto ao saber, ele está no campo do Outro, na condição de significantes que farão referência ao sujeito, sem, no entanto, defini-lo em definitivo. A separação que evita o imiscuir das substâncias saber e gozo é instituída pela letra, na condição de rasura, que aí faz litoral.

Dessa marca, que é antes indicação de uma ausência, se impõe o trabalho de invenção. É o que vemos ocorrer no caso de Caio. As construções em torno dos significantes denotam o trabalho psíquico em que ele se engaja durante o tratamento. Elas dão testemunho da sua organização em torno da falta e daquilo que recolhe do campo do Outro. Diante disso, o diagnóstico de autismo não se sustenta, indicando a possibilidade de equívoco, em que a leitura de sintomas incorre quando utilizada para esse fim.

Ainda em relação aos sintomas, detalhei suas formas de classificação nos distúrbios da alimentação ao longo das edições dos manuais DSM e CID. Esses dados foram importantes para atestar a separação estabelecida por essas publicações entre sintomas de causa orgânica e patologias de origem psicogênica, bem como a ausência de explicação acerca da relação entre distúrbios alimentares e os chamados transtornos comórbidos.

Certamente, a psicanálise tem algo a dizer sobre os sintomas no corpo, considerando não apenas seu funcionamento bioquímico, mas sua referência à linguagem. Aqui é possível reportar-se ao próprio conceito de pulsão, em seu caráter fronteiro entre o somático e o psíquico. Com esse entendimento, incluí o instante de captura imaginária delineado no estágio do espelho. Vimos que tal relação especular evoca a condição última de alienação do sujeito

ao campo do Outro. O sujeito é, por sua vez, incluído na economia de gozo, nesse arranjo que conjuga a imagem alienada ao Outro e sua testificação pela palavra.

Esses efeitos da linguagem no enlace ao simbólico foram discutidos com base em mais um fragmento do caso clínico. Partindo do pregão que Caio reproduz no atendimento, algo pôde ser dito sobre a pulsão invocante. Sublinhei o fato de que o pregoeiro carrega comida e voz e, em seu percurso, veicula uma promessa de gozo. A particularidade do circuito desenhado pela pulsão invocante, envolvendo o falar/chamar e escutar/ouvir, ressoa no vazio, retornando em eco para o emissor.

Ou seja, a voz é *afonia*, como indica Porge (2014), pois está vinculada essencialmente a uma perda; no caso, o objeto pequeno *a*. Assim, considerando a função da voz na ligação do sujeito ao Outro, observamos que o *infans* se alimenta de palavras que colocam em evidência a dimensão desejante. Diante do pregão, que inclui essa perspectiva do *mais de gozar*, Caio atesta certo embaraço no encontro com tal aspecto da economia de gozo. Essa conjuntura é verificada também na repetição da risada do personagem Pica-Pau, que, conforme argumentei, teria injunção com seus impasses na perda resultante da cessão do objeto voz.

Isto é, no âmbito pulsional, os objetos são investidos e intercambiáveis, na medida em que incluem o Outro no circuito, implicando o traçado da demanda. Desse fato depreende-se que a incidência da pulsão subverte o registro da necessidade. Essa disposição é evidente no ato alimentar, em que a demanda de **ser alimentado** terá como resposta a demanda de se **deixar alimentar**. O êxito desse empreendimento pressupõe a sujeição à impossibilidade aberta diante do encontro de duas demandas e a própria oposição à satisfação da necessidade em favor do dom de amor.

Aqui é possível vislumbrar o funcionamento metafórico, patente na estrutura de linguagem, na qual a ausência pode ser simbolizada. Nessa configuração, falta o “identicamente idêntico”, sustentando o estatuto da falta e possibilitando as operações significante. Sabemos que esse funcionamento ocorre em referência ao campo do Outro, e, diante das dificuldades encontradas pelo autista nesse âmbito, Maleval (2012) localiza certo grau de desorganização com a realidade, resultantes da não extração do objeto *a*.

Esse aspecto foi abordado na dissertação com base nos indícios de dificuldades experimentadas pelo autista no tratamento dos estímulos sensoriais, reverberando em sua alimentação. É importante frisar que a realidade é ordenada a partir de um sistema de traços perceptivos e carecem da palavra para que sejam representados na consciência. Ou seja, as experiências sensoriais são apreendidas quando inseridas na lógica significante, e a palavra surge como signo da perda do objeto, sem, no entanto, obturar a falta.

O alimento, na medida em que figura no campo da linguagem, é alçado ao estatuto de dom e passível de experimentar os efeitos dos deslocamentos próprios ao encadeamento significante e da falta subjacente. A cada novo deslizamento, o equívoco que a linguagem sustenta, o que leva Lacan a dizer “não é à toa que o que se *dizcondimente*”, evidenciando a noção de engodo que a palavra veicula.

É fazendo semblante de comer que, mais uma vez, Caio indica a incorreção do seu diagnóstico de autismo. É partícipe de um jogo em que os pratos e copos estão vazios e prescinde do objeto alimento, restando o laço transferencial. Por sua vez, o autista indica não suportar o equívoco manifesto no dom do amor. Para ele, o significante comparece de modo unívoco e a palavra, então, advém como verdade crua e indigesta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVITCH, S. Correntes teóricas sobre o autismo infantil precoce. In: QUINET, A. (Org.). **Psicanálise e psiquiatria: controvérsias e convergências**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001. p. 255-260.
- ALBERTI, S.; ELIA, L. Psicanálise e ciência: o encontro dos discursos. **Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 8, n. 3, p. 779-802, 2008.
- ARAÚJO, M. A representação e o gozo na clínica do autismo. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 106-127, 2010.
- ARONIS, E. A.; ATEM, L. M. Oralidade e transdisciplina na clínica com o bebê em UTI neonatal. In: SALES, L. M. (Org.). **Pra que essa boca tão grande?** Questões acerca da oralidade. Salvador: Ágalma, 2005. p. 145-158.
- ASSIS, M. Dom Casmurro. Obras Completas de Machado de Assis, vol. I, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994. Publicado originalmente pela Editora Garnier, Rio de Janeiro, 1899.
- AZEVEDO, F. C. **Autismo e psicanálise**. O lugar possível do analista na direção do tratamento. Curitiba: Juruá, 2009.
- BARROSO, S. As psicoses na clínica com crianças: o corpo sem ajuda de um discurso estabelecido. **Tese (Doutorado)** – UFRJ/IP, 2012/Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, 2012.
- BASTOS, A. Entre o ser e o sujeito, a alienação. In: PINHEIRO, T. (Org.). **Psicanálise e formas de subjetivação contemporânea**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003. p. 137-149.
- BATTIKHA, E. C. As palavras que alimentam a humanização: reflexões acerca da amamentação – uma experiência na UTIN. In: MELGAÇO, R. G. (Org.). **A ética na atenção ao bebê: psicanálise, saúde, educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 161-166. (Coleção 1ª Infância).
- BERCHERIE, P. (2001). A clínica psiquiátrica da criança. In O. Cirino, **Psicanálise e psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura**. Belo Horizonte, MG: Autêntica. p. 129-144.
- BERLINK, M. Editorial. In: JERUSALINSKY, J. **A criação da criança: brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê**. Salvador: Álgama, 2014.
- BERNARDINO, L. M. F. **As psicoses não decididas da infância: um estudo psicanalítico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

- _____.; JERUSALINSKY, A.; ROCHA, P.; LERNER, R.; PESARO, M. A pesquisa IRDI: resultados finais. In: KUPFER, M. C. M.; LERNER, R. (Org.). **Psicanálise com crianças: clínica e pesquisa**. São Paulo: Escuta, 2008, v. 1. p. 221-230.
- _____. Mais além do autismo: a psicose infantil e seu não lugar na atual nosografia psiquiátrica. **Psicologia Argumento** (PUCPR. Impresso), v. 28, p. 111-119, 2010.
- _____. A questão da psicose da infância, seu diagnóstico e tratamento frente ao seu “desaparecimento” da nosografia atual. In: JERUSALINSKY, A.; FENDRIK, S. (Org.). **O livro negro da psicopatologia contemporânea**. São Paulo: Via Lettera, 2011. p.205-218.
- _____. A primazia da escrita e a clínica do autismo. In: JERUSALINSKY, A. (Org.). **Dossiê autismo**. São Paulo: Instituto Langage, 2015, v. 1. p. 108-117.
- BIRMAN, J. A direção da pesquisa psicanalítica. In: **Psicanálise, ciência e cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 13-27.
- BONFIM, F. G.; COSTA, A. Um percurso sobre o falo na psicanálise: primazia, querela, significante e objeto *a*. **Revista Ágora**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 229-246, 2015.
- BORGES, S. Letra a letra, o gozo da escrita. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v40, n. 2, p. 339-357, 2008.
- BRUNO, P. Esquizofrenia e paranóia. In: QUINET, A. (Org.). **Psicanálise e psiquiatria: controvérsias e convergências**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.
- CAMPANA, N.; LERNER, R. Trocas alimentares entre bebês irmãos de autistas e suas mães: risco ou recurso?. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental** (Impresso), v. 17, p. 191-203, 2014.
- CARNEIRO, H. **Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação**. **Revista História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005.
- CASCUDO, L. C. **História da alimentação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.
- CATÃO, I. **O bebê nasce pela boca: voz, sujeito e clínica do autismo**. São Paulo: Instituto Langage, 2009.
- CERMAK, S.; CURTIN, C.; BANDINI, L. Food selectivity and sensory sensitivity in children with autism spectrum disorders. **Journal of the American Dietetic Association**, 2010. p. 238–246
- CERQUISE, G. Observações sobre o autismo a partir do caso clínico de Léo Kanner. **Caderno de Stylus**, Rio de Janeiro, n. 2. p. 51-58. 2013.
- CHATOOR, I. et al. Maternal characteristics and toddler temperament in infantile anorexia. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, v. 39, n. 6, p. 743-51, 2000.

- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (1996). Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996.
- CORDEIRO, N. M. L. **A gula do supereu**: imperativo de gozo e objeto voz. 2007. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica)–Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 99 páginas.
- CORIAT, E. H. Os negros efeitos do DSM-IV. In: JERUSALINSKY, A.; FENDRIK, S. (Org.). **O livro negro da psicopatologia contemporânea**. São Paulo: Via Lettera, 2011. p.165-174.
- CORNISH, E. A balanced approach towards healthy eating in autism. **Journal of Human Nutrition and Dietetics**, v.11, n.6. p. 501-509, 1998.
- CRESPIN, G. **A clínica precoce**: o nascimento do humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- DIDIER-WEILL, A. **Os três tempos da lei**: o mandamento siderante, a injunção do supereu e a invocação musical. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- DOLTO, F. A alimentação dos pequeninos e o desmame. In: **As etapas decisivas da infância**. Martins Fontes: São Paulo, 1999. p. 67-72.
- DOR, J. Introdução à leitura de Lacan: O inconsciente estruturado como linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. 203p.
- DUNKER, C. **A psicose na criança**: tempo, linguagem e sujeito. São Paulo: Zagodoni, 2013.
- ELIA, L. F. A Transferência na Pesquisa em Psicanálise: - Lugar ou Excesso? *Psicologia Reflexão e Crítica*. vol.12, n.3, Porto Alegre 1999.
- _____. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. v. 1. 80p. _____.
- A letra na ciência e na psicanálise. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 1, p. 64-77, 2009.
- _____. Autismo e segregação. **Peste**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 55-64, jan./jun. 2012.
- _____. Por uma psicanálise desavergonhada diante da ciência. In: CALDAS, H.; ALTOÉ, S. (Org.). **Psicanálise, universidade e sociedade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2011. p. 29-37.
- FERNANDES, A. H. O desejo do analista e o autismo. **Stylus**, Belo Horizonte, n.29. p. 125-133, 2014.
- FIGUEIREDO, L. C. A ética da pesquisa acadêmica e a ética da clínica em psicanálise: o encontro possível na pesquisa psicanalítica. In: QUEIROZ, E. F.; SILVA, A. R. (Org.). **Pesquisa em psicopatologia fundamental**. São Paulo: Escuta, 2002. p. 328-363.

- FLANDRIN, J.-L.; MONTANARI, M. História da alimentação. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- FRANÇA, C. P. Projeto CAVAS/UFMG: uma experiência em pesquisa de campo. In: K. NETO, F.; MOREIRA, J. O. (Org.). **Pesquisa em psicanálise**: transmissão na Universidade. Barbacena, MG: EdUEMG, 2010. 179p.
- FREIRE, A. B. A constituição do sujeito e alteridade: algumas considerações sobre o autismo. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 78-91, 2002.
- FREIRE, A.; BASTOS, A. Paradoxos em torno da clínica com crianças autistas e psicóticas: uma experiência com a “prática entre vários”. **Estilos de Clínica**, São Paulo, v. 9, n. 17, p.84-93, 2004.
- FREITAS, B.; GORNE, J. A escuta do psicanalista na clínica do autismo: algumas reflexões. **Revista Letra Freudiana**, n. 50, p.335-344, 2017.
- FREUD, S. (1900). A interpretação dos sonhos. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 5.
- _____. (1950[1895]). Projeto para uma psicologia científica. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 385-529. v. 1.
- _____. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 117-231. v. 7.
- _____. (1913a). Totem e tabu. In: **Obras completas de Sigmund Freud**. Tradução de P. C. L. Souza. São Paulo: Companhia das Letras. p. 13-244. v. 11.
- _____. (1913b) O interesse científico da psicanálise. In: **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1977, p. 211-226. v. 13.
- _____. (1914). À guisa de introdução ao narcisismo. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud**: escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, 2004. p. 95-132. v. 1.
- _____. (1915a). O inconsciente. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud**: escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, 2006, p. 13-74. v. 2.
- _____. (1915b). Pulsões e destinos da pulsão. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud**: escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, 2004. p. 133-17. v. 1.
- _____. (1919) Deve-se ensinar a psicanálise nas universidades? In: **Obras completas**, São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 377-381. v. 14.

- _____. (1920). Além do princípio do prazer. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 11-75. v. 18.
- _____. (1921). Psicologia de grupo e análise do ego. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 79-159. v. 18.
- _____. (1923). O ego e o id. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 13-80. v. 19.
- _____. (1924a). O problema econômico do masoquismo. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 173-188. v. 19.
- _____. (1924b). A perda da realidade na neurose e na psicose. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2007. v. 3.
- _____. (1925-2007). A negativa. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud: escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago. v. 3.
- _____. (1930-2010) O mal-estar na cultura. Tradução de R. Zwick. Porto Alegre: L&PM.
- FREYRE (1952/2002), G. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. (1932/1997), G. **Açúcar: uma sociologia do doce com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.
- FURTADO, L. A. Autista: sujeito e indivíduo. **Caderno de Stylus**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 45-50, 2013.
- GARCIA, A. et al. O autista e o psicótico na estrutura de linguagem. **Revista Letra Freudiana**, v. 01, n. 50, 2017.
- GENEVIÈVE et al. Association of sensory processing and eating problems in children with autism spectrum disorders. **Hindawi Publishing Corporation Autism Research and Treatment**, 2011.
- GUERRA, A. M. C. **A psicose**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- GUSMÃO, M. Os transtornos e as dificuldades da alimentação. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 1, p. 44-60, 2002.
- IANNINI, G. Psicanálise, ciência extima. *Epistemo-Somática (Impresso)*, v. 4, p. 69-78, 2007.
- ITARD, Jean Victor de l'Aveyron. Paris: Charlemagne, 1801.
- JERUSALINSKY, A. Psicose e autismo na infância: uma questão de linguagem. **Psicose**, 4 (9). Boletim da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, RS. 1993.

_____. A escolarização de crianças psicóticas. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 72-95, 1997.

_____. **Saber falar**: como se adquire a língua? 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Psicanálise do autismo**. 2. ed. São Paulo: Instituto Langage, 2012.

_____; FENDRIK, S. (Org.). **O livro negro da psicopatologia contemporânea**. São Paulo: Via Lettera. 2011.

JERUSALINSKY, J. **A criação da criança**: brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê. Salvador: Ágalma, 2011.

JUSTUS, D. **Por uma psicopatologia da alimentação cotidiana**. 1999. Disponível em: <<http://www.egp.dreamhosters.com/EGP/justus-alimentacao.shtml>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

KATAN-BEAUFILS, N. O autismo à luz da esquizofrenia e da paranóia. In: QUINET, A. (Org.). **Psicanálise e psiquiatria**: controvérsias e convergências. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001. p.249-254.

KUPFER, M. C. M. Psicose e autismo na infância: problemas diagnósticos. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 96-107, 1999.

_____. Notas sobre o diagnóstico diferencial da psicose e do autismo na infância. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 11, n. 1, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365642000000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 nov. 2014.

_____. O sujeito na psicanálise e na educação: bases para a educação terapêutica. **Educação e Realidade**, v. 35, n. 1, p. 265-282, 2010.

LACAN, Jacques. (1938). O complexo, fator concreto da psicologia familiar. In: **Os complexos familiares na formação do indivíduo**: ensaio de análise de uma função em psicologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 17-61.

_____. (1949). O estádio do espelho como formador da função do eu: tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96-103.

_____. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 238-324.

_____. (1953-1954). **O seminário, livro 1**: os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. (1954-1955). **O seminário, livro 2**: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

- _____. (1956-1957). **O seminário, livro 4: a relação de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- _____. (1958a). A significação do falo. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 692-703.
- _____. (1958b). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 591-625.
- _____. (1953-1954). **O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- _____. (1956-1957). **O seminário, livro 4: a relação de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- _____. (1958-1959). **O seminário, livro 6. O desejo e sua interpretação**. Inédito.
- _____. (1959-1960). **O seminário, livro 7: a ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. (1960-1961a). **O seminário, livro 8: a transferência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- _____. (1960b). Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “psicanálise e estrutura de personalidade”. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 653-691.
- _____. (1962-1963). **O seminário, livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. (1964). **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- _____. (1965/1998). A ciência e a verdade. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1966). A agressividade de em psicanálise. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 104-126.
- _____. (1969). Nota sobre a criança. In: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 369-370.
- _____. (1972-1973). **O seminário, livro 20: mais, ainda**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- _____. (1974/2003). Televisão. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1975-1998). Conferência em Genebra sobre o sintoma. **Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise**, São Paulo, n. 23, Edições Eolia, p. 10.
- LAPLANCHE, J. **Vida e morte em psicanálise**. Porto Alegre: Artes. 1985.
- LAURENT, E. Alienação e separação I. In: FELDSTEIN, R.; FINK, B.; JAANUS, M. (Org.). **Para ler o seminário 11**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. **A batalha do autismo: da clínica à política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

LAZNIK, M. C. (Org.). **O que a clínica do autismo pode ensinar aos psicanalistas**. Salvador: Ágalma, 1991.

_____. Poderíamos pensar numa prevenção da síndrome autística? In: **Palavras em torno do berço**. Salvador: Ágalma, 1997.

_____. Psicanalistas que trabalham em saúde pública. **Pulsional Revista de Psicanálise**, ano 13, n. 132, p. 62-78. Conferência proferida no Congresso sobre a Psicanálise da Criança organizado pelo Colégio Freudiano do Rio, no Rio de Janeiro, em agosto de 1998, e traduzido por Monica Seincman. Disponível em: <http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/132_07.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2017.

_____. A voz como primeiro objeto da pulsão oral. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 80-93, 2000.

_____. **A voz da sereia**: o autismo e os impasses na constituição do sujeito. Salvador: Ágalma, 2004.

_____. Bebê com risco de autismo em tratamento conjunto: visa-se a reversibilidade total? *Reverso*, Belo Horizonte, n. 58, p. 63-74, set./2009. Publicação do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais.

_____. Godente ma non troppo: o mínimo de gozo do Outro necessário para a constituição do sujeito. **Psicologia Argumento**, v. 28, n. 61, p. 135-145, abr./jun. 2010.

LEFORT, R.; LEFORT, R. **La distinction de l'autisme**. Paris: Seuil, 2003. 183p

Lévi-Strauss, C. (1964-2004). **O cru e o cozido**. Mitológicas I. São Paulo: Cosac & Naify.

LUCERO, A.; VORCARO, A. Os objetos e o tratamento da criança autista. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, p. 310-317, 2015.

_____. Angústia e constituição subjetiva: do objeto não significantizável ao significante. **Revista Subjetividades**, v. 16, p. 60-70, 2016.

LUNA, A.; NICOLAU, R. Práticas adaptativas, políticas públicas e o lugar da psicanálise no tratamento do autismo. In: **Anais do VI Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e XII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental**, 2014.

MACEDO, D. D. **Do elogio à verdade**: um estudo sobre a noção de Eros como intermediário no *Banquete* de Platão. Porto Alegre: Editora da PUC do Rio Grande do Sul, 2001. 152p.

MALEVAL, J.-C. **L'autiste et sa voix**. Paris: Seuil, 2009.

_____. Língua verbosa, língua factual e frases espontâneas nos autistas. In: CALMON, A.; MURTA, A.; ROSA, M. (Org.). **Autismo(s) e atualidade**: uma leitura lacaniana. Belo Horizonte: Scriptum. 2012.

MANNONI, M. **A criança retardada e a mãe**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

- MENDENEZ, R. **Autismo**: uma questão de ciência ou ideologia? **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 38, p.115-124, 2012.
- MENDES, T. Do “escape”... ao “monstro”. **Revista Letra Freudiana**, n. 50, p.205-210, 2017.
- MENÈS, M. O autista, um sujeito a supor. **Caderno de Stylus**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 83-92 2013.
- MEYER, F. *Quand la voix prend corps: entre la scène et le divan*. Paris: l’Harmattan, 2000.
- MILLER, J.-A. (1993). A lógica da direção da cura – Elaboraões sobre o seminário IV de Jacques Lacan, A Relação de Objeto. Tradução de EBP-MG. Belo Horizonte.
- _____. A criança entre a mulher e a mãe. Tradução de A. L. Santiago. **Opção Lacaniana**, n. 21, p. 7-12, abr. 1998.
- _____. Jacques Lacan e a voz. **Opção Lacaniana online**, v. 4, n. 11, 2013.
- MULLER, J. P.; RICHARDSON, W. J. *Lacan and language: a reader’s guide to Écrits*. Nova York: International Universities Press, 1982.
- NASCIMENTO, A. B. **Comida**: prazeres, gozos e transgressões. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 288.
- NAVA, P. **Baú de ossos**: memórias. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Sabiá, 1973. p. 311-314.
- NICOLAU, R. F. A psicossomática e a escrita do real. **Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 8, n. 4, p. 959-990, dez. 2008.
- OGILVIE, B. **Lacan**: a formação do conceito de sujeito. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1991. 135p
- OLIVEIRA, E. Autismo e psicose. **Revista Letra Freudiana**, n. 50, p. 191-198, 2017.
- ONFRAY, M. **A razão gulosa**: filosofia do gosto. Tradução de A. M. Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- PACHECO, A. L. P.; BERTA, S.; OLIVEIRA, B. Política e ética da psicanálise para o tratamento das psicoses: a subversão como resposta à segregação. **Caderno de Stylus**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 19-28, 2013.
- PEREIRA, A. **Autismo infantil**: tradução e validação da CARS (Childhood Autism Rating Scale) no Brasil. 2007. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Programa de Pós-graduação em Ciências Médicas. Porto Alegre. 2007. 98p.
- PINHO, M.; SILVA, L. Manifestações digestórias em portadores de transtornos do espectro autístico. Necessidade de ampliar as perguntas e respostas. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 10, n. 3 (Especial), p. 304-309, 2011.
- PINHEIRO, V. S. Introdução. In: Platão. **O banquete**. Belém: Editora UFPA, 2011.

- PINTO, J. *Psicanálise, feminino, singular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- PLATÃO. $\Sigma\upsilon\mu\pi\acute{o}\sigma\iota\omicron\nu$ = **O banquete** / Platão. Texto grego John Burnet. Tradução de C. A. Nunes. 3. ed. rev. e bilíngue. Belém: Editora UFPA, 2011. (Diálogos de Platão).
- POLI, M. C. Pesquisa em psicanálise. In: WERLANG, B. S. G.; OLIVEIRA, M. da S. (Org.). **Temas em psicologia clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. v.1, p. 209-212.
- _____. Escrevendo a psicanálise em uma prática de pesquisa. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 154-179, 2008.
- PORGE, E. **Voz do eco**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.
- QUEIROZ, T. C. da N. Amamentação e desmame. In: ROHENKOHL, C. M. F. (Org.). **A clínica com o bebê**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 141-156.
- QUINET, A. **Psicose e laço social**: esquizofrenia, paranóia e melancolia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- _____. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012. v. 1. 81p.
- RAITEN, D. J.; MASSARO, T. Perspectives on the nutritional ecology of autistic children. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v.16, n.2, p. 133-143, 1986.
- RAMOS, D. **Na fronteira do gozo com a angústia**: sobre o aleitamento materno exclusivo, um estudo psicanalítico. 2013. 100p **Dissertação** (Mestrado em Psicologia): Programa de Pós- Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Pará UFPA, Belém, 2013.
- _____; NICOLAU, R. Notas sobre um discurso sem palavras: a psicanálise na instituição de saúde. **Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 13, p. 797-814, 2013.
- _____. Na boca do crocodilo: a face indigesta da amamentação exclusiva. **Tempo Psicanalítico**, n.01, v. 47, p. 73-89, 2015.
- RIBEIRO, M.; PEREIRA, R. Editorial. **Correio APPOA**, v. 4, n. 120, p. 55, dez., 2003.
- RINALDI, D. O traço como marca do sujeito. **Estudos de Psicanálise**, Salvador, n. 31, p.59-63, out. 2008.
- SANTOS, B. A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. **Revista Ciência Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p.11-43, 2008.
- SANTOS, C. A alimentação e seu lugar na história. **Revista História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005.
- SCHRECK, K. A.; WILLIAMS, K.; SMITH, A. F. A comparison of eating behaviors between children with and without autism. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, n.4, v. 34. p. 433-438, 2004.
- SIMANKE, R. T. **Composição e estilo da metapsicologia lacaniana**: os anos de formação (1932-1953). 1997. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOLER, C. Autismo e Paranóia. In: Autismo e esquizofrenia na clínica da esquizo. Rio de Janeiro, Marca d'Água Editora Ltda, 1999.

_____. Autismo e paranóia. In: **O inconsciente a céu aberto da psicose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 63-80.

_____. **Seminário de leitura de texto ano 2006-2007**: Seminário A angústia de Jacques Lacan. São Paulo: Escuta, 2012.

SUAREZ, M.; NELSON, N.; CURTIS, A. Associations of physiological factors, age, and sensory over-responsivity with food selectivity in children with autism spectrum disorders. **The Open Journal of Occupational Therapy**, n. 01, v.01, 2012.

TATIT, I. **A noção de singularidade na psicanálise lacaniana**: aspectos teóricos, clínicos e sociais. 2016. 224p. Tese (Doutorado – Programa de Pós-graduação em Psicologia) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

TEPERMAN, D. W. Psicopatologia da alimentação cotidiana. In: SALES, L. (Org.). **Pra que essa boca tão grande?** Questões acerca da oralidade. Salvador: Ágalma, 2005. p. 189-198.

VIDAL, E.; VIDAL, M. O que o autista nos ensina: considerações sobre a alienação. **Revista Letra Freudiana**, n. 50, p. 149-176, 2017.

VINHEIRO, V. *Das Ding*, o autismo e a constituição do sujeito desde Freud. **Revista Letra Freudiana**, n. 50, p.257-268, 2017.

VIVÈS, J.-M. Para introduzir a questão da pulsão invocante. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 329-341, 2009.

VIVÈS, J.-M. **A voz na clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

_____. AUDEMAR, C. Pulsion invocante et destins de la voix. In: **La Voix**. Paris: Navarin, 1989.

_____. Et incarnatus est... In: **Quand la voix prend corps**: entre la scène et le divan. Paris: l'Harmattan, 2000.p.109-127.

_____. Improvisation maternelle et naissance du sujet: une approche en musicothérapie. Le petit garçon qui parlait d'une voix sourde. **Dialogue**, Toulouse, Eres, n. 159, p. 106-118, 2003.

VORCARO, A. **Crianças na psicanálise**: clínica, instituição, laço social. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999a.

_____. Transferência e interpretação na clínica com crianças autistas e psicóticas. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 4, n. 7, 1999b.

_____. Sob a clínica: escritas do caso. **Estilos da Clínica**, v. 8, n. 14, p. 90-113, 2003.

- _____. **A criança na clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.
- _____. Psicanálise e o método científico: o lugar do caso clínico. In: K. NETO, F.; MOREIRA, J. O. (Org.). **Pesquisa em psicanálise: transmissão na universidade**. Barbacena, MG: Ed. UEMG, 2010. p. 11-23.
- _____. O efeito bumerangue das classificações psicopatológicas da infância. In: JERUSALINSKY, A.; FENDRIK, S. (Org.) **O livro negro da psicopatologia contemporânea**. São Paulo: Via Lettera, 2011.p. 219-230.
- _____. Autismos e psicoses na infância. Debate com Leda Bernardino, Instituto Gerar/SP, 18/ abr. 2017.
- _____; LUCERO, A. Entre real, simbólico e imaginário: leituras do autismo. **Psicologia Argumento** (PUCPR. Impresso), v. 28, p. 147-157, 2010.
- WHITELEY, P.; RODGERS, J.; SHATTOCK, P. Feeding patterns in autism. **Autism**, v.4, n.2, p. 207-211, 2000.
- WILLIAMS, P. G.; DALRYMPLE, N.; NEAL, J. Eating habits of children with autism. **Pediatric Nursing**, v.26, n.3, p. 259-264, 2000.
- ZANOTELLI, M. A escuta do psicanalista na clínica do autismo: algumas reflexões. **Revista Letra Freudiana**, n. 50, 2017.